

RAÍZES 11

Revista de Ciências Sociais e Econômicas

Globalização

Reforma Agrária

Economia Política

Junho de 1995

Universidade Federal da Paraíba
Mestrados em Economia e Sociologia
Campina Grande - Paraíba

RAÍZES

Ano XIV, nº 11, janeiro-junho/1995
Revista de Ciências Sociais e Econômicas
Publicada pelos Mestrados em Economia e
Sociologia (UFPB/CG).

EDITORAS RESPONSÁVEIS

Gelfa de Maria Costa Aguiar (Coodenadora do
Curso de Mestrado em Economia)
Ghislaine Duqué (Coordenadora do Curso de
Mestrado em Sociologia)

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Gomes (UFPB/CG)
Elbio Troccoli Pakman (UFPB/JP)
Gian Mario Giuliani (UFRJ)
Hughes Lamarche (Université Paris X /França)
João Otávio P. Barros (UFPB/CG)
Jorge Romano (UFRRJ/CPDA)
José Heleno Rotta (UFPB/CG)
Josefa Salete B. Cavalcanti (UFPE)
Jurandir Antonio Xavier (UFPB/CG)
Manoel Luiz Malaguti (UFPB/CG)
Maria da Guia Santos Gareis (UFPB/CG)
Maria N. Baudel Wanderley (UNICAMP)
Magnólia Gibson da Silva (UFPB/CG)
Manoel Correia de Andrade (UFPE)
Márcio de Matos Caniello (UFPB/CG)
Maria L. Gonçalves de Carvalho (UFPB/CG)
Otávio Ianni (PUC/SP)
Paola Cappelin Giuliani (UFRJ)
Paulo Nakatani (UFRN)
Paulo Ortiz Rocha Aragão (UFPB/CG)
Raimundo Nonato Santos (UFRRJ)
Regina Celia Reyes Novaes (UFRJ)
Reinaldo Antonio Carcanholo (UFES)
Sebastian Sanches Martín (UFPB/CG)
Theotonio dos Santos (UFF)

COMITÊ DE REDAÇÃO

Cláudio Cavalcanti (UFPB/CG)
Fernando Garcia de Oliveira (UFPB/CG)
Ivony L. M. Saraiva (UEPB)
Josemir Camilo de Melo (UFPB/CG)
Lúcia Helena Oliveira Cunha (UFPB/CG)
Maria Cristina de Melo Marin (UFPB/CG)
Márcio Caniello (UFPB/CG)
Magnólia Gibson da Silva (UFPB/CG)

DIAGRAMAÇÃO

José Heleno Rotta (UFPB/CG)
Manoel Luiz Malaguti (UFPB/CG)

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

Manoel Luiz Malaguti (UFPB/CG)

APOIO

UFPB (Centro de Humanidades)

UNIV. FEDERAL DA PARAÍBA

REITORIA:

Reitor: Neroaldo P. de Azevedo
Vice-reitor: Roberto Siqueira

PRÓ-REITORIA DE PG:

Pró-reitora: Rosa M. Godoy da
Silveira

DIRETORIA DO CH:

Diretor: João Rodrigues dos Santos
Vice-diretor: Jurandir A. Xavier

ENDEREÇO DA REDAÇÃO

Universidade Federal da Paraíba
CH - Mestrados em Economia e
Sociologia
Av. Aprígio Veloso, 882
58109-970 Campina Grande PB
Tel.: (083) 333-1000 r. 558 ou 143
Fax.: (083) 333-1833
Email: raizes@brufpb2.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RAÍZES, Ano XIV, nº 11, Julho
1995
UFPB, Campus II
CH/Mestrados em Economia e
Sociologia
CDD-330
CDU-338-43(05)

ISBN 0102-552 X

Raízes, 1995

SUMÁRIO

A Economia Política Marxista: Um Balanço	1
<i>Theotônio dos Santos</i>	
Sociedade e Reforma Agrária no Brasil	21
<i>Manuel Correia de Andrade</i>	
Adam Smith: Prisioneiro da Aparência	36
<i>Reinaldo A. Carcanholo</i>	
Notas sobre a Globalização da Economia e o Estado	63
<i>Manoel Luiz Malaguti</i>	
Novas Alternativas de Financiamento para a Economia Brasileira	83
<i>Pedro G. da Silva & Robério dos Santos</i>	
Socialismo, Reunificação e Privatização na Alemanha Oriental	101
<i>Renato Kilpp</i>	

Temas de Pesquisa

Sobre o Preço Justo: Cultura Camponesa e Dinheiro	129
<i>Karl Heinz Stecher</i>	
Infra-Estrutura, Vulnerabilidade Social e Calamidade no Brasil-Nordeste	140
<i>Jurandir A. Xavier</i>	
Políticas Hídricas: Prevenção e Assistência no Semi-Arido	147
<i>Ghislaine Duqué</i>	

EDITORIAL

Com este número 11 de Raízes, festejamos a consecução de três metas que nos tínhamos fixado quando assumimos a responsabilidade da revista.

Em primeiro lugar, resgatamos a periodicidade semestral de Raízes: após os números 8, 9 e 10, publicados o primeiro em 93 e os dois últimos em 94, porém cobrindo vários anos, este número 11 corresponde ao primeiro semestre de 95 e o número 12, já em fase adiantada de preparação, deve sair ainda no segundo semestre deste ano.

Em segundo lugar, ampliamos o Conselho Editorial, assegurando-nos o apoio de professores e pesquisadores de várias Universidades Brasileiras (UFRJ, UFRJ e UFF, UNICAMP e PUC/SP, UFPE e FUNDAJ, UFRN, UFES e UFPB) e da Universidade de Nanterre (Paris X), com a qual mantemos um fecundo intercâmbio.

Em terceiro lugar, consolidamos a ampliação do leque de nossos colaboradores. Ao lado dos autores da "casa", recebemos várias contribuições (nacionais e estrangeiras) de colaboradores de renome internacional como Theotônio dos Santos e Manuel Correia de Andrade.

Neste número também introduzimos uma nova seção: Temas de Pesquisa. Trata-se de ensaios sobre problemáticas de pesquisa em projeto ou em andamento. Os autores destes ensaios agradecem as eventuais contribuições e se comprometem a publicar ulteriormente os resultados desses estudos.

As Editoras

A ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA

UM BALANÇO

*Theotônio dos Santos**

Por toda parte vemos hoje fortes críticas à economia como ciência ou como fundamento válido para as políticas econômicas. Estes ataques questionam a legitimidade e as pretensões científicas da teoria econômica. Este ceticismo é, de fato, consequência do desvio da chamada teoria econômica para uma temática e uma metodologia que restringem drasticamente seu alcance e sua relevância. E isto ocorre num momento em que se amplia, em vez de restringir-se, o campo dos fenômenos econômicos estudados pela economia política em suas origens e suas interações.

A ECONOMIA POLÍTICA E A ECONOMIA NACIONAL

De fato, nas suas origens, ela foi Economia Política. Ou seja, ela tinha a pretensão de analisar o ciclo econômico, e o esquema da produção e da circulação no interior de um Estado Nacional e suas relações com outras economias nacionais. As principais questões econômicas foram, assim, confinadas ao nível nacional. Os economistas clássicos propunham-se a romper com as preocupações dos mercantilistas, para os quais o fenômeno comercial e a relação da nação com a economia internacional apareciam como fundadores da análise econômica. Quesnay voltou-se para o processo produtivo e para a produção e a circulação da riqueza no interior de cada nação. A partir deste momento, a economia política clássica seguiu o mesmo caminho. Adam Smith e Ricardo vão encontrar o fundamento da riqueza nacional no processo de trabalho e no valor que vincula o trabalho ao processo de circula-

* Professor Titular da Universidade Federal Fluminense

ção. Eles desenvolveram uma análise científica do processo de produção e de circulação.

Não nos esqueçamos, contudo, que Adam Smith escreveu seu principal livro para explicar "a riqueza das nações". Havia, assim, uma intenção comparativa e normativa na sua investigação teórica. Ele encontrou a fonte desta riqueza nos efeitos da divisão do trabalho sobre o aumento da produtividade. A quantidade e a produtividade do trabalho são o fundamento do valor dos produtos, explicam a maior ou menor riqueza de uma economia nacional e devem ser o instrumento de análise utilizado para comparar a renda entre as várias nações. Para alcançar um resultado mais efetivo, o economista teria que investigar a formação da economia nacional, em cujo mercado trocavam-se os bens que se produziam. Saía-se do campo da política e da economia internacional para o campo da economia nacional fundando-se uma ciência que tinha como elementos essenciais as noções de valor, moeda, mercado nacional, circulação e renda (e seus componentes: capital, trabalho e propriedade da terra).

Ao contrário dos mercantilistas, que davam especial ênfase ao comércio internacional e às balanças de pagamento, a economia política preocupava-se com o Estado, com os sistemas fiscal e monetário; com o salário, o lucro e a renda da terra; com o mercado e, somente no final, com as relações com o exterior.

O OBJETO DA ECONOMIA SEGUNDO MARX

Karl Marx estendeu o objeto de estudo da economia ao aprofundar a análise da teoria do valor e ligá-la ao processo de trabalho (dentro de um sistema econômico-social dado), às classes sociais, às formações sociais e, de maneira mais geral, a certos modos de produção que articulam as relações econômicas, sociais, políticas e ideológicas. Ele estabelecia, assim, o fundamento para uma ciência social onde a especificidade do econômico, do social, do político ou do ideológico se apresentavam como momentos de uma totalidade que assumia a forma de um processo histórico singular. Esse processo era, por sua vez, um momento da história da natureza, da qual a humanidade emergiu como

um elemento qualitativamente novo que se diferenciou, até certo ponto, da história natural. O surgimento da espécie humana com seu cérebro, sua mão articulada e sua capacidade de transformar a natureza para alcançar seus próprios fins, introduziu na história natural uma nova história: a história da humanidade.

O caminho proposto por Karl Marx e seu companheiro Friederich Engels era, contudo, extremamente difícil. Ele supunha uma vinculação muito complexa entre o processo de conhecimento e o processo de organização política das forças sociais. No caso da sociedade contemporânea, o proletariado foi identificado por Marx como o agente privilegiado das transformações históricas que viabilizariam o estabelecimento de um novo modo de produção, conduzindo a uma nova etapa civilizatória. Este novo modo de produção deveria ser precedido por formações sociais de transição que preparariam o seu estabelecimento histórico. Mas para chegar a ele, não basta o simples desenvolvimento espontâneo da história. Torna-se necessária a ação consciente da humanidade. Estabelece-se uma relação extremamente complexa entre o processo de conhecimento, particularmente o conhecimento científico, e a ação política.

Era evidente que o caminho proposto pelo marxismo teria grandes dificuldades para institucionalizar-se porque o movimento social com o qual ele se identificava foi perseguido durante todo o século XIX, ocasião em que foi colocado muitas vezes na ilegalidade, sendo o exemplo mais importante a ilegalização do Partido Social Democrata alemão por Bismarck. Na última década do século XIX, este movimento conseguiu impor-se em vários países na forma de partidos políticos legais e estabeleceu um conjunto de instituições locais, nacionais e internacionais que lhe permitiu dar um suporte institucional para a atividade intelectual e o conhecimento científico. Foi nesta época que se desenvolveu a primeira onda de estudos "marxistas", sobretudo na Alemanha, na Áustria, na Rússia e na Europa central.

OS CAMINHOS DA ECONOMIA MARXISTA

Discutindo esta questão no início do século XX, Rosa Luxembur-

go afirmava que os discípulos de Marx haviam conseguido fazer avançar o marxismo, depois de sua morte, num plano extremamente limitado e muito influenciado pelas necessidades da luta política imediata. Estas necessidades restringiram as preocupações teóricas do marxismo a um campo de aplicação diretamente relacionado com esta luta política. A teoria econômica do marxismo (junto com os seus aspectos filosóficos, sociológicos e culturais) ficou restrita a alguns campos de interesse político imediato, tais como a denúncia da exploração da classe trabalhadora, a crise econômica como fundamento da crise geral do capitalismo e como possível base da derrubada geral do sistema e da criação de uma nova formação social de transição socialista - cujas características foram estudadas muito vagamente.

Hilferding analisou a formação do capital financeiro, que unia o capital industrial concentrado e monopolista com o capital bancário, sob hegemonia deste último. Plekanov, o próprio Lenin e poucos mais haviam avançado no plano filosófico tentando definir a especificidade da dialética marxista e do materialismo histórico. Franz Mehring aplicou método marxista à análise do surgimento da Social-Democracia alemã num livro clássico. Kautsky analisou a questão agrária na idade média e o surgimento do cristianismo na Antigüidade. Lenin analisou o desenvolvimento do capitalismo russo, a sua penetração no campo e a destruição da antiga economia feudal, para derivar desta análise um programa agrário e uma estratégia política. Rosa Luxemburgo aprofundou a análise da acumulação e introduziu elementos importantes para a compreensão da maneira como se produzia a resposta do capitalismo às crises inerentes ao seu funcionamento. Posteriormente, Lenin e Bukarin aprofundaram a análise do imperialismo para explicar a Primeira Guerra Mundial e sua relação com a evolução do sistema econômico capitalista na direção do monopólio. Além disso, eles buscaram explicar ou prever a possível evolução do movimento operário profundamente afetado pela crise do imperialismo e pela Primeira Guerra Mundial, durante a qual havia se dissolvido a Segunda Internacional Socialista. Por último, eles retomaram o debate sobre a evolução histórica da formação social russa e o destino da revolução russa.

Este debate já vinha se desenvolvendo desde o século XIX entre

populistas e marxistas. Ambas correntes procuravam entender a possível evolução de um país pré-capitalista (dominado por relações sociais de tipo feudal, no qual a comunidade rural representava um papel definitivo, no interior de um regime político autoritário, opressor e tirânico) na direção do capitalismo industrial moderno e da democracia política. Ou esta evolução iria, como afirmavam os populistas, no sentido de uma passagem direta da comunidade rural para o socialismo? Outros acreditavam na sua transformação em uma democracia de massas, na qual o campesinato e a classe operária (ainda emergente) representariam as forças fundamentais, como o haviam proposto Parvus e Trotsky (dando aos operários o papel hegemônico) ou Lenin (que acentuava o papel do campesinato revolucionário e democrático ao lado do proletariado urbano na implantação da democracia).

Este debate se estendia ao plano econômico, através das discussões sobre o ciclo econômico, a crise geral do capitalismo e a possibilidade da derrubada final do sistema. Marxistas revolucionários e marxistas “legais” discutiam a possibilidade de reprodução e acumulação capitalista indefinida. Ecoavam assim na Rússia os debates iniciados por Eduardo Bernstein na Alemanha. Tugan Baranovich agregou elementos teóricos muito ricos à afirmação de Bernstein de que não havia possibilidade de uma crise geral do capitalismo. Ele discutiu a teoria da reprodução em Marx, mostrando a possibilidade de um crescimento indefinido da reprodução ampliada desde que apoiada no aumento do setor I da economia, composto pela produção de máquinas e matérias primas. Rosa Luxemburgo demonstrou posteriormente a dificuldade de conceber a indefinida reprodução ampliada do capital sem manter o suposto inaceitável de uma composição orgânica do capital estável. Este suposto não era realista já que o próprio Marx demonstrara a tendência do capitalismo a aumentar indefinidamente a inovação tecnológica e, em conseqüência, a composição orgânica do capital.

Desta maneira, Rosa Luxemburgo via como únicas saídas para a expansão do capitalismo a conquista de mercados externos para os produtos e para os capitais excedentários que não encontravam saída na reprodução capitalista pura. Estes se materializavam no crescimento do consumo estatal, particularmente o militar, e no sistema imperialista

que permitia incorporar ao mercado capitalista economias pré-capitalistas das zonas coloniais. As colocações teóricas de Rosa Luxemburgo não foram em geral aceitas, mas a idéia de que o imperialismo era uma saída para o capitalismo, que o permitia expandir-se, estará presente nos estudos de Lenin, de Bukarin e de Kautsky. Eles se baseavam, contudo, nas tendências à concentração econômica, à monopolização, à centralização de capital e à exportação de capitais, que eram intrínsecas ao funcionamento do capitalismo na sua fase monopólica e financeira, como os fatores que levavam ao imperialismo contemporâneo. Kautsky acreditava contudo na instauração de um supra-imperialismo: uma economia mundial com um só monopólio e um capitalismo de Estado tão poderosos que poderiam eliminar a anarquia da produção capitalista.

O DESAFIO DA REVOLUÇÃO RUSSA E A QUESTÃO NACIONAL

A Rússia foi um polo de debates teóricos, ao representar um caso muito especial de desenvolvimento econômico, político e institucional. A revolução de 1905 provocou, além das polêmicas sobre o caráter do desenvolvimento capitalista e da revolução democrática, os intermináveis debates na Alemanha e em toda a Internacional sobre a greve geral. Maior ainda foi o impacto teórico provocado pela Revolução Russa de outubro de 1917. Esta criara um regime político totalmente inédito com a implantação do Estado Soviético e iniciara uma acumulação primitiva socialista, ambos problemas totalmente novos para a teoria marxista e para todas as correntes do pensamento econômico, aos quais nos dedicaremos mais adiante. Ao mesmo tempo, nestes anos de intenso debate teórico, desenvolveram-se, também, amplas discussões sobre: a acumulação de capital originária a partir da economia feudal; a desintegração da comunidade rural; o seu impacto sobre o desenvolvimento do capitalismo urbano e industrial e os seus efeitos políticos (o referido debate sobre a revolução democrática na Rússia).

Não nos esqueçamos de teóricos populistas como Danielson ou Chaidanik, que fizeram uma análise extremamente sofisticada da economia camponesa, buscando mostrar sua racionalidade econômica e sua capacidade de reproduzir-se e de alcançar um certo grau de acumu-

lação independente do capitalismo. Enquanto isto, Lenin afirmava a inevitabilidade do desenvolvimento do capitalismo no campo, seguindo a linha de Kautsky, que analisara a evolução do capitalismo na economia rural da Europa Central e produzira um dos mais belos estudos sobre a economia feudal ao analisar a economia de quatro folhas no seu livro *A Questão Agrária* (1972).

Outro campo ao qual os pensadores marxistas deram importante contribuição, neste período, ainda que insuficiente, foi a questão nacional. O movimento político marxista se aplicou sistematicamente na criação de uma associação internacional dos trabalhadores (que gerou as várias Internacionais, algumas vezes em conflito). Marx dera especial ênfase à vocação internacional do capitalismo e sobretudo à vocação internacionalista do seu herdeiro por excelência que seria o socialismo. Não se concebia o socialismo como um fenômeno nacional e sim como um resultado histórico da cooperação internacional da classe operária.

Não era, pois, estranho que a questão das nacionalidades provocasse uma certa perplexidade nos quadros da Internacional Socialista. Ela tinha fortes implicações políticas que não nos cabe aprofundar aqui: as nações haviam sido a base sobre a qual se constituíram os estados capitalistas modernos. Foram elas que, impondo sua hegemonia em espaços historicamente definidos, permitiram uma coerência de interesses e objetivos capazes de sustentar a criação desses fantásticos fenômenos institucionais em que se converteram os modernos Estados nacionais. Nem sempre o conceito de nação se encaixou perfeitamente com o de Estado nacional. Muitas vezes a hegemonia de um determinado grupo étnico foi suficientemente forte para eliminar a representação dos demais, como na Rússia czarista. Outras vezes, o corte étnico não se limitava a um só Estado nacional, como o caso da nação alemã que mantinha sua identidade lingüística e étnica espalhada em vários estados nacionais. Outras vezes, o corte nacional não se identificava com uma só nação ou mesmo um só grupo racial, como no caso do Continente americano, cujas nações se formaram pela caldeamento de várias raças. Havia ainda o caso de nações sem uma base territorial, mas que mantinham uma forte identidade religiosa com implicações políticas,

como os judeus, etc., etc.

Era claro portanto que o conceito de nação e de Estado nação estavam permeados por fortes interesses geo-políticos que manipulavam muito arbitrariamente identidades étnicas, raciais, religiosas, lingüísticas, etc. O movimento socialista pretendia superar estas lutas e contradições para situar-se num plano internacional. Contudo, seu internacionalismo era bastante restrito, limitava-se quase exclusivamente ao mundo europeu, confundido com "o mundo" em geral. Sob a influência de seu tempo, os socialistas aceitaram também esta oposição eurocentrista entre o Ocidente adiantado e moderno e o Oriente atrasado e autoritário. Eles expressaram sentimentos racistas e preconceituosos para com outros povos. Suas análises da relação entre nação, estado e política variaram ao sabor de sua ubiquação dentro do quadro étnico e político europeu.

Os austríacos, por exemplo, enfrentaram a questão da grande diversidade étnica e cultural do império austro-húngaro e aí se exacerbou a visão da questão nacional que encontrou sua expressão mais sofisticada no livro de Otto Bauer sobre as nacionalidades. Bauer pôde reconhecer a importância do caráter nacional como um fenômeno tão significativo quanto o caráter profissional ou de classe (ao qual a Internacional Socialista dava uma ênfase privilegiada). Seu livro foi escrito em 1906 e provocou acesas polêmicas que tiveram a ver com a questão nacional no império russo e com a solução leninista desta questão, através do respeito radical às autonomias nacionais. A questão nacional se refletia nos debates sobre os estatutos dos partidos nacionais. O partido operário judeu, o Bund, se estendia pela Polônia e pela Rússia e Rosa Luxemburgo se lançou radicalmente contra ele.

Otto Bauer foi o principal responsável pela tese que defende o compromisso do socialismo com uma sociedade plural que respeite as individualidades nacionais. Sua visão do internacionalismo se separava assim da tradição iluminista, que identifica o universal com a eliminação das particularidades locais e nacionais. Em nome deste universal formalista e discriminatório têm-se justificado enormes violências contra os povos considerados mais atrasados. A abstração formal do "homo economicus" é uma herdeira destas violências culturais. Bauer

soube localizar o caráter cultural (não natural) da formação das nacionalidades. Pôde estabelecer assim as forças que levam à identidade nacional, seus limites e suas implicações para a concepção de uma sociedade universal composta de elementos concretos historicamente dados.

Seria ocioso identificar aqui as várias correntes e tendências que se expressaram neste debate que se desenvolveu muito dramaticamente no período de entre-guerras. Preferimos remeter o leitor a uma nota deste trabalho. O que nos importa é sobretudo destacar a escassa participação da análise econômica pura neste debate. Para os economistas da escola neoclássica o problema nem existe. O comportamento humano se explica com extrema simplicidade através do utilitarismo individualista e possessivo, cujas bases se lançaram no século XVII e XVIII. Suas concepções se vêem cada vez mais fortalecidas na medida em que a expansão do modo de produção capitalista elimina as diferenças nacionais e forma uma população consumidora mundial de características uniformes. Contudo, até os nossos dias, as diferenças nacionais e locais continuam afetando o funcionamento das economias, e a questão nacional, depois de servir de marco de referência para duas guerras mundiais, continua influenciando o mundo econômico real.

A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO NUM SÓ PAÍS

A evolução da teoria econômica marxista esteve, portanto, profundamente condicionada pelas necessidades da luta política em cada país e região, onde ela se desenvolveu como força política. Mas a visão de uma oposição descomprometida com os custos do poder só pôde durar até a Revolução Russa. Depois dela, uma ala do movimento socialista e do marxismo chega ao poder estatal num país imenso, sob a liderança dos bolcheviques (uma facção específica do movimento marxista que só se garante no poder através de uma luta muito dura contra os outros movimentos socialistas e democráticos, além da luta política e armada contra a direita e setores da esquerda e do movimento democrático do seu país e em escala mundial). Estas confrontações vão levar ao isolamento deste partido e à tentativa de construir uma economia socialista dentro de um só país, o que, por sua dimensão continental,

implicava numa confrontação de caráter mundial, com as principais nações capitalistas.

Fracassaram as tentativas de Lenin e de outros dirigentes, principalmente Bukarin, entre 1921 e 1927, de retomar a aliança política com os partidos da Segunda Internacional. Chegaram a produzir-se alguns acordos com os governos social-democrata-liberais inglês e alemão. Tentou-se construir alianças políticas nacional-democráticas como no caso da China, onde o Partido Comunista se integrou ao Kuomintang. Mas o isolamento da URSS, devido ao fracasso destes governos de aliança de classes, criou, em 1917, uma nova realidade econômica e política que levou ao "socialismo num só país", projeto histórico totalmente novo para o pensamento marxista que, no entanto, Stalin assumiu sem reservas. Esta nova situação histórica criou um campo de debates extremamente rico para a teoria econômica marxista levando à discussão sobre a questão da acumulação primitiva socialista com aportes muito substanciais de Preobrajensky e Bukarin.

Nestes anos se discutiu o aparecimento e a evolução do novo fenômeno da planificação. Tentou-se construir modelos econométricos que permitissem a gestão do fenômeno econômico. E, sem sombra de dúvida, o debate deste período repercutiu no Ocidente. Autores como Leontief vão trazer para o Ocidente esta nova problemática, ao aperfeiçoar um instrumento nascido das necessidades da planificação, ou seja, a matriz de insumo-produto, que se converterá numa ferramenta essencial da programação e do planejamento econômico e da análise teórica em todo o mundo.

Surge também na URSS uma forte escola de história econômica que tem na teoria das ondas longas de Kondratieff, seu principal expoente, apesar do isolamento a que foi relegado este autor pela oposição às suas teses, tanto por Trotsky, no primeiro momento, como por Stalin, posteriormente. No Ocidente, vários autores marxistas vão se preocupar com os fenômenos ligados à formação de uma economia mundial, seja sob a forma da evolução da teoria do imperialismo; seja sob a forma da análise da intervenção do Estado na organização da economia, o que dá lugar a uma teoria do capitalismo monopolista de Estado; seja pelo impacto da análise dos ciclos longos de Kondratiev; ou, por

fim, pela tentativa, esboçada pela Internacional Comunista, de estabelecer uma relação entre os ciclos econômicos e a ação política.

Tudo isto vai repercutir numa grande produção teórica do marxismo na década de 20 e 30 sobre a teoria da crise e a teoria do ciclo econômico. No entanto, nem todos estes economistas eram marxistas (e muito menos militantes). Alguns conservadores, como Schumpeter, vão incorporar grande parte desses novos conhecimentos produzidos ao calor de uma luta política e ideológica exacerbada.

É também na URSS que, pela primeira vez, o Estado promove os meios de institucionalização da análise econômica, em parte através do planejamento (do GOSPLAN), que se volta muito mais para uma visão matemática e às vezes microeconômica, em busca da otimização dos investimentos estatais. Por outro lado, o Instituto de Economia Mundial, dirigido por Eugênio Varga, se volta para a análise da crise mundial do capitalismo, da economia política e particularmente do papel do Estado, e também para a análise da repercussão dessa crise sobre a classe trabalhadora (as relações salariais, o movimento político da classe trabalhadora), sobre os agentes econômicos e sobre o próprio Estado.

A QUESTÃO COLONIAL E O DESENVOLVIMENTO

Esta fase do pensamento marxista foi extremamente rica pela problemática nova e complexa que teve de enfrentar. Ela teve também seus desdobramentos nos países dependentes como no caso do México, sob o impacto de uma revolução agrária e democrática, como em toda a América Latina, na Índia ou na China. A influência deste imenso esforço teórico e analítico dirigiu a análise econômica para o estudo da questão agrária, com especial ênfase no papel do latifúndio, na questão indígena e, secundariamente, na questão da economia exportadora. Estas preocupações formam uma tradição teórica e analítica que poderíamos chamar de alternativa e que se expressa em obras tão distantes no tempo e no espaço, como as que ligam M. N. Roy ou Mao Tse-Tung a um Mella ou a um Mariatégui.

Esta tradição vai influenciar a criação de uma história econômica

dos países coloniais e dependentes, que sofrerá uma forte influência marxista nas décadas de 30, 40 e 50. Foi neste período também que se produziram, na América Latina, alguns dos mais importantes estudos da história econômica das suas várias nações, assim como algumas tentativas de análises globais da região.

O impacto do pensamento marxista sobre o Oriente se reflete nos estudos de M. N. Roy, que tenta compreender o papel da intelectualidade e das burguesias nacionais nos movimentos democráticos asiáticos e na sua relação com o campesinato e com as comunidades rurais. Esta mesma problemática vai se desenvolver na China através da obra de Mao Tse Tung, Liu Shao Chi e Chu En Lai além de outros autores em geral membros do Partido Comunista Chinês, mas cercados por vários autores não ligados diretamente aos movimentos políticos. No plano acadêmico, com a expansão do movimento democrático na Ásia vai se constituindo um pensamento socialista democrático e também marxista. Este pensamento vai se demonstrar muito rico sobretudo no Japão, sob influência dos grandes movimentos sociais dos anos 20 e 30, e no período de pós-guerra, sob o impacto da vitória da União Soviética e dos Aliados, onde se retoma o debate sobre a questão do planejamento econômico, do papel da indústria de base, da acumulação primitiva e das relações econômicas internacionais.

Estas questões estavam no fundamento do debate sobre o processo de planificação dentro da União Soviética. Estes debates eram profundamente condicionados pela luta geopolítica enfrentada pela União Soviética no contexto de uma Europa que se dirigia à Segunda Guerra Mundial com a ascensão do nazismo. O papel crescente do Estado e do setor militar, cuja importância aumenta significativamente durante o nazismo, constituirá também um campo de análise econômica do marxismo. Esta questão será retomada depois da II Guerra Mundial, quando a indústria militar, em tempo de paz, passa a ser a mais significativa atividade econômica dos Estados Unidos, país hegemônico do capitalismo mundial, que abre uma guerra fria contra o seu aliado na luta com a Alemanha nazista, arrinconando novamente a Rússia Soviética e condicionando sua estrutura industrial e sua evolução ideológica, na direção de uma competição militar global.

GUERRA FRIA, STALINISMO E DIVERSIFICAÇÃO DO SOCIALISMO

Esta pressão da guerra fria empurra a União Soviética no sentido de revitalizar os aspectos mais obscuros do stalinismo que passa a fundamentar ideologicamente a construção do socialismo, agora não mais em "um só país" mas "numa só região". Isto influenciará a formação das chamadas Repúblicas Populares na Europa Oriental, sob ocupação soviética. Como experiências autônomas, encontravam-se a Iugoslávia e posteriormente a China Popular. Em ambos os casos, as relações com a URSS terminaram sendo conflitivas diante da estranha pretensão stalinista da existência de um "modelo" único de construção socialista, que não era aceitável pelos novos países socialistas, que surgiam em condições históricas e sociais completamente distintas.

A questão da recuperação econômica do pós-guerra, que se colocava ainda dentro do marco de análise das crises dos anos 30 e 40, levava um amplo setor do marxismo a uma tentativa equivocada de explicar a crise como algo permanente e como resultado de uma tendência do capitalismo a perder sua dinâmica econômica ao ponto de conceberem uma tendência à estagnação econômica. Estas previsões obrigaram muitos autores, sobretudo comunistas, a terem de explicar, nas décadas de 50 e 60, como a dinâmica econômica havia sido recuperada fortemente no capitalismo. Os êxitos da recuperação capitalista no pós-guerra levaram ao abandono da teoria dos ciclos em geral e à dos ciclos longos, em particular. Esta ficou restrita a alguns teóricos, ligados à escola institucionalista, sobre a qual Schumpeter exerceu uma influência decisiva. Dentro do pensamento marxista, Kondratieff não era reconhecido ou aceito e muitas vezes foi simplesmente ignorado.

Enfim, o marxismo segue esse caminho difícil nas décadas de 1940, 50 e 60, rediscutindo os problemas da transição ao socialismo, em função do aparecimento das novas experiências socialistas na Europa Oriental, na China, na Argélia e em Cuba. A dissidência iugoslava abriu um vasto campo de debate teórico e de experiência prática. O processo iugoslavo introduzia no debate as questões de uma via socialista alternativa, baseada na autogestão, do projeto de uma sociedade internacional sem os alinhamentos determinados pela guerra fria, da

aliança dos povos coloniais, da necessidade de uma aliança entre os marxistas, a Internacional Socialista e os movimentos de libertação nacional.

Na década de 60, a absoluta singularidade da revolução cubana introduz novos elementos no debate internacional, sobretudo no que respeita à relação entre a revolução democrática nos países dependentes e a passagem para uma economia socialista. A guerra do Vietnã e a derrota da maior potência militar da história por um movimento insurrecional à base de guerrilhas colocou o debate da década de 70 sobre bases completamente distintas. Surgem as tentativas de regimes de transição ao socialismo no Oriente Médio e na África. Casos complexos como o da Argélia, o de Angola, ou mesmo o de Moçambique enriqueciam enormemente a problemática da possibilidade de uma diversificação tão ampla das experiências de transição ao socialismo.

A dissidência chinesa da Terceira Internacional em 1961 já colocara na ordem do dia as questões do abandono do socialismo pela URSS; do cerco dos países agrários aos países industriais; da existência de um desenvolvimento tecnológico alternativo e de um novo modelo de desenvolvimento baseado numa revolução cultural. Todas estas teses, apoiadas em aspectos parciais da crise global do sistema econômico e político mundial, instaurado ao final da II Guerra Mundial, produziam um amplo movimento de massas em escala mundial que teve seu auge no ano de 1968, particularmente durante o maio francês. Este anunciava o fim da liderança dos partidos comunistas sobre o movimento operário em escala mundial e a emergência de uma nova fase do movimento popular mundial, do pensamento socialista e das experiências de desenvolvimento econômico e social, seja nos países centrais ou nos países periféricos.

O NOVO MARXISMO PÓS 68

Essa realidade nova e complexa vai gerar um período de grande expansão do pensamento marxista nas universidades dos Estados Unidos, da Europa, do Japão e da América Latina e Caribe. No fim da década de 60, sobretudo com os movimentos de 1968, assistimos ao

surgimento de um marxismo acadêmico, com uma base institucional forte, que não parte necessariamente da elaboração teórica vinda da União Soviética, nem mesmo dos outros países socialistas, porque se reconhecia que, nestas instituições, o pensamento marxista estava profundamente dependente de interesses de políticas internas e externas que apareciam como condicionadores negativos.

Com o surgimento deste marxismo acadêmico, o campo teórico da economia marxista ampliou-se enormemente. Ela afetou a teoria pura do valor e da sua conversão em preço, que sofreu mudanças interessantes com a contribuição de Sraffa e seus discípulos da escola de Cambridge, entre os quais se destaca Garegnani por sua maior preocupação com o marxismo. Ela avançou ainda neste plano teórico com os esforços de matematização das categorias básicas dos marxismo e de medida da evolução histórica da taxa de lucros, que se refletem sobretudo nos trabalhos de Anwar Shaikh. A União dos Economistas Radicais, nem sempre filiada ao marxismo, procurou abarcar uma ampla temática econômica, voltada sobretudo para as políticas econômicas. Na verdade, o marxismo se converteu num campo teórico e analítico extremamente rico e diversificado, sobretudo sob a influência do estruturalismo de Louis Althusser, mas sofrendo ao mesmo tempo a influência do criticismo hegeliano de um Adorno e da Escola de Frankfurt, ou sob o impacto do historicismo dialético de Della Volpi e sua escola italiana. Na América Latina forma-se uma tendência a um enfoque histórico-estrutural que não teve ainda sua elaboração filosófica suficientemente desenvolvida.

Ao mesmo tempo, este marxismo acadêmico começa a resgatar um amplo espectro do pensamento marxista que era desconhecido nos países socialistas, ainda dominados pela censura e pelas limitações que o stalinismo representou em termos de destruição do antigo Partido Bolchevique, de todas as suas lideranças, de seus intelectuais, de seus pensadores e de suas obras, impedindo o estudo desses autores, impedindo inclusive o estudo das obras fundamentais de Marx e do próprio Lenin, e limitando o marxismo a um campo teórico muito reduzido fundado no "materialismo dialético" e no "materialismo histórico" e na interpretação stalinista do processo de construção do socialismo na

União Soviética, com todas as implicações que daí decorriam.

Somente nas décadas de 60 e 70, como resultado das denúncias de Kruschev e com o começo da abertura desses países para novas concepções, sopraram os novos ventos da renovação teórica nos países socialistas. A teoria da revolução científico-técnica, por exemplo, sobretudo na sua versão tcheca, com a obra de Radovan Richta e do grupo de cientistas que o apoiou (que foi logo condenada e censurada como consequência das pressões soviéticas), era uma retomada da criatividade teórica, a partir das geniais intuições de Marx sobre a evolução da tecnologia e seu impacto social, sobretudo, nos *Grundrisse*. Estes textos recém se incorporavam ao debate teórico contemporâneo, com importantes repercussões no pensamento da Europa Oriental e da própria União Soviética. Lamentavelmente, a teoria da revolução científico-técnica evoluiu em muitos autores no sentido de uma apologética da construção do socialismo nos chamados países de "socialismo avançado".

Em outros casos, produziu-se uma versão da teoria da revolução científico-técnica que tendia a um determinismo tecnológico que chegava a apagar totalmente as diferenças entre os regimes econômicos e sociais. O resultado foi a concepção de uma teoria econômica extremamente eclética que terminava aceitando como referência fundamental as categorias básicas da teoria econômica, que vinha se desenvolvendo dentro do pensamento conservador ocidental. Produzia-se na URSS um afastamento total de todo o pensamento marxista, cuja maior parte já havia sido excomungada desde a vitória de Stalin (que proibiu a leitura de todos os autores marxistas que não se submetessem à sua versão do marxismo e do leninismo).

O MARXISMO SOVIÉTICO COMO BLOQUEIO E UMA NOVA FASE PÓS GUERRA FRIA

A pobreza deste "marxismo stalinista" era um bloqueio definitivo à evolução da formação científica de uma intelectualidade cada vez mais importante numericamente e sofisticada culturalmente. O mais dramático era, contudo, o fato de que os preconceitos e as reminiscên-

cias das lutas de facções impediam totalmente o acesso à literatura marxista não ortodoxamente stalinista ou neo-stalinista, limitando o contato com o pensamento socialista e social democrata ocidental, considerado competitivo, e abrindo as portas ao conhecimento superficial e à adesão simplória ao pensamento conservador ocidental.

Como era mais fácil ter acesso ao pensamento conservador ocidental, na medida em que o pensamento marxista e mesmo o social-democrata, eram condenados pelo Partido Comunista da URSS e pelos partidos comunistas do Ocidente, produziu-se uma drástica alternativa entre o marxismo stalinista e o pensamento conservador liberal. Esta alternativa não se apresentava nunca entre a interpretação stalinista e outras correntes do marxismo ou mesmo o reformismo ocidental, que se tendia simplesmente a ignorar.

Esse conjunto de equívocos se reflete hoje numa grave crise do marxismo da Europa Oriental e da ex-URSS, confundido totalmente com o stalinismo, e numa indefinição das possíveis evoluções que sofrerão essas correntes do marxismo soviético, que tenta reformar-se para interpretar fenômenos totalmente incompreensíveis para o seu horizonte teórico e político, tais como a dissolução da União Soviética e do Partido Comunista soviético.

Essas reflexões sobre a direção que seguiu o pensamento marxista mostram que, no que se refere à teoria econômica propriamente dita, o marxismo demonstrou grande vitalidade ao identificar, por exemplo, o surgimento de uma economia monopólica e imperialista no fim do século XIX; adiantando-se à teoria econômica acadêmica e ortodoxa, que só vai descobrir estes problemas na década de 20 com a obra de Chamberlain e Joan Robinson. Hilferding já havia identificado e analisado, no começo do século XX, a importância da concentração econômica, do monopólio, da intervenção estatal e do capital financeiro; Rosa Luxemburgo já havia identificado os limites estabelecidos pela restrição à expansão do mercado de consumo de produtos finais e o papel do consumo estatal para manter a acumulação capitalista moderna, problemáticas que só irão se incorporar à teoria econômica acadêmica na obra de Keynes e de Kalecki na década de 30.

O pensamento econômico marxista antecipou o estudo sobre o ciclo econômico e foi quem revelou a existência e a forma dos ciclos longos, a necessidade da participação crescente do Estado na economia capitalista monopólica e foi ainda o iniciador do debate sobre a libertação das colônias e do papel do nacionalismo nos países dependentes e coloniais. Ele teve que enfrentar a questão da formação de uma economia mundial, desde suas origens, mas particularmente o surgimento do imperialismo no final do século XIX. Foi instado ainda a explicar o surgimento de uma revolução proletária num país atrasado e as possibilidades de uma acumulação primitiva socialista. Teve, enfim, que posicionar-se sobre o caráter do regime econômico e social que emergia destas condições históricas tão singulares e sobre sua relação com as novas revoluções democráticas e anti-coloniais que se desenvolviam em escala planetária. O pensamento marxista foi o primeiro a enfrentar a análise do fascismo como nova forma de reação do grande capital à revolução social. Hoje ele se vê desafiado a explicar o fim da URSS e dos partidos comunistas e a emergência de fortes correntes neoliberais na condução da política e da economia destes países, mesmo que seja por um período curto, como parecem indicar os acontecimentos políticos nestes países.

Pode-se acusar o pensamento econômico marxista de dogmatismo, de imobilismo, de uma constante volta aos clássicos, mas esta é uma visão evidentemente externa ao mesmo. Visto de dentro, ele passou por permanentes crises e vem sofrendo evoluções conceituais que revelam uma riqueza teórica e uma capacidade de antecipação temática em relação ao pensamento neoclássico e keynesiano, em geral surpreendentes. Diante do empirismo do pensamento econômico não marxista, espremido entre o formalismo teórico de um lado (por sinal, bem mais dogmático que o marxismo), e o empirismo pragmático de outro, à falta de instrumental teórico para analisar os processos históricos concretos, o marxismo tem a oferecer um arcabouço muito mais complexo, testado por processos históricos de grande importância e um alto grau de previsão histórica. Estas qualidades podem se contrapor em boa medida às graves debilidades advindas da oficialização do marxismo em torno de um teórico tão medíocre como Stalin, e das exigências apoloéticas de um Estado Nacional acossado e necessitado de alto

grau de legitimidade para realizar a sua acumulação primitiva em bases totalmente novas.

NOTA BIBLIOGRÁFICA

O leitor que quiser conhecer mais em detalhe o pensamento marxista sobre economia e outros temas, pode tomar como guia o *Dicionário do Pensamento Marxista*, de Tom Bottomore (1988). Ele é em grande parte uma expressão da nova dimensão acadêmica do marxismo, e um excelente levantamento do que se dispõe sobre a evolução do capitalismo contemporâneo. Mais eclética é a coleção de livros preparada por Eric Hobsbawn (1980-84), muito tributário do marxismo italiano, mais identificado com o movimento de massas do seu país, mas de grande nível acadêmico. A Fondazione Giangiacomo Feltrinelli (1973) organizou uma *História do Marxismo Contemporâneo* extremamente rica, em sete volumes. Com estes livros coletivos buscava-se superar os limites das tentativas de autores individuais como Kolakowski (1978), Lichtheim (1970), Cole (1959) e mesmo Garratana (1975), que não pretendeu abarcar todo o quadro histórico. Veja-se também meu livro com Vania Bambirra (1981).

Sobre a concepção iugoslava de socialismo, sugerimos ao leitor o capítulo sobre o marxismo e a revolução iugoslava do livro de Predrag Vranicki (1977). O autor analisa também o marxismo nos vários países socialistas, além da Europa ocidental. Chamamos a atenção do leitor para a revista *Socialism in the World*, que recolhia o material das mesas redondas de Cautat, Iugoslávia, que se organizaram anualmente entre 1975 e 1988, e de cujo conselho fiz parte.

BIBLIOGRAFIA

- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1988.
- COLE, G.D.H. *Historia del Pensamento Socialista*. México, Fondo de Cultura Econômica, 1959, 7 vols.
- DOS SANTOS, Theotonio e Bambirra, Vania. *La Estrategia y Tática Socialistas de Marx y Engels a Lenin*. México, Ed Era, 1981, 2 vols.
- FONDAZIONE GIANGIACOMO FELTRINELLI. *Storia del Marxismo Contemporaneo*. Milão, Feltrinelli, 1973, 7 vols.

GERRATANA, Valentino. *Investigaciones sobre la Historia del Marxismo*, México, Grijalbo, 1975, 2 vols.

KOLAKOWSKI, Leszek. *Main Currents of Marxism*. Oxford, Oxford University Press, 1978, 3 vols.

LICHTHEIN, George. *Breve Historia del Socialismo*. Madrid, Alianza Editorial, 1970.

VRANICKI, Predrag. *Historia del Marxismo*. Salamanca, Ediciones Sígueme, 1977, 2 vols.

SOCIEDADE E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

*Manuel Correia de Andrade**

INTRODUÇÃO

É muito difícil fazer-se uma análise sucinta da questão da propriedade da terra no Brasil e da luta travada entre os beneficiários na apropriação da mesma e os excluídos de participação nos frutos da produção. Isto, sem falar que, em geral, são os excluídos aqueles que trabalham a terra e a beneficiam em condições de remuneração as mais cruéis.

As análises que vêm sendo feitas por especialistas do direito, como, entre outros, Raymundo Laranjeiras¹, Otávio Mello Alvarenga² e Igor Tenório³ ou por técnicos dos vários setores, nos dão uma visão bem definida, dentro de enfoques específicos, enquanto cabe aos estudos sociológicos analisar a totalidade; desta visão, não devem ser excluídos aspectos antropológicos, geográficos, econômicos e políticos, que sempre interferem na problemática. Também não se pode excluir, em qualquer proposição, um toque ideológico, de vez que, hoje, ninguém de boa fé pode admitir que haja isenção política ou neutralidade em qualquer reflexão que se ligue à questão social. Para que se alcance uma objetividade, dentro de uma visão totalizadora, necessário se faz uma reflexão histórica, de vez que o presente é plasmado em um passado que continua presente e se projeta para o futuro; qualquer análise

* Pesquisador-Diretor da FUNDAJ. Doutor em Economia.

¹ *Propedêutica do Direito Agrário*. São Paulo, Ed. LTR, 1975.

² *Direito Agrário*. R. J., Instituto dos Advogados do Brasil, 1974.

³ *Manual de Direito Agrário Brasileiro*. São Paulo, Resenha.

não pode ser feita como uma espécie de instantâneo do que está marcado na paisagem e nas relações sociais, porque a origem da paisagem atual e das relações existentes, vem se processando lentamente, através dos tempos, e apresenta as tendências e as indicações das projeções futuras. Assim, a cronologia, com a sucessão do passado, presente e futuro, é apenas formal, estando, dialeticamente, o futuro no passado e o passado sendo preservado no futuro. Daí a necessidade de se analisar a questão agrária no Brasil e a problemática a ser corrigida e modificada, levando-se em conta a formação social que deu origem à mesma, sabendo-se que todas as soluções não são definitivas, elas visam a atingir metas que, antes de se efetivarem, já necessitam de reformulação.

A COLONIZAÇÃO E A PROPRIEDADE DA TERRA.

Os portugueses, ao conquistarem o Brasil, se apropriaram do seu espaço geográfico e o fizeram com vistas à expansão do capitalismo mercantil, a fim de obterem espaços produtores de matérias primas para o mercado europeu. O processo de colonização foi, assim, um empreendimento comercial⁴, de vez que, no século XVI, Portugal já ultrapassara a fase considerada agrária de sua economia e, com a dinastia de Aviz, já se tornara uma nação essencialmente mercantil⁵.

Os colonizadores, de início, não se preocuparam com a apropriação da terra como propriedade particular, limitaram-se a fazer a exploração extrativista de produtos florestais, sobretudo do pau Brasil, para atender à demanda européia. Só ao compreenderem que a conquista da terra perigava devido à concorrência francesa, se não realizassem o povoamento, é que eles criaram o sistema das capitânicas hereditárias e fundaram vilas e povoações; passaram, então, a desenvolver uma agricultura, com grande utilização de capitais⁶, a se apropriarem das terras

⁴ PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Martins, 1944.

⁵ AZEVEDO, J. L. *Épocas de Portugal Económico*. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1947.

⁶ FURTADO, C. *Formação Económica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora

e a utilizar trabalho escravo.

Para disciplinar a atividade agrícola, transplantaram para o Brasil o sistema das sesmarias, já utilizado na conquista do território metropolitano e nas ilhas do Atlântico. As pessoas ricas e que fossem católicas, recebiam dos donatários grande extensão de terras, onde construíam grandes casas fortificadas, guerreavam os indígenas, derrubavam as matas e faziam plantações, pagando um foro à Ordem de Cristo que era, nominalmente, a proprietária de todas as terras do Brasil⁷. Para trabalhar a terra utilizavam escravos índios, vencidos nas guerras, e importavam escravos negros da África, estabelecendo um intenso comércio entre o Brasil e o continente negro, sobretudo Guiné e Angola, passando o negro a ser essencial ao desenvolvimento econômico da terra conquistada.

O sistema das sesmarias predominou em todo o período colonial, e nele os sesmeiros tinham apenas a posse da terra e não o domínio; mas, com o poder de que desfrutavam, exerciam a exploração total das terras que lhes eram destinadas, dominando tanto os escravos, índios e negros, como os que trabalhavam para eles como meeiros ou empregados. Havia, também, sem situação jurídica regulamentada, em grandes áreas distantes dos centros governamentais, grupos de migrantes que, não dispendo de títulos de posse, se estabeleciam em terras que conquistavam, vivendo à margem da administração colonial. Foi reconhecendo a importância destes grupos, que José Bonifácio, antes da Independência, fez extinguir o sistema de sesmarias, substituindo-o pelo "direito de posse".

Do ponto de vista formal, o "direito de posse" foi uma evolução sobre o sistema das sesmarias; ele abria a exploração da terra a pessoas que a haviam conquistado sem dependerem das relações com as autoridades, mas a forma de reconhecimento dificultaria a execução da lei. Esta intervenção do Patriarca da Independência pode ser apontada

Nacional, 1986, 21ª ed.

⁷ PORTO, C. *Estudos sobre o Sistema Sesmarial*. Recife, Imprensa Universitária, 1963.

como uma primeira tentativa, frustrada, de democratizar o acesso à propriedade e à posse da terra.

O sistema do direito de posse vigoraria até os meados do século XIX, quando foi aprovada a lei de acesso à propriedade pelo sistema de compra e venda. Esta lei resultara de uma reação dos proprietários de terra que tremiam ter dificuldades de reter os trabalhadores em suas propriedades quando fosse abolida a escravidão. Eles compreendiam que a escravidão indígena havia sido extinta legalmente, no século XVIII, e que a escravidão negra, condenada pela Inglaterra, teria pouca duração; ela seria abolida, gradativamente, com a extinção do tráfico de negros da África para o Brasil (1850), com a Lei do Ventre Livre (1871), com a Lei dos Sexagenários (1886) e finalmente, com a Lei Áurea (1888). Por isto, as áreas mais dinâmicas haviam iniciado uma política de atração de imigrantes, sobretudo italianos, para trabalharem nos cafezais, e estes fazendeiros, naturalmente, procuravam forçar os mesmos a permanecerem em suas terras por um período expressivo. Do contrário, muitos imigrantes, logo após a chegada ao país, já com alguma experiência no trato dos cafezais, fariam a marcha para o interior, conquistando áreas às florestas ainda não apropriadas.

A REAÇÃO DOS EXCLUÍDOS

É falsa a idéia, muito difundida, de que não houve grande reação à escravidão no Brasil, por parte dos excluídos. Na verdade, a história brasileira é uma luta permanente dos excluídos do acesso à terra pela obtenção de direitos ligados à possibilidade de exploração da mesma.

Desde a conquista, os indígenas lutaram denodadamente contra os colonizadores que os expropriavam e tiravam a liberdade. As lutas, iniciadas no litoral, continuaram no interior quando eles foram expulsos das melhores terras, dizimados ou aldeados, a fim de serem chamados para o trabalho quando se fazia necessário. Para os trabalhos de sedentarização e de submissão, os colonizadores contaram com o apoio geral dos religiosos que se encarregavam da catequese; muito embora, mesmo entre estes, houvesse os que tomaram o partido dos nativos, como os capuchinhos franceses chefiados por Frei Martinho de Nantes,

no São Francisco, e alguns jesuítas que seguiam a orientação do padre Luis de Grã. No Sudeste, Sul e Centro do Brasil onde, nos primeiros séculos, não se desenvolveu uma agricultura de exportação, e antes da descoberta do ouro, os bandeirantes e entradistas guerrearam e escravizaram tribos inteiras que transportaram para o Leste. Estes episódios estão ligados à guerra que promoveram contra o Território das Missões, onde os jesuítas tentaram organizar um estado teocrático com grande desenvolvimento de atividades artísticas e culturais⁸. Merece referência a chamada Guerra dos Bárbaros, no Nordeste, quando os fazendeiros convocaram bandeirantes paulistas para virem combater os grupos indígenas do sertão nordestino que invadiam as suas fazendas e dizimavam o gado.

E os índios vêm sendo, até os nossos dias, combatidos, espoliados, explorados e desapropriados de suas terras na Amazônia e no Centro Oeste, em nome da necessidade de conquista do território nacional e da exploração das riquezas naturais, baseada em projetos governamentais. Casos, como o da cassiterita em Rondônia, no Amazonas e no Pará⁹, em que foram liberadas à exploração mineral terras já demarcadas das nações indígenas, são gritantes.

A luta dos negros também foi épica e se iniciou no século XVI, com a própria escravidão africana. Muitas dessas lutas não conseguiram entrar para a história, bloqueadas que foram pelos historiadores oficiais, sempre subservientes aos interesses das elites, e só hoje é que já se reúne farta documentação a respeito. A mais famosa foi, naturalmente, o Quilombo dos Palmares em que os negros fugidos se estabeleceram no sul de Pernambuco e norte de Alagoas e se organizaram em um sistema político-econômico semelhante às organizações africanas, e mantiveram comércio e luta com o próprio governo colonial¹⁰. Só com o apoio de bandeirantes paulistas é que se conseguiu destruir este redu-

⁸ VIANNA, H. *História do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, 1961.

⁹ ANDRADE, M. C. *A Cassiterita nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro, Brasília, CNPq/CETEM, 1991.

¹⁰ CARNEIRO, E. *O Quilombo dos Palmares*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1958, 2ª ed.

to negro. Outros focos de resistência negra foram encontrados em diversos pontos do país, como no Maranhão, já no século XIX, quando o preto Cosme chefiou um grande grupo de revoltados e fez luta paralela à desenvolvida pelos balaíos contra as tropas imperiais. No Maranhão e na Bahia, províncias que tinham uma elevada população escrava, foram numerosos os quilombos e até revoltas urbanas, como a dos Malês, em 1835¹¹, em que negros islamizados ameaçaram a população branca de Salvador.

Estas revoltas negras foram freqüentes em vários pontos do território nacional, durante todo o período imperial, e deram origem a quilombos que muitas vezes chegaram quase até os nossos dias, onde grupos negros vivem segregados da população que os cerca.

Negros em lutas contra os poderosos e tentando manter o controle da terra que cultivavam, se aliaram a indígenas, a brancos pobres e mestiços, posseiros e pequenos proprietários, e enfrentaram as forças governamentais, como ocorreu com a Cabanagem no Pará, com a Balaiada no Maranhão e Piauí e com a Guerra dos Cabanos em Pernambuco e Alagoas¹².

A EVOLUÇÃO DO CAPITALISMO E A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS

As formas de exploração da terra e a expansão da produção, imprimiram modificações substanciais nas relações de trabalho, intensificando e empobrecendo cada vez mais, os grupos mais pobres. Assim, na passagem da agricultura de meação e do sistema de moradores para o sistema assalariado, os trabalhadores foram afastados do controle dos meios e instrumentos de produção e passaram a receber apenas o salário em moeda ou em vales. Os pequenos produtores foram sendo, gradativamente, afastados das áreas que passavam a ter melhores condições de acesso ao mercado. O uso e a difusão da máquina fizeram cair

¹¹ FREITAS, D. *Insurreições Escravas*. Porto Alegre, Movimento, 1976, pp. 69-87.

¹² ANDRADE, M. C. de. *A Guerra dos Cabanos*. Rio de Janeiro, Edições Conquistista, 1965.

a demanda de mão-de-obra e os trabalhadores tiveram que fazer migrações sazonais à procura de trabalho, levando-os a um maior grau de empobrecimento.

Em compensação, as facilidades de comunicações os levaram a se organizar para reivindicar direitos e para reagir contra a espoliação de que estavam sendo vítimas. Com a redemocratização do país, a partir de 1946, trabalhadores passaram a se organizar em associações profissionais, tentando formar sindicatos e ligas. Estas iniciaram as suas atividades com o apoio do Partido Comunista, ainda na década de Quarenta, quando ele viveu um curto período de legalidade. A organização em sindicatos era muito difícil, de vez que eles estavam sob controle do Ministério do Trabalho. Ocorreu, porém, que alguns passaram a reivindicar a aplicação de leis que os favoreciam e que não eram cumpridas, através de dispositivos do Código Civil Brasileiro, de 1916, e da própria consolidação das Leis do Trabalho, de 1943. Iniciava-se uma luta que seria aguerrida e que só seria controlada pelo poder público, repressivo, após o golpe de 1964.

As Ligas Camponesas, iniciadas em Pernambuco sob a orientação do deputado socialista Francisco Julião, eram uma sociedade civil, tendo sido bem aceitas e orientadas, sobretudo por pequenos produtores, proprietários e arrendatários, e logo se expandiram por todo o Brasil. Os sindicatos rurais, estimulados nos governos Getúlio Vargas e João Goulart, passaram a ser reconhecidos pelo Ministério e a ter funcionamento regular no período final da década de Cinquenta; eles tinham maior importância e expressão nas áreas em que os trabalhadores rurais haviam sido proletarizados. Embora os trabalhadores reclamassem sempre o direito ao acesso à propriedade da terra, e nas Ligas Camponesas, a primeira reivindicação era a reforma agrária que desejavam se fizesse "na lei ou na marra", nos sindicatos rurais, as reivindicações eram prioritariamente salariais. Posições ideológicas, interesses locais e regionais, influências e disputas de lideranças, provocaram o surgimento de vários movimentos camponeses que amedrontaram as classes dominantes, ocasionando a realização do golpe de 1964. Temiam as mesmas o estabelecimento, sob a orientação de Goulart, de uma república sindicalista.

A promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963), inspirado pelo deputado trabalhista Fernando Ferrari, estendeu vários direitos dos trabalhadores urbanos ao campo, provocando forte reação dos proprietários; só em alguns estados, como Pernambuco, governado por Miguel Arraes, tentou-se assegurar a aplicação da lei. Posição que provocaria acusações de comunista e de revolucionário contra o mesmo, levando a sua deposição¹³.

Com a vitória do movimento militar de 1964, várias organizações de trabalhadores foram extintas e seus líderes aprisionados e perseguidos, mas os sindicatos rurais foram mantidos, embora com a substituição dos dirigentes por militantes que merecessem a confiança do novo Governo. Em geral eram ligados à Igreja Católica, que se engajara na organização sindical rural no período populista.

Com o controle dos sindicatos, procurou o Governo desenvolver uma política de apaziguamento do campo, de forma a reconhecer direitos mas mantendo as novas estruturas. Daí uma série de medidas assistencialistas, como a incorporação do trabalhador rural entre os associados do Instituto de Previdência, a desapropriação e loteamento de algumas propriedades onde havia maiores litígios, e o desenvolvimento do PROTERRA, que se apresentava como uma reforma agrária consentida, na qual os proprietários ofereciam as terras a serem desapropriadas, geralmente aquelas de menor valor, e indicavam os parceleiros a serem premiados.

A IMPORTÂNCIA DO ESTATUTO DA TERRA

O Estatuto da Terra (Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964), promulgado alguns meses após o golpe de estado conservador, representou um documento jurídico de grande importância e, ao mesmo tempo, uma providência para conter o movimento vindo da base em favor de modificações na estrutura fundiária. Na verdade, este movimento de base não era bem articulado e definido; ele defendia uma reforma agrária mas não estabelecia diretrizes para a mesma, nem como seria

¹³ MARTINS, J. S. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1981.

aplicada nas diversas regiões do país. De um modo geral, defendia a idéia de que as terras apropriadas, os latifúndios por dimensão, deveriam ser divididos e entregues a trabalhadores e que os salários deviam ser melhorados. Os estudiosos, que nem sempre tinham influência política e proximidade com o poder, estudavam os tipos de relações de trabalho existentes e procuravam analisar que modificações deveriam ser feitas; alguns agitadores, animados com o sucesso da revolução cubana, procuraram estabelecer guerrilhas em regiões pouco acessíveis, como a de Trombas e Formoso¹⁴. Do ponto de vista teórico, também se discutia a possibilidade de dividir as terras, integrando as pequenas propriedades em cooperativas, ou de se organizar propriedades cooperativas em que os associados não teriam a propriedade da terra mas apenas quotas das cooperativas e sistemas de exploração coletivistas.

Havia ainda os que consideravam a necessidade de se encaminhar um processo de apoio aos pequenos produtores e aos assalariados. Assim, aos primeiros, se deveria dar acesso fácil ao crédito agrícola oficial, à assistência agrônômica e à organização da comercialização, livrando-os dos intermediários; aos segundos a garantia de suas organizações sindicais e o apoio a reivindicações por melhores salários, melhores condições de trabalho e a assistência previdenciária. As várias correntes, formadas por socialistas, comunistas, católicos de esquerda, anarquistas, etc., participavam de uma luta desigual contra os defensores da ordem estabelecida e contra os proprietários rurais, sem desenvolverem uma estratégia de luta que os unisse e fortalecesse.

A falta de uma estratégia, a desorganização, o apoio norte-americano, além de outros fatores, provocaram a queda rápida do Governo populista e a ascensão de um Governo conservador com aberta opção pelo capitalismo e com compromissos com o dito "mundo ocidental", em luta com posições bem definidas na chamada guerra fria. O mundo se achava polarizado e havia o temor, por parte dos capitalistas, de um avanço do socialismo nos territórios por eles dominados.

¹⁴ ABREU, S. B. *Trombas. A Guerrilha de Zé Porfírio*. Brasília, 1985.

Com planos bem definidos e dispendo de poder militar e do apoio internacional capitalista, o Governo Federal organizou uma lei bem ampla para transformar, de forma conservadora, a realidade agrária brasileira. E esta lei foi o Estatuto da Terra que, para setores revolucionários mais conservadores, pareceu uma concessão ao movimento socialista, mas que, na realidade, encaminhava uma contra-reforma que reforçaria o poder e a solidez da grande empresa frente a mudanças que eram inevitáveis em escala mundial. Ela permitiria, assim, o enfraquecimento do latifúndio tradicional, para criar e desenvolver o latifúndio capitalista moderno, bem mais rentável e explorador.

Este latifúndio moderno se desenvolveria sobretudo nas áreas em povoamento, que se tornavam acessíveis com a construção de rodovias que, partindo de Brasília e de São Paulo, atingiriam áreas em grande parte ocupadas pelo cerrado e por florestas equatoriais, no atual Estado de Tocantins, no Pará, no Mato Grosso, em Rondônia, no Acre, no Amazonas e chegando hoje ao Estado de Roraima. Aí, ao lado e a alguma distância das rodovias, os projetos agrícolas e agro-pastorais, financiados pelo Governo Federal, possibilitavam o desmatamento em larga escala da floresta amazônica para a formação de plantações da *Coffea robusta*, do cacau e de pastagens. O impacto ecológico seria negativo, de vez que a cobertura vegetal era devastada sem um aproveitamento racional da madeira. Os solos, desnudos e expostos às intempéries, eram laterizados e sofriam a erosão e o transporte para os vales, e as pastagens se tornavam fracas após alguns anos de exploração. O impacto social era impiedoso, provocando a desaculturação dos grupos e tribos indígenas sobreviventes e a expulsão dos posseiros das terras que eles já haviam cultivado. A guerra feita contra índios e posseiros foi das mais cruéis e o morticínio, com ataques diretos, com tocaias e com tomada de mantimentos, fez desaparecer famílias inteiras. A questão fundiária voltava aos lances épicos da época da conquista.

Os projetos governamentais de colonização em larga escala, associados à construção de rodovias, fracassaram, como ocorreu na área da Perimetral Norte e na região de Altamira, que seria servida pela Transamazônica, onde chegou-se a construir até uma usina de açúcar. Não menor foi o insucesso com as grandes plantações de cacau e café

em Rondônia.

O Estatuto da Terra provocou a criação do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), responsável pela reforma agrária, e do INDA (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Agrário), que seria responsável pela política de colonização. Felizmente o legislador já distinguia expressamente reforma agrária de colonização, ao contrário de cientistas sociais mais conservadores que admitiam ser a reforma agrária um projeto gigantesco de colonização. Na verdade, uma reforma agrária traz em si um compromisso com mudanças de estrutura, enquanto um projeto de colonização, por maior que seja, não apresenta compromissos deste tipo. Os dois institutos coexistiram até que, em 1969, foram integrados em um único Instituto, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

No período militar houve uma abertura maior para o problema da desapropriação de terras, sobretudo em áreas de tensão, ficando estabelecido que a propriedade privada tinha que ter uma função social, a fim de a sua desapropriação, tendo sido criado um Fundo Nacional de Reforma Agrária para tornar possível a execução desta política; determinou que fosse feito um zoneamento agrário, para efeito de reforma, e uma classificação dos imóveis rurais, de acordo com o módulo e com o nível técnico de exploração agrícola; determinou ainda a elaboração de planos nacional e regional de reformas agrária a fim de impedir ou dificultar uma ação feita de forma intempestiva no setor e procurou-se estimular o cooperativismo, através da criação de cooperativas integrais de reforma agrária (CIRA), e uma política nacional de cooperativismo (Decreto Lei n. 59, de 21 de novembro de 1966), estimulando os serviços de extensão rural, usando técnicas importadas dos Estados Unidos.

As lideranças sindicais rurais, a princípio temerosas, aceitaram uma atitude de cooperação e procuraram aprofundar as orientações assistenciais, transferindo para o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) a assistência médica e dentária aos trabalhadores; assistência que até então era dada, de forma aleatória, pelos proprietários. Em seguida, à proporção que o regime militar foi abrandando e encontrando resistência nos vários setores da sociedade, puderam os traba-

lhadores organizar um maior número de sindicatos a nível municipal, de federações a nível estadual e de confederação - a CONTAG - a nível nacional.

Os avanços e recuos se procediam em função da maior ou menor abertura militar e também das disputas no meio dos trabalhadores, que apresentavam uma grande convergência - a luta por melhores salários e pela reforma agrária - e muitas divergências em função de interesses regionais e da grande diferença entre os interesses dos pequenos produtores e dos assalariados; essa diferença, ainda hoje enfraquece e perturba o movimento sindical rural. O movimento é prejudicado ainda pela facilidade com que as associações de grandes e médios proprietários copiam os pequenos proprietários, em favor das reivindicações mais retrógradas, atemorizando-os com a possibilidade de perda de suas terras.

A legislação elaborada no período militar, apesar de voltada muito mais para o aumento de produção e de produtividade do que para a problemática social, poderia ter trazido um maior equilíbrio ao meio rural se fossem aplicados com mais fidelidade os dispositivos legais por eles promulgados e se fizesse sentir com maior intensidade. Foram poucas as desapropriações de terras e muito mal administradas as que foram feitas, como ocorreu com a Usina Caxangá cujo projeto foi administrado por pessoas ligadas às usinas de açúcar e cujo interesse maior era que o projeto fracassasse. Na realidade, o INCRA, salvo em curtos períodos, como o atual, funcionou mais para impedir do que para fazer uma reforma agrária. O problema da falta de fidelidade chega a tal ponto que nem mais o cadastramento periódico de propriedades cujo conhecimento é da maior importância, vem sendo publicado com regularidade.

A QUESTÃO AGRÁRIA E A CONSTITUIÇÃO DE 1988.

Se, no período militar, a questão agrária foi desviada de suas diretrizes básicas e os latifúndios aumentaram de extensão nas áreas tradicionais, beneficiadas

por programas os mais diversos, após a chamada Nova Repúbli-

ca, a política agrária não sofreu modificações substanciais. Observa-se até que, no período em que o país sofreu um rápido e intenso processo de modernização, que Graziano classificou como dolorosa¹⁵, a expulsão do homem do campo para a cidade acelerou-se e a população urbana, no recenseamento de 1991, atingiu cerca de 75%, sendo, no Sudeste, da ordem de 90%, típica dos países do Primeiro Mundo. A taxa de urbanização elevou-se a mais de 50% em todas as regiões geográficas do Brasil.

O fato de haver ocorrido uma queda acelerada do percentual de população rural frente à urbana, levou vários estudiosos a afirmarem que desaparecia a importância da questão agrária e, conseqüentemente, a necessidade desta reforma. A afirmação é uma falácia, de vez que o êxodo rural acelerou-se devido à falta de uma reforma agrária. A mecanização da agricultura, o uso intensivo de insumos, a pecuarização, etc., foram intensificados porque os proprietários foram estimulados pelos novos falsos modernizadores a intensificar, por métodos nem sempre recomendáveis, as suas atividades empresariais e a expulsarem a população rural para as cidades. Livraram-se de um encargo, mas provocaram o grande problema do crescimento desordenado das cidades e da formação de bairros periféricos habitados por pessoas que não encontram trabalho por não disporem de habilitações profissionais urbanas. As cidades "incharam", como disse Gilberto Freyre, e ficaram cheias de pessoas que não têm profissão definida, e que fazem serviços ocasionais, furtam, se prostituem e vagabundeiam, criando problemas sérios de segurança e de saúde. Epidemias que já haviam sido extintas desde o século passado e nas primeiras décadas do século XX, voltaram a atacar a população. Desse modo, com este êxodo rural, os problemas do campo vieram para as cidades.

Muito grave foi o fato que ocorreu durante a elaboração da Constituinte de 1988, quando grupos de deputados ligados ao meio rural, se mobilizaram para impedir a desapropriação, para fins de reforma agrária, de propriedades consideradas produtivas (art. 185). Ora é difícil estabelecer quando uma propriedade está nesta situação, de vez

¹⁵ SILVA, J. G. *Modernização Dolorosa*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

que, muitas vezes, o proprietário caracteriza a utilização de suas terras apenas usando uma pequena parte da mesma para colocar alguns animais a pastar. Além disto, o Imposto Territorial Rural é muito pouco expressivo no país, fazendo com que proprietários, para se defenderem da inflação sempre em ascensão, adquiram terras a preços baixos e as conservem como reservas de valor.

Assim, apesar da elevada taxa de urbanização, o Brasil continua a ter na questão agrária um dos seus maiores problemas, o que está a reclamar uma solução urgente; solução que atenuar o ritmo do êxodo rural, que diminua as migrações sazonais e que leve ao homem do campo uma qualidade de vida semelhante ao do homem urbano que não se encontra ainda na situação de marginal, de favelado.

QUAIS AS DIRETRIZES PARA SE COMPREENDER E SE PROCURAR UMA SOLUÇÃO PARA A QUESTÃO AGRÁRIA.

É necessário que o país modifique a sua legislação, taxando com rigor as propriedades de grande extensão - os latifúndios por extensão, sobretudo - e obrigando os seus proprietários a pagar impostos. Deve-se também orientar, com base em estudos científicos, as culturas, o destino que deve ser dado a estas propriedades, procurando controlar a produção e a produtividade das mesmas.

Deveria haver uma política agrícola voltada para o estímulo à produção de alimentos, sabendo-se que o país é um dos maiores produtores de grãos do mundo mas que nele vivem mais de 30% de sua população atingida por fome aguda. É aconselhável que se realize uma política de distribuição de terras, de forma cooperativista e coletivista, fazendo voltar para as áreas assim beneficiadas a extensão rural, o crédito agrícola subsidiado e a organização da comercialização. Na verdade, a agricultura é subsidiada em quase todos os países no mundo, sobretudo quando ela é feita em função do abastecimento da população.

A pesquisa científica e a experimentação agrícola, em um país onde órgãos, como a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agro-Pecuárias), vêm desenvolvendo um trabalho notável, devem ser

altamente estimuladas, procurando-se desenvolver técnicas modernas, pouco dispendiosas e adaptadas às nossas condições naturais.

Os estudos técnicos e agronômicos devem estar bem associados às pesquisas de ordem antropológica, geográfica, sociológica e econômica, a fim de que se estabeleça sempre a consciência, entre os técnicos e a população, de que os trabalhos são feitos não em função dos interesses dos mesmos, mas em benefício da população como um todo e do país como responsável pelo bem estar de seus habitantes.

ADAM SMITH PRISIONEIRO DA APARÊNCIA

Observações sobre Críticas à Teoria Smithiana do Valor: Uma Visão Anti-Ricardiana

*Reinaldo A. Carcanholo**

A teoria smithiana do valor não encontrou, nos seus dois mais importantes críticos (Ricardo e Marx), um tratamento adequado: houve, de parte deles, uma incompreensão sobre ela. Em particular, as críticas marxistas, longe de prestarem uma sustentação à própria teoria de Marx, serviram e servem à postura ricardiana, hoje amplamente representada naqueles autores que, sentindo-se incomodados com a concepção subjetiva do valor, temem as implicações do valor-trabalho. Obviamente que entre o que chamamos ricardianos encontram-se aqueles que, de maneira explícita, colocam-se como seguidores de Sraffa, mas também todos aqueles que, intuitivamente ou não, identificam riqueza com tecnologia e concebem a estrutura de preços como resultado de um conjunto de coeficientes técnicos. Sem dúvida e em particular, não excluíamos os pós-keynesianos dos que chamamos ricardianos.

Neste trabalho analisaremos as críticas formuladas por Marx à teoria do valor de Smith que aparecem nas Teorias da Mais-Valia (Marx, 1974), com umas poucas referências a O Capital. Na verdade nos concentraremos não em todas, mas só em uma parte delas: nas que não consideramos adequadas.

Nosso ponto de partida é, por um lado, a interpretação que temos

* Doutor em Economia. Professor do Departamento e do Mestrado em Economia da UFES.

sobre a teoria smithiana e que já tivemos oportunidade de expor (Cf. Carcanholo, 1991). Por outro lado, a própria teoria marxista do valor, que consideramos muito superior à de Smith e tão capaz de explicar a realidade capitalista quanto incompreendida por seus críticos. Em outros lugares expusemos nossa interpretação sobre ela.

Como veremos, Marx tem frente a Smith uma atitude contraditória. Ao mesmo tempo que subestima sua teoria do valor, atribuindo-lhe hesitação ou incoerências, acredita que a teoria smithiana da “dedução” está mais próxima da sua teoria da exploração do que realmente é possível aceitar, superestimando, portanto, as idéias de Smith. O que prevalece em Marx é, na verdade, a subestimação.

Estamos profundamente convencidos de que, à luz da teoria marxista, e deste ponto de vista, a postura frente a Smith deve ser muito mais favorável. Marx não percebeu que estava muito mais próximo das idéias de Smith do que das de Ricardo; sua dívida é muito maior com aquele e não com este. Sem nenhuma dúvida, esse equívoco de Marx lhe custou muito caro. Sua indulgência com as imprecisões da teoria ricardiana do valor permitiu aos seguidores dela, especialmente aos atuais, uma liberdade muito grande para mal interpretá-lo, julgá-lo e condená-lo.

AS DUAS DEFINIÇÕES DE VALOR EM SMITH

Segundo Marx, poderíamos encontrar em Smith duas definições para a magnitude do valor das mercadorias. Na primeira, essa magnitude seria igual à quantidade de trabalho contido nas mesmas (“requerida para produzi-las”, (MARX, 1974A, p.49) e, na segunda, igual à quantidade de trabalho que se poderia comprar com uma unidade da mercadoria.

Para Marx, haveria em Smith hesitação (Marx, 1974a, p.49), confusão (Marx, 1974a, p. 49), vacilação (Marx, 1974a, p. 131) ou contradição (Marx, 1974a, p. 50) entre as duas definições; Smith seria responsável por obscuridade (Marx, 1974a, p. 56) insegurança (Marx, 1974a, p. 49) e/ou ambigüidade (Marx, 1974a, p. 132) frente às duas possibilidades.

Todas essas palavras, em si mesmas, evidentemente não são suficientes para descrever adequada e claramente a posição de Marx sobre o assunto. Existe uma passagem no capítulo IX das Teorias da Mais-Valia que pode nos dar uma pista para o entendimento dessa questão:

“A. Smith identifica o preço natural ou preço de custo¹ da mercadoria com o valor dela, depois de abandonar a concepção correta de valor e de a substituir pela que emana e provém irresistível das aparências da competição. O que aparece na concorrência regulando os preços de mercado não é o valor, é o preço de custo, na qualidade por assim dizer de preço iminente, valor das mercadorias.” (Marx, 1974b, p. 666).

Analisemos essa passagem de Marx. A. Smith partiria de uma concepção correta do valor, a de que sua determinação se faz pela quantidade de trabalho contido nas mercadorias. O segundo passo seria a sua rendição frente à irresistível força das aparências que o faz pensar que o valor se determina pela somatória das remunerações e, portanto, abandona a idéia correta que era a inicial. Imediatamente, então, identifica preço natural ou “preço de custo” (preço de produção) com valor.

MARX ATRIBUI A SMITH O SEU PRÓPRIO CAMINHO

Na verdade Marx estaria assim atribuindo a Smith o mesmo caminho que seguiu n’O Capital: descobre o valor no Livro I e mostra que a sua magnitude depende do trabalho contido; passa ao Livro III e descobre o preço de produção que pressupõe a uniformidade da taxa de lucro e que está mais próximo das “aparências da competição.” Neste ponto Smith deixaria de seguir o caminho “correto” (de Marx) que seria o de mostrar como o valor se transforma em preço de produção e como este não é, senão, o valor apropriado em condições de uniformidade da taxa de lucro, mantendo, no entanto, a idéia de que a magnitude do valor das mer-

¹ Observe que, nesse caso, Marx fala de preço de custo, mas está pensando no seu próprio conceito de preço de produção da 2^a seção do livro III do Capital e não no de preço de custo propriamente dito, que ele estuda na 1^a seção do mesmo livro. (cf. Marx, 1974a, p. 5, nota n^o 29).

cadorias depende da quantidade de trabalho contido. Smith abandonaria, então, sua concepção correta de valor, definiria seu preço natural (preço de produção) por somatória de remunerações e identificaria este como o valor.

Veja-se, também, esta outra passagem das Teorias da Mais-valia:

“Por isso, importa dirigir a atenção para este estranho curso das idéias no livro de Smith: começa ele pesquisando o valor da mercadoria e o define com acerto em certas passagens, e com tanto acerto que descobre, em geral, a origem da mais-valia e de suas formas particulares, e deriva daquele valor salário e lucro. Mas depois toma o caminho oposto e procura, ao contrário, deduzir o valor das mercadorias (do qual derivou salário e lucro) da adição dos preços naturais do salário, lucro e renda fundiária.” (Marx, 1974a, p. 76).

Há outra passagem nas Teorias da Mais-valia também relevante:

“(...) A. Smith hesita no tocante à definição do valor de troca² (...): ora confunde a determinação do valor das mercadorias pela quantidade de trabalho requerida para produzi-las, com a determinação pela quantidade de trabalho vivo mediante a qual se pode comprar a mercadoria³ (...); ora substitui aquela por esta determinação.” (Marx, 1974a, p.49).

Por esta última citação Marx admite que Smith não abandona totalmente a idéia inicial (“correta” segundo Marx) de que a magnitude do valor é igual a quantidade de trabalho contido; segundo sua interpretação ora abandona ora confunde⁴. Haveria uma hesitação em nosso

² Marx utiliza aqui, como sinônimos, valor e valor de troca. Salvo quando nos manifestarmos em contrário, entenderemos que esse é o procedimento de Marx nessa obra.

³ “quantidade de trabalho vivo mediante a qual se pode comprar a mercadoria” - parece ser uma expressão equívoca. O ponto de vista de Smith, quando se pergunta sobre a magnitude do valor da mercadoria, situa-se no possuidor da mesma e não no trabalhador.

⁴ Veja-se também o que afirma no primeiro capítulo do Capital: “De um lado, A. Smith confunde, aí (embora nem sempre), a determinação do valor pela quantidade de trabalho despendido na produção da mercadoria, com a determinação dos valores das mercadorias pelo valor do trabalho, e procura, por isso, demonstrar que iguais

autor frente às duas maneiras de determinação. Esta parece ser, mais apropriadamente, a interpretação de Marx pois, em outras passagens, afirma que Smith retorna à idéia inicial, “correta”.⁵

Na nossa opinião não há em Marx uma atitude verdadeiramente crítica em relação à teoria do valor de Smith, no sentido de buscar uma compreensão profunda da visão desse autor, partindo do suposto inicial de que poderia haver uma coerência interna em seu pensamento. Ao contrário, o ponto de partida de Marx é a idéia de que a magnitude do valor é igual à quantidade de trabalho contido; de que essa é a única visão correta e de que ela deve estar de alguma forma em Smith, no mínimo, de maneira vacilante. O que Marx pretende é “engessar” a teoria de Smith dentro de suas próprias concepções. Atribui a Smith seu próprio enfoque e depois vai nele buscar hesitações, inseguranças, confusões, ambigüidades e contradições. Não há a isenção de buscar a coerência e as intenções do autor criticado.

Observe-se as próximas citações. A propósito de um aspecto da análise smithiana de salário, Marx diz:

“Assim, Smith permite que sua teoria correta - a de ser o valor da mercadoria determinado pela quantidade de trabalho nela contida - anule ou antes paralise, contrabalance sua idéia errada de o salário, como elemento constitutivo do valor, determinar o valor da mercadoria.” (Marx, 1974b, p. 657).

“(...) determinação correta do valor de troca das mercadorias, isto é, (...) a determinação pela quantidade de trabalho nelas despendida (...)” (Marx, 1974a, p. 49).

“(...) pois ele aí se atém sempre à determinação correta do valor pelo tempo de trabalho despendido em mercadorias diversas.” (Marx, 1974a, p. 53 - ver também Marx, 1974b, p. 656).

quantidades de trabalho têm sempre o mesmo valor.” (Marx, K. O Capital. Rio, Civilização Brasileira, 1980. Livro 1, vol. 1, p. 54).

⁵ Por exemplo: “(...) Smith, através de sua obra, ao esclarecer realmente os fatos, considera a quantidade de trabalho contida no produto como valor e elemento que determina o valor.” (Marx, 1974a, p. 53).

É realmente curioso esse procedimento de Marx frente a teoria smithiana. A profundidade de seu pensamento e a agudeza de sua análise, demonstrada em um número ilimitado de circunstâncias, não parecem ser compatíveis com as conclusões a que chegou, no que se refere aos assuntos que estamos tratando. Talvez o fato de que sua teoria do valor seja muito mais profunda e capaz de explicar a realidade capitalista o tenha induzido a atribuir a Smith a correta visão sobre o valor. Essa modéstia inicial de reduzir sua própria originalidade, converte-se numa crítica que chega a comprometer a relevância do pensamento de Smith e reduz a importância desse autor dentro do pensamento econômico, especialmente como antecessor do próprio Marx.

Na verdade, também Marx sofre nas mãos dos ricardianos a mesma injustiça que comete contra Smith. Eles lhe atribuem os seus próprios objetivos e perguntas, e depois chegam à conclusão que Marx cometeu erros, imprecisões, insuficiências, equívocos, etc. É o que ocorre com a questão da transformação dos valores em preços de produção.

Essa postura de Marx frente a Smith é tão surpreendente que, em pelo menos uma passagem, chega a fazer afirmações que não são corretas do ponto de vista de sua própria teoria:

“A troca das mercadorias A e B na proporção do tempo de trabalho nelas contido não é absolutamente perturbada pelas proporções em que os produtores de A e B repartem entre si os produtos A e B, ou melhor, o valor deles. Se uma parte de A cabe ao proprietário da terra, outra ao capitalista e a terceira ao trabalhador, qualquer que seja a cota de cada um, tal circunstância não altera o fato de a própria mercadoria A, de acordo com seu valor, se trocar com B. A proporção do tempo de trabalho contido nas mercadorias A e B em nada absolutamente se altera pelo modo como diferentes pessoas se apropriam do tempo de trabalho inserida em A e B.” (Marx, 1974a, p.52).

De acordo com a teoria do próprio Marx poderíamos afirmar que:

- É certo que o trabalho contido nas mercadorias e, portanto, a magnitude dos valores das mesmas, não se altera com as

magnitudes apropriadas pelos agentes;

- No entanto, a teoria do valor de Marx, quando trata dos preços de produção afirma justamente o contrário do que se diz na primeira parte daquela citação. Assim, o valor de troca das mercadorias, ou o que é a mesma coisa, a proporção em que elas se trocam, está totalmente influenciada pela apropriação, em particular e no que se refere aos preços de produção, pelo efeito da uniformidade da taxa de lucro. No geral, podemos afirmar que se o lucro de cada produtor diferir da mais-valia produzida em sua empresa, obviamente a mercadoria A não se trocará com B de acordo com o seu valor.

Além disso, Marx chega, em várias passagens das Teorias da Mais-valia, ao interpretar a teoria do valor de Smith, a substituir, como se fossem sinônimas, as palavras *valor e trabalho*. Vejamos dois exemplos disso:

“Essa dedução (que origina o lucro e a renda fundiária, RC) porém, como expôs antes o próprio Smith, só pode consistir na parte do trabalho a qual o trabalhador adiciona acima da quantidade de trabalho que só lhe paga o salário ou fornece valor igual ao salário.” (Marx, 1974a, p. 63).

“Logo depois de (Smith, RC) ter classificado renda fundiária e lucro de meras deduções do valor ou do trabalho que o trabalhador adiciona às matérias-primas, como pode chamá-los de fontes originais de valor-de-troca?” (Marx, 1974a, p. 72).

Essa identificação, que até certo ponto poderia ser aceitável dentro da teoria de Marx, é um total equívoco para a de Smith e não pode permitir qualquer compreensão aceitável de sua teoria.

IDENTIDADE PREÇO NATURAL - PREÇO DE PRODUÇÃO

Marx, na verdade, em certo momento -mas em oposição a outros-, chega a equivocar-se ao não identificar o preço natural de Smith com o seu próprio preço de produção:

“Por preço natural das mercadorias entende A. Smith apenas o

valor delas expresso em dinheiro⁶. (O preço de mercado está naturalmente acima ou abaixo do valor. Mesmo o preço médio das mercadorias, conforme demonstrarei mais adiante, difere sempre do seu valor⁷. Mas A. Smith em sua análise do preço natural nada tem a ver com isso. Ademais não se pode compreender o preço de mercado e muito menos ainda as oscilações no preço médio das mercadorias, sem o apoio do conhecimento da natureza do valor).” (Marx, 1974a, p. 74).

É incrível que aqui, nas Teorias da Mais-valia, pelo menos nessa passagem, Marx tenha essa opinião, que inegavelmente significa negar ao preço natural de Smith qualquer proximidade teórica com o seu preço de produção. Na verdade, n’O Capital, na seção em que discute a conversão do lucro em lucro médio (cap. X, Livro III), afirma justamente o contrário:

“O que denominamos preços de produção é na realidade o mesmo que A. Smith chama preço natural, Ricardo, preço de produção, custo de produção e os fisiocratas, preço necessário, pois no curso do tempo, é condição da oferta, da reprodução da mercadoria de cada ramo particular de produção. Mas nenhum deles desvendou a diferença entre preço de produção e valor. Compreende-se também porque os mesmos economistas que se opõem à determinação do valor das mercadorias pelo tempo de trabalho, pela quantidade de trabalho nelas contida, consideram sempre os preços de produção os centros em torno dos quais oscilam os preços de mercado. Sustentam esse ponto de vista porque o preço de produção é uma forma do valor-mercadoria já deste alheada e evidentemente destituída de conteúdo, tal como aparece na concorrência e passa a existir na consciência do capitalista vulgar e por conseguinte na do economista vulgar.” (Marx, K. op. cit., Livro 3, vol. 4, pp. 223/224).

⁶ Isso não é totalmente correto pois embora o preço natural nominal possa ser isso, o preço natural real é o próprio valor (para Smith).

⁷ Sem dúvida nenhuma, Marx está se referindo aqui ao preço médio correspondente ao preço de produção.

Contrasta totalmente esta opinião com aquelas emitidas nas Teorias da Mais-valia. Aqui a análise é profunda, aguda, precisa. A crítica é adequada e perfeita: “nenhum deles desvendou a diferença entre preço de produção e valor”⁸. Lamentavelmente essa diferença é pouco conhecida ou entendida, pois até hoje, mesmo depois de Marx a ter explicado detalhada e pormenorizadamente, os ricardianos contemporâneos continuam a merecer a mesma crítica no que se refere especialmente à compreensão da teoria marxista do valor.

Não só aos economistas que Marx se refere na segunda parte dessa passagem (“os que se opõem à determinação do valor pelo tempo de trabalho”) é atribuível a radical crítica de Marx: “Sustentam esse ponto de vista porque o preço de produção é uma forma do valor-mercadoria já deste *alheada* e evidentemente *destituída de conteúdo*, tal como aparece na concorrência e passa a existir na consciência do capitalista vulgar e por conseguinte na do economista vulgar.” (Lamentavelmente a profundidade dessa afirmação não é perceptível, de forma imediata e fácil, aos acostumados exclusivamente com a lógica formal.). Essa crítica também é legítima se dirigida a Smith e Ricardo, e isso Marx não percebeu. Ela é radical, por ser definitiva e incontestável.

O que realmente não se pode entender é a diferença de postura de Marx frente a questão. Talvez o assunto se explique por uma mudança de opinião, por parte desse autor, ao longo do tempo. O fato de que a postura que aparece n’O Capital seja muito mais profunda e adequada à própria teoria marxista (adequada no sentido que corresponde mais apropriadamente às formulações dessa teoria) sugeriria, então, ser este texto posterior ao das Teorias da Mais-valia.

CRÍTICAS DE INSPIRAÇÃO RICARDIANA: HAVERIA EM SMITH CERTA CONCESSÃO AO TRABALHO CONTIDO?

Já vimos que, a despeito da posição de Marx, não há em Smith nenhum propósito de relacionar a determinação do valor na época capi-

⁸ Na verdade Smith consegue a ‘proeza’ de, definido seu preço natural (com similaridade ao conceito de preço de produção marxista) definir valor como igual àquele.

talista, com o trabalho contido. No entanto haveria, pelo menos em certas passagens, alguma vacilação nesse aspecto, ou alguma concessão ou confusão? É o que, em certa medida, trataremos de analisar aqui.

Vejamos o que diz Marx, nas Teorias da Mais-valia, sobre essa questão:

“Pode-se evidenciar por numerosos exemplos a freqüência com que Smith, através de sua obra, ao esclarecer realmente os fatos, considera a quantidade de trabalho contida no produto como valor e elemento que determina o valor. Ricardo cita parte deles.” (Marx, 1974a, p. 49).

Em nota de pé de página esclarece que Ricardo faz essa citação no capítulo 1 dos Princípios (2ª edição). Isso e o fato de que a crítica de Marx é próxima da que foi feita por Ricardo, mostra que aquele encontrou neste a inspiração inicial.

O exemplo que Marx dá na seqüência da afirmação anterior mostra sua incompreensão sobre o assunto. É possível que todas, quase todas ou, no mínimo, muitas das passagens observadas por Marx, mas não indicadas, tenham sido mal interpretadas.

Uma longa citação que Marx faz de Smith a propósito da acumulação do capital nas cidades durante a Idade Média, é muito interessante e pertinente à nossa preocupação:

“Em consequência desses regulamentos, cada grupo (dentro das cidades corporativas) era obrigado a comprar, dentro da cidade, as mercadorias que requeria de outro algo mais caro de que, de outro modo, poderia obtê-las. Mas, em recompensa, podia vender as próprias mercadorias no mesmo nível de carrestia. Dessa maneira, até aí tudo dava no mesmo, como se diz. No comércio entre os diferentes grupos dentro da cidade, nenhum deles perdia com esses regulamentos. Mas todos eles eram grandes ganhadores nos negócios que faziam com o campo. E nesses negócios consiste o comércio todo que sustenta e enriquece toda cidade. Toda cidade retira do campo a subsistência inteira e todos os materiais para a produção urbana. Paga por essas coisas de duas maneiras principais: primeiro, retorno ao campo de parte das matérias-primas, beneficia-

das e manufaturadas, quando o preço delas acresce dos salários dos trabalhadores e dos lucros dos mestres ou empregadores imediatos; segundo, remessa para o campo de parte dos produtos primários e manufaturados que a cidade recebeu de outras regiões (...) com que, de maneira semelhante, o preço original dessas mercadorias acresce dos salários dos transportadores ou marinheiros e dos lucros dos comerciantes que empregam esses trabalhadores. (...) Os salários dos trabalhadores e os lucros dos diversos empregadores formam a soma global (...) [dos ganhos das cidades, RC]. Por isso, todas as regulamentações que contribuam para elevar os salários e lucros acima do nível que de ordinário prevaleceria, capacitam a cidade a comprar com quantidade menor de trabalho o produto de quantidade maior de trabalho do campo.” (Smith, A. *A Riqueza das Nações*, citado por Marx, Marx, 1974b, pp. 662/663).

Marx, como comentário a essa passagem de Smith, entre outras coisas, afirma que Smith se está referindo, aí, na última parte dessa passagem, à determinação “correta” do valor, pelo trabalho contido.

Ali parece não haver dúvidas e Marx, pelo menos nesse aspecto, está com a razão. Smith refere-se inequívoca e explicitamente aos trabalhos contidos, na última parte daquela passagem. No entanto, outra coisa é afirmar que ele está pensando a magnitude do valor como a quantidade de trabalho contido. Observe-se que, mesmo de acordo com a teoria smithiana da determinação da grandeza do valor (na forma como a consideramos) não seria incorreto dizer o que aparece naquela passagem: “elevar os salários e lucros acima do nível que de ordinário prevaleceria (de suas taxas naturais, RC), capacita(m) a cidade a comprar com quantidade menor de trabalho (e aqui, sem dúvida, se trata de trabalho contido, RC), o produto de quantidade maior de trabalho do campo”. Insistimos: isso não é incompatível com a idéia de que a magnitude do valor se determina pela soma das remunerações à taxas naturais e se mede pela quantidade de trabalho comandado. No máximo poderíamos dizer que é uma afirmação pouco clara, enganosa ou não esclarecedora.

Marx, no entanto, usa a afirmação para ressaltar seu ponto de vista crítico:

“Smith aí retorna portanto à determinação correta do valor (...), a determinação do valor pela quantidade de trabalho.” (Marx, 1974b, p. 663).

E também:

“Por isso, Smith acha também que a cidade, ao trocar quantidade menor de trabalho por maior de trabalho do campo, consegue, em relação a este, lucro excedente e salário excedente. Isso não ocorreria, se ela não vendesse ao campo mercadoria acima do valor. (...) Preço e salário portanto, se forem o que naturalmente devem ser, não determinarão o valor da mercadoria, mas serão por ele determinados. Lucro e salário então só podem surgir da repartição do valor dado da mercadoria, o qual os antecede; esse valor não pode ser obtido nem resultar de lucros e salários que o pressupõem.” (Marx, 1974b, p. 663)

Finalmente:

“Assim, de acordo com a própria exposição de Smith, se as mercadorias urbanas e rurais fossem vendidas na proporção da quantidade de trabalho que cada uma encerra em face da outra, seriam vendidas por seus valores.” (Marx, 1974b, p. 664).

Acreditamos, portanto, que as conclusões de Marx são excessivas. Mas, deixemos isso de lado e destaquemos mais um aspecto sobre aquela passagem de Smith. Trata-se, na verdade, de texto que confirma a idéia de que esse autor concebe claramente a distinção entre produção e apropriação de riqueza (valor), apesar de que, para ele, aquela se define por esta em determinada circunstância como já vimos (taxas naturais). A análise de Smith, à luz de sua própria teoria e de acordo com a nossa interpretação, é impecável e revela a profundidade do pensamento desse autor.

Por outro lado, e relacionado com a crítica anterior de inspiração ricardiana, Marx vai sustentar que Smith confunde o trabalho que se pode comprar diretamente com uma mercadoria, com o produto do trabalho alheio que pode com ela ser comprado. Vai afirmar, ademais, que essa igualação é o primeiro motivo para a confusão, em Smith, entre trabalho contido e trabalho comandado (cf. Marx, 1974a, pp. 54/55). Mais uma vez, acreditamos que a crítica não é justa ou ade-

quada. Marx parte da seguinte afirmação de Smith:

“Riqueza é poder, como diz Hobbes. (...) o poder que a posse dessa fortuna lhe assegura, de forma imediata e direta, é o poder de compra; um certo comando sobre todo trabalho ou sobre todo o produto do trabalho que está no mercado.” (A. Smith, 1776, p. 63/64)

E qual é a reação de Marx frente a essa passagem:

“É evidente que Smith (...) confunde o trabalho dos outros com o produto desse trabalho. (...) o valor de troca da mercadoria consiste para seu possuidor nas mercadorias alheias que ele pode comprar, isto é, na quantidade de trabalho alheio nelas contida, na quantidade de trabalho alheio materializado. E essa quantidade de trabalho alheio é igual à quantidade de trabalho encerrada em sua própria mercadoria.” (Marx, 1974a, p.54).

É verdade. O valor de troca de uma mercadoria (por exemplo, A) é igual às mercadorias que podem ser trocadas por ela. No entanto, observe-se que o valor destas mercadorias, segundo Smith, é exatamente igual à quantidade de trabalho vivo que se poderia comprar com elas. Dessa maneira, dizer que o valor de A é igual à quantidade de trabalho comandado ou ao valor das mercadorias que podem ser compradas com ela, é a mesma coisa. Não há, portanto, confusão em Smith nesse aspecto.

Finalmente, e também de inspiração ricardiana, é a crítica à idéia smithiana de invariabilidade do valor do trabalho, que Marx apresenta de maneira muito rápida nas Teorias da Mais-valia:

“O que é verdadeiro para o próprio trabalho e portanto para sua medida, o tempo de trabalho, (...) Smith reivindica para o valor mutável do próprio trabalho.” (Marx, 1974a, p. 55).

É interessante, no entanto, que Marx não se detém muito nessa crítica, dando a impressão que não a considera muito importante.

RAZÕES PARA AS ALEGADAS DIFICULDADES DE SMITH

As hesitações que Smith enfrentaria ao tratar as duas diferentes definições de magnitude do valor ou, em outras palavras, as alegadas dificuldades que encontraria nessa questão, para Marx, não responderiam a simples erros ou insuficiências do autor, mas derivariam de algo mais profundo que Ricardo não teria nem se dado conta: a percepção da mais-valia no capitalismo:

“Mas, em Smith, aquela contradição e aquela transição de uma maneira de definir (a magnitude do valor, RC) para outra derivam de algo mais profundo que Ricardo - ao revelar a contradição - deixou passar, não distinguiu e por isso também não elucidou.” (Marx, 1974a, p. 50).

Smith percebeu uma diferença essencial no capitalismo:

“O produto ou o valor do produto do trabalho não pertence ao trabalhador. Determinada quantidade de trabalho vivo não dispõe (não compra, RC) da mesma quantidade de trabalho materializado, ou determinada quantidade de trabalho corporificado em mercadoria comanda quantidade de trabalho vivo maior que a encerrada na própria mercadoria.” (Marx, 1974a, p. 51)

Isso é absolutamente correto do ponto de vista da teoria de Marx, mas em Smith a questão não é assim tão clara. É verdade que ele poderia afirmar - sem nenhuma violência à sua teoria - a primeira parte do assinalado: “o produto ou o valor do produto do trabalho - no capitalismo - não pertence ao trabalhador”. No que se refere, no entanto, à segunda parte devemos destacar que o conceito de “trabalho materializado” ou “trabalho corporificado” é totalmente estranho ao pensamento de Smith, especialmente se com isso estivermos sugerindo, como está fazendo Marx, a idéia de magnitude do valor.

Se formulássemos à Smith a pergunta: é certo ou errado que, no capitalismo, a quantidade da mercadoria que compra determina quantidade de trabalho (vivo) foi produzida com quantidade inferior de trabalho (“trabalho materializado”)?; e, se além do mais, o obrigássemos a responder, obviamente a resposta seria positiva: é certo. Mas aí não

estariamos entendendo a teoria de Smith, mas engessando-a aos limites, fronteiras e determinações nossas; não a estariamos expressando adequadamente.

O que já deve ter ficado claro para quem conhece nossa pesquisa sobre Smith é que, para ele, todo trabalho é pago, embora exista lucro e embora, por isso, a compra de trabalho vivo se faça com mercadoria que se produziu com menos quantidade de trabalho. Isso não foi percebido por Marx.

Mas, Marx prossegue:

“(...) assim descobre ele (Smith, RC) (parece-lhe) que na troca entre capital e trabalho assalariado, entre trabalho materializado e trabalho vivo, de imediato se ab-roga a lei geral, e as mercadorias (pois trabalho também é mercadoria ao ser comprado e vendido) não se trocam na proporção das quantidades de trabalho que representam. Daí conclui que o tempo de trabalho não é mais a medida imanente que regula⁹ o valor de troca das mercadorias (...)” (Marx, 1974a, p. 51).¹⁰

E também:

“Em todo caso sente A. Smith a dificuldade de inferir da lei que determina a troca das mercadorias, a troca entre capital e

⁹ Medida imanente do valor e regulação do valor são expressões não muito claras nesse contexto; melhor seria: não é mais o que determina o valor de troca.

¹⁰ Em outra passagem, Marx afirma: “O grande mérito de A. Smith é ter percebido (...) a ocorrência de uma ruptura, ao passar ele da simples troca de mercadorias e da correspondente lei do valor para a troca entre trabalho materializado e trabalho vivo, entre capital e trabalho assalariado, para o estudo do lucro e da renda fundiária em geral, em suma, para a gênese da mais-valia; (...) e ter além disso acentuado - e este achado na verdade o perturba - que (...) algo muda na aparência (e de fato no resultado): a lei do valor se transmuta no seu oposto. No plano teórico sua força está em sentir e acentuar essa contradição, e a fraqueza está em ser por ela induzido a enganar-se quanto à lei geral (...)” (Marx, 1974a, p. 66).

É interessante que nessa citação Marx se refere à “lei do valor” no sentido de que as proporções de troca das mercadorias estão determinadas pelas quantidades de trabalho contido. Essas referências à “lei do valor”, nesse sentido, são muito menos frequentes em Marx do que se pensa.

trabalho, a qual parece repousar sobre princípios de todo opostos e contraditórios.” (Marx, 1974a, p. 51/52).

Na verdade em Smith não existe nenhuma descoberta de que a lei geral das trocas fica negada ou anulada na relação entre capital e trabalho assalariado. Isso simplesmente porque Smith nunca afirmou que as trocas devem ser feitas na proporção das quantidades de trabalho contido. E o erro de Marx fica mais caracterizado na seguinte passagem:

“(...) ao tratar da troca entre trabalho materializado e vivo, entre capitalista e trabalhador, Smith acentua que o valor da mercadoria não é mais determinado pela quantidade de trabalho nela inserida e sim pela quantidade - diferente da anterior - de trabalho vivo alheio que pode comandar, isto é, comprar; entretanto, não está com isso dizendo realmente que as mercadorias não se trocam mais na proporção do tempo de trabalho nelas encerrado e sim que o enriquecimento, o acréscimo dependem da maior ou menor quantidade de trabalho vivo que o trabalho põe em movimento. O que, assim posto está certo. Smith, porém mantém-se obscuro.” (Marx, 1974a, p. 55/56).

Destaquemos uma passagem dessa citação: “não está com isso dizendo realmente que as mercadorias não se trocam mais na proporção do tempo de trabalho nelas encerrado”. Está sim senhor! Para Smith as mercadorias, no capitalismo, não se trocam na proporção do trabalho contido, mas na da quantidade de trabalho que cada uma comanda. O problema é o que determina essa quantidade.

Para Marx a determinação da quantidade de trabalho contido em cada mercadoria é um problema estritamente do âmbito da produção, um problema determinado pela tecnologia social. Para Smith a determinação da quantidade de trabalho comandado não poderia se resolver simplesmente na produção pois pressupõe a apropriação. Envolve a produção, na medida em que o valor dos salários é igual à quantidade de trabalho contido na mercadoria, como já pudemos demonstrar (Cf. Carcanholo, 1991); envolve a apropriação na medida em que depende da taxa de lucro e da renda da terra. Na verdade, é neste último aspecto que Smith está errado, pois a determinação da quantidade de trabalho comandado e, portanto, dos preços naturais reais (os valores para

Smith) depende, além da produção, simplesmente do critério de distribuição do excedente (mais-valia para Marx), no caso, a uniformidade da taxa de lucro. Em Smith, embora ele não tenha percebido, esta fica determinada simplesmente se aceitarmos que a medida do valor é a quantidade de trabalho comandado.

Em Marx, a coisa é muito parecida. A proporção de troca das mercadorias só está determinada pelas quantidades de trabalho socialmente necessário (trabalho contido), no caso das empresas se apropriarem de lucro na medida da mais-valia que produzem. Ao contrário, admitida a uniformidade da taxa de lucro, a proporção de troca fica determinada pelas magnitudes dos preços de produção. Da mesma maneira que em Smith (como é possível demonstrar), em Marx a taxa de lucro, além de depender da magnitude do capital, depende da capacidade do trabalho produzir excedente (mais-valia) que depende da remuneração do trabalho (taxa de salário) e de sua produtividade.

Em uma coisa Marx tem razão. Smith efetivamente está de acordo que o excedente depende da maior ou menor quantidade de trabalho vivo que o trabalho materializado pode comprar. Mas, para este, apesar de tudo, todo trabalho é pago.

SOBRE A EXISTÊNCIA DE UM CÍRCULO VICIOSO NA DETERMINAÇÃO DA MAGNITUDE DO VALOR EM SMITH

Parece que Marx foi quem por primeira vez advertiu para a suposta existência de um círculo vicioso na determinação do valor por parte de Smith; o fato é que isso não aparece em Ricardo, pelo menos nos *Princípios*. Essa crítica, que sobrevive até hoje (por exemplo em Napoleoni), não tem, em nossa opinião, nenhuma consistência.

Em outras palavras poderíamos indicar a questão da seguinte forma: a magnitude do valor de uma mercadoria está determinada pela soma das remunerações, salário, lucro e renda da terra, de acordo com suas taxas naturais. Mas essas remunerações também são valores (pelos menos o salário é valor, valor do trabalho) e, assim, estaríamos explicando a magnitude do valor através de magnitude de valores.

Em pelos menos três oportunidades nas Teorias da Mais-valia, Marx se refere ao assunto; vejamos:

“Smith aí, uma vez que se desviou de sua concepção principal, tinha de dizer: o preço do salário é determinado pelo preço dos meios de subsistência, e este pelo preço do salário.” (Marx, 1974b, p. 653)

“(…) como determinar o valor dos meios de subsistência necessários e, portanto, das mercadorias em geral? Em parte pelo preço natural do trabalho. E como determiná-lo? Pelo valor das coisas necessárias à vida ou das mercadorias em geral. Um lastimável beco sem saída.” (Marx, 1974b, p. 653)

“Que serve de base a A. Smith quando analisa a ‘taxa natural’ do salário ou o ‘preço natural’ do salário? O preço natural dos meios de subsistência necessários para reproduzir a força de trabalho. Mas, como determina o preço natural desses meios de subsistência? Quando chega a determiná-lo, recorre à definição correta de valor, a saber, o tempo de trabalho requerido para produzir esses meios de subsistência. Quando abandona esse rumo certo, cai num círculo vicioso. Como se determina o preço natural dos meios de subsistência, que determinam o preço natural do salário? Pelo preço natural do ‘salário’, do ‘lucro’ e da ‘renda’, e esses preços formam o preço natural desses meios de subsistência e o de todas as mercadorias e assim até o infinito. Tagarelar com a lei da oferta e da procura não serve para romper o círculo vicioso.” (Marx, 1974a, p. 74).

Já tivemos oportunidade de mostrar que essa crítica a Smith não se sustenta (Carcanholo, 1991). Marx não percebeu que a magnitude do salário contido no valor de uma mercadoria, medido em trabalho comandado (isto é, o salário real) é sempre e exatamente igual ao trabalho contido naquela mercadoria, qualquer que seja a taxa de salário. Dessa maneira, o fato de que o valor da mercadoria esteja explicado parcialmente pelo “valor do trabalho” gasto para produzi-la só aparentemente constitui um círculo vicioso. E mais, esse fator nada tem a ver com a distribuição pois a quantidade de trabalho contido está determinada na produção e só depende das condições técnicas.

Também já tivemos oportunidade, em trabalho ainda a ser publicado, de estudar a questão do lucro como determinante do valor, e não voltaremos ao assunto aqui. O fato é que não há na determinação dos preços naturais de Smith nenhum círculo vicioso e, além disso, se levarmos às últimas conseqüências a idéia smithiana de medida do valor pelo trabalho comandado, podemos mostrar que aqueles preços são mais próximos dos preços de produção de Marx do que qualquer um pode supor até hoje.

APRECIAÇÃO DE MARX SOBRE O CONCEITO DE EXCEDENTE EM SMITH

Como veremos, Marx tem uma opinião muito favorável sobre a visão de Smith no que se refere à origem do excedente (mais-valia). Na nossa opinião até sustenta a existência de uma proximidade maior do que a que verdadeiramente há entre a teoria da dedução de Smith e a sua teoria da exploração. No entanto, antes de discutirmos essas questões é indispensável entender como Marx vê o trânsito entre o tratamento que Smith dá à determinação da magnitude do valor e a questão do excedente:

“(...) essa insegurança e confusão de definições (sobre o valor, RC) de todo heterogêneas não estorvam as pesquisas de Smith sobre a natureza e a origem da mais-valia, pois, na realidade, ao desenvolver suas idéias sempre se apega, sem ter clara consciência disso, à determinação correta do valor de troca das mercadorias, isto é, à determinação pela quantidade de trabalho nelas despendida (...)” (Marx, 1974a, p. 49 - ver também p. 53 e p. 76).

Em outras palavras, quando vai tratar da questão relativa ao excedente, Smith abandonaria suas vacilações, sua confusão, etc. e se submeteria à visão adequada sobre a determinação da magnitude do valor: pela quantidade de trabalho contido. Dessa maneira, como partiria da mesma concepção de Marx sobre a grandeza do valor, poderia também chegar muito próximo da teoria da exploração. Na verdade, essa forma de ver as coisas deriva, na nossa opinião, de um erro de Marx.

A PROXIMIDADE ENTRE SMITH E MARX NO QUE SE REFERE À MAIS-VALIA

Marx superestima a proximidade de Smith com sua própria teoria no que se refere à explicação da mais-valia (lucro). Citando aquela passagem de Smith sobre a 'dedução' ("Neste estado de coisas, o produto do trabalho deixa de pertencer sempre por inteiro ao trabalhador. Este, na maioria dos casos, tem de dividi-lo com o proprietário do capital, que o emprega."), Marx afirma:

"(...) absolutamente certo. Supondo-se a produção capitalista, o trabalho materializado na forma de dinheiro ou mercadoria sempre compra, além da quantidade de trabalho que nele se contém, quantidade adicional de trabalho vivo para o lucro do capital, o que, em outras palavras, significa apenas que ele se apropria grátis de uma parte do trabalho vivo, se apropria sem pagá-la. Smith supera Ricardo (...) (nesse aspecto, RC)." (Marx, 1974a, p. 60).

"A renda fundiária, como o próprio lucro industrial, é apenas parte do trabalho que o trabalhador acrescenta aos materiais, cede, transfere sem pagamento ao proprietário, ao dono da terra, e portanto não passa de parte do trabalho excedente que o trabalhador executa além do tempo de trabalho destinado a pagar seu salário ou a proporcionar um equivalente ao tempo de trabalho contido no salário. A. Smith, por conseguinte, concebe a mais-valia - isto é, o trabalho excedente, o que no trabalho executado e realizado na mercadoria ultrapassa o trabalho pago, o trabalho que recebeu o equivalente no salário - como categoria geral de que o lucro propriamente e a renda fundiária são meros ramos. Contudo, Smith não dissociou a mais-valia como tal, como categoria independente, das formas especiais que assume no lucro e na renda fundiária. Está aí a origem de muitos erros e carências nas suas pesquisas e mais ainda nas de Ricardo." (Marx, 1974a, p. 61)

Deixando de lado, por agora, a questão da não dissociação da mais-valia, o fato é que Marx está atribuindo a Smith sua própria teoria da mais-valia: valor produzido pelo trabalhador além daquele que lhe é pago.

O que Marx não percebe em Smith é que o trabalho acrescenta valor às matérias, não na magnitude da sua duração mas na magnitude adicional do poder, possuído pelo produto, de comprar trabalho vivo (cf. por ex. Marx, 1974a, p. 63). Dessa maneira, ao entender que o valor produzido pelo trabalhador tem magnitude igual ao tempo trabalhado é obrigado a concluir que, para que exista lucro e/ou renda fundiária (mais-valia), necessariamente uma parte do trabalho não é paga. Por isso, atribui essa idéia a Smith:

“Assim, o lucro não passa de uma dedução do valor que os trabalhadores adicionaram ao material de trabalho. Nada adicionaram ao material além da nova quantidade de trabalho.” (Marx, 1974a, p. 59).

“(…) (Para Smith, RC) o valor, isto é, a quantidade de trabalho que os trabalhadores adicionam ao material, divide-se em duas partes. Uma paga-lhes o salário ou lhes é paga pelos salários. (...) A outra parte constitui o lucro do capitalista, quer dizer, é quantidade de trabalho que ele vende sem a ter pago.” (Marx, 1974a, p. 58).

“(…) (Smith, RC) atribui o lucro do capitalista ao fato mesmo de este não ter pago parte do trabalho adicionado à mercadoria. (...) Desse modo reconheceu Smith a verdadeira origem da mais-valia.” (Marx, 1974a, p. 58).

Na verdade, para Smith, o capitalista paga todo o trabalho, embora não pague todo o valor incorporado pelo trabalhador ao produto. O que acontece é o seguinte: o trabalhador recebe exatamente um valor de magnitude igual à da duração do seu trabalho; é capaz, além disso, de produzir o excedente, que finalmente se resolve em lucro e renda fundiária, porque o valor que produz é maior que o tempo de trabalho para produzir a mercadoria. Quanto é maior? Isso depende exclusivamente da capacidade de apropriação do proprietário do capital e da terra. Isso deve ter ficado claro na nossa interpretação sobre a teoria de Smith (Cf. Carcanholo, 1991).

Como vimos, a idéia smithiana de que todo o trabalho é pago, qualquer que seja a taxa de salário é, curiosamente, consequência da idéia de medida do valor pelo trabalho comandado: se a taxa de salário

(salário por hora trabalhada) é igual a 1A (sendo A um conjunto qualquer de mercadorias), por definição a magnitude do valor de 1A será igual a 1 hora; se, por exemplo, a taxa de salário se reduzisse em 50% e se pagasse 0,5 A por uma hora de trabalho, a magnitude do valor de 1A seria agora igual a 2 horas. Assim, mesmo com redução da taxa de salário, o trabalho continuaria sendo totalmente pago. Acredito que aí esteja uma das genialidades de Smith: conseguiu, utilizando o trabalho como medida do valor, desenvolver uma teoria sobre o lucro que consegue escapar da exploração, do trabalho não pago. É verdade, como veremos depois, ao preço de uma concessão à aparência (que o próprio Marx bem advertiu) que consiste em definir a produção do valor pela sua apropriação.

O que para Smith lhe dá ao trabalho a capacidade de produzir mais valor do que dura é uma pergunta para a qual em algum momento dever-se-ia buscar resposta.

O fato de que Marx atribui sua visão a Smith e, a partir daí, analisa a teoria smithiana, também fica claro na seguinte passagem:

“A. Smith não devia igualar a troca (de mercadoria, RC) por dinheiro ou por outras mercadorias, com a troca do produto acabado do trabalho por trabalho. É que na primeira troca a mais-valia decorre de as mercadorias serem permutadas pelo valor, pelo tempo de trabalho nelas contida e em parte não pago. Subentende-se aí que o capitalista não troca a quantidade de trabalho pretérito por igual quantidade de trabalho vivo; que a quantidade de trabalho vivo de que se apropria é maior que a quantidade de trabalho vivo que ele paga. Do contrário, o salário do trabalhador seria igual ao valor de seu produto. O lucro pela troca de produto acabado do trabalho por dinheiro ou mercadoria, ao serem trocados pelo valor, origina-se portanto de a troca entre produto acabado do trabalho e trabalho vivo seguir outras leis, não havendo aí troca de equivalentes.” (Marx, 1974a, p. 59).

Destaquemos um aspecto: “(...) a quantidade de trabalho vivo de que se apropria é maior que a quantidade de trabalho vivo que ele (empresário, RC) paga.” Isso não é verdade para Smith, no entanto o

lucro, para este, provém do fato de que o valor que o trabalho acrescenta aos materiais é maior que a 'valorização do trabalho'. Assim, o valor entregue ao trabalhador pelo empresário é menor do que o valor que aquele entrega a este. Há, portanto, nesse sentido e só nesse sentido, troca de não equivalentes na relação entre empresário e trabalhadores; Marx afirma aí, então, algo de certo. Assim poderíamos até dizer que existe uma certa aproximação da teoria smithiana com a teoria da exploração. Mas, o sentido escolhido não é o de Smith pois, para ele, o que interessa é que, por definição, todo trabalho é pago e, portanto, não pode haver exploração.

Existe em Marx uma crítica à teoria da "mais-valia" de Smith que nos parece totalmente adequada. Trata-se do fato já indicado de que esse autor não dissocia a mais-valia das suas formas: o lucro e a renda fundiária, para ficar só nas que são primárias.

"Contudo, Smith não dissociou a mais-valia como tal, como categoria independente, das formas especiais que assume no lucro e na renda fundiária. Está aí a origem de muitos erros e carências nas suas pesquisas e mais ainda nas de Ricardo." (Marx, 1974a, p. 61).

"(Smith) Concebe assim a mais-valia diretamente na forma de lucro." (Marx, 1974a, p. 69).

Essa crítica, embora não possa ser entendida como interna, isto é, resultado de uma inconsistência lógica interna ou de uma impossibilidade de solucionar um fato relevante da realidade, tem importância no nosso entender pois revela a superioridade do pensamento de Marx sobre Smith.

Vejamos a seguinte passagem de Marx:

(Smith) "Derivou-a (a mais-valia, RC), antes, do valor que os trabalhadores acrescentam à matéria acima do valor que adicionam em troca do salário recebido"

(Mas) "A. Smith não percebe que, ao identificar de imediato a mais-valia com o lucro e o lucro com a mais-valia, derruba a lei que acabara de formular sobre a origem da mais-valia. Se a mais-valia é só a parte do valor (...) a qual o trabalhador adici-

ona acima da parte que acrescenta à matéria para pagar o salário, por que deveria aquela parte crescer imediatamente em virtude de o valor do capital adiantado num caso ser maior que no outro?” (Marx, 1974a, p. 69 - aí, Marx está obviamente se referindo à taxa média de lucro).

Deixando de lado o erro de Marx em atribuir a Smith sua própria concepção, é um fato concreto que identificar imediatamente mais-valia e lucro, implica de maneira necessária a impossibilidade de pensar a exploração como explicação daquela. Dessa maneira o lucro, necessariamente, deverá ser deduzido da necessidade imposta pela taxa média de lucro, sem a qual não seria possível entender o capitalismo:

“(...) (para Smith) o capitalista não teria interesse em empregar um capital maior em vez de um menor se os lucros não mantivessem determinada proporção com a magnitude do capital. Explica-se aí o lucro não mais pela natureza da mais-valia e sim pelo ‘interesse’ do capitalista. O que não passa de um simples disparate.” (Marx, 1974a, p. 69).

Marx, aí, prisioneiro de sua visão, chega à conclusão de que Smith comete um disparate e passa a sustentar uma visão antagônica a que teria como lógica dedução de sua atribuída visão do valor como trabalho contido. Na verdade, não há um disparate pois não existindo a pretendida visão alternativa em Smith, atribuída por Marx, não se chega a inconsistência lógica nenhuma. No entanto, o que há é que Marx consegue mostrar uma limitação da teoria smithiana se comparada como sua própria teoria.

SMITH, PRISIONEIRO DA APARÊNCIA

Existe uma crítica de Marx, já referida anteriormente quando tratamos da origem do excedente (mais-valia), que nos parece totalmente correta e de fundamental importância. Trata-se da conclusão de Marx de que, na determinação da magnitude do valor, Smith é prisioneiro da aparência.

“A. Smith identifica o preço natural ou preço de custo da mercadoria com o valor dela, depois de abandonar a concepção

correta de valor e de a substituir pela que emana e provém irresistível das aparências da competição. O que aparece na concorrência regulando os preços de mercado não é o valor, é o preço de custo, na qualidade, por assim dizer de preço imane, valor das mercadorias. Mas esse próprio preço de custo nela aparece configurado pela taxa média dada do salário, do lucro e da renda. Por isso, procura Smith estabelecer essa taxa de maneira autônoma, sem depender do valor da mercadoria, ou melhor, como se fosse fator do preço natural.” (Marx, 1974b, p. 666).

Não há dúvida de que, na aparência, os preços de mercado regulam-se pelo que Marx chama n’O Capital de preços de produção (na verdade, preços correspondentes aos preços de produção - aqui, nas Teorias da Mais-valia, às vezes, chamado de preço de custo) que admite em sua determinação uniformidade das taxas de salário e de lucro, respectivamente. A profundidade da pesquisa de Marx e a força de seu método dialético lhe permitiram ir até a essência das coisas, descobrir o valor e explicar sua determinação pelo trabalho contido, construir a partir daí a categoria de preço de produção, de maneira adequada, e aproximar-se assim da determinação dos preços de mercado. A profundidade e dificuldade da questão é tão grande que, até hoje, sua teoria dos preços de produção não é compreendida pela maioria dos autores, especialmente pelos ricardianos.

Ricardo também se enfrentou com a mesma problemática e, embora a postura de Marx em relação a ele seja mais simpática que a que mantém com Smith, não se saiu muito bem.

Smith, é verdade, sucumbiu diante das aparências e teve que renunciar à idéia de que a magnitude da riqueza (o valor) se mede e se determina pelo trabalho contido, que é a posição de Marx. Mas apesar disso conseguiu construir uma teoria dos preços naturais cuja determinação de magnitude, ressalvada as diferenças de unidade de medida, acerca-se muito à magnitude dos preços de produção de Marx. Smith, apesar de preso nas teias da aparência, pode explicar a determinação dos preços de mercado de maneira muito superior a Ricardo, muito próxima a Marx, embora sem referência à essência valor, entendida

como determinada pela quantidade de trabalho contido. Não só isso, Smith pode associar a idéia de riqueza ao domínio sobre o trabalho, utilizando-se criativamente do trabalho comandado.

Uma outra passagem das Teorias da Mais-valia em que Marx faz explícita referência ao fato de que Smith se subordina à aparência é a seguinte.

“No início achava de fato que o valor da mercadoria regulava salário, lucro e renda fundiária. Mas, em seguida, põe-se a trabalhar em sentido contrário (mais próximo da aparência empírica e das idéias correntes), propõe que se calcule e se descubra o preço natural das mercadorias por adição dos preços naturais do salário, lucro e renda fundiária” (Marx, 1974a, p. 75).

Marx, no *Capital*, dedica um capítulo especificamente ao estudo da aparência e à crítica aos economistas que se mantiverem prisioneiros a ela. É o capítulo XLVIII do livro III. Trata-se de uma das mais profundas, brilhantes e ao mesmo tempo desconhecidas passagens dessa obra. Desconhecida, talvez, por encontrar-se quase que perdida no final do livro III e pelo fato de que a grande maioria dos leitores e crítico de Marx, quando muito, não superou o primeiro livro ou seus primeiros capítulos.

Ali Marx critica a economia vulgar e por ser esta um antecedente do pensamento neoclássico, trata-se, na verdade, de uma aguda crítica antecipada a esse pensamento e ao fetichismo que aparece implícito nas idéias marginalistas. Nas Teorias da Mais-valia, e a propósito de Smith, aparece um resumo de uma das idéias centrais tratadas naquele capítulo.

“(Salário, lucro e renda fundiária, RC) São na verdade as três fontes originais de toda renda, mas é falso que do mesmo modo sejam as três fontes originais de todo valor de troca, pois o valor de uma mercadoria se determina exclusivamente pelo tempo de trabalho nela contido (...) Para os respectivos proprietários são fontes de renda, mas na qualidade de título (condição) para eles se apropriarem de parte do valor, isto é, do trabalho materializado na mercadoria. Todavia, a repartição

ou a apropriação de valor não é fonte do valor que é objeto da apropriação.” (Marx, 1974a, p. 72).

Assim, nos dá a impressão que aquelas críticas de Marx do capítulo XLVIII do livro III d’O Capital também, de alguma maneira se destinam a Smith. Ao mesmo tempo ficaria a idéia de que esse autor, pelo menos na medida em que abandona a “verdadeira determinação do valor”, constituir-se-ia, na opinião de Marx, num importante antecedente do pensamento vulgar e, portanto, do pensamento neoclássico.

BIBLIOGRAFIA

- CARCANHOLO, Reinaldo A. (1991). "O valor, a Riqueza e a Teoria de Smith" in: *Análise Econômica*, ano 9, nº 15. Porto Alegre. UFRGS, 1991. pp. 183 a 205.
- CARTELIER, Jean (1976). *Excedente y Reproducción. La Formación de la Economía Política Clásica*. México, Fondo de Cultura Económica, 1981
- DOBB, Maurice (1973). *Teorías del Valor y de la Distribución desde Adam Smith*. Buenos Aires, Siglo XXI. 1976.
- MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo, Difel, vários anos.
- MARX, Karl (1974a). *Teorias da Mais Valia. História Crítica do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, Vol. I.
- MARX, Karl (1974b). *Teorias da Mais Valia. História Crítica do Pensamento Econômico*. São Paulo, Difel, 1983, Vol. II.
- MARX, Karl (1974c). *Teorias da Mais Valia. História Crítica do Pensamento Econômico*. São Paulo, Difel, 1985, Vol. III.
- NAPOLEONI, Cláudio (1973). *Smith, Ricardo e Marx*. Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- NAPOLEONI, Cláudio (1977). *O Valor na Ciência Econômica*. Lisboa, Presença / Martins Fontes, 1980.
- RICARDO, David (1821). *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- SMITH, Adam (1776). *A Riqueza das Nações. Coleção Os Economistas*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

NOTAS SOBRE A GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA E O ESTADO*

M. L. Malaguti**

"[É necessário construir] uma abordagem que se esforce por analisar, metodicamente, as consequências devastadoras dessas políticas neoliberais que, agora, estão sendo aplicadas internacionalmente, inclusive nos países sul-americanos". J. Habermas, 1995.

GLOBALIZAÇÃO, INTELLIGENTZIA E PODER

Considerando ultrapassados os projetos de desenvolvimento econômico baseados nas particularidades nacionais, nas especificidades culturais e históricas dos povos, boa parte dos economistas e analistas da economia internacional tendem a aceitar acriticamente um conjunto de práticas econômicas cujo caráter pretensamente neutro ou pragmático permitiria sua adoção em qualquer parte do mundo.

Esta opção pelo pragmatismo é um fenômeno relativamente recente. Ela reflete um dos aspectos fundamentais da crise estrutural por que passa a organização capitalista mundial desde meados dos anos 1970. Em função da elevação dos níveis de desemprego, da insegurança ocupacional e da exclusão social que, real ou imaginariamente, tende a se expandir e atingir a "intelligentzia" dos diversos países, o pragmatismo passou a representar uma espécie de estratégia de sobrevivência adotada pela maioria dos cientistas sociais. Se num primeiro momento —

* A elaboração deste ensaio foi estimulada por uma palestra proferida na Universidade Federal do Espírito Santo em abril de 1995. Agradeço aos alunos de graduação em economia (a quem esta palestra foi dirigida) e em especial à Profa. Elivan Rosas Ribeiro, cuja crítica penetrante levou-me a rever algumas opiniões.

** Prof. do Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba (Campus II). Doutor em Economia pela Universidade de Picardie, Amiens, França.

finais dos anos 70 até meados dos anos 80 — apenas os segmentos menos privilegiados da classe trabalhadora foram atingidos pelos efeitos da recessão, já de 1985 a 1995 a crise também atinge duramente as camadas melhor remuneradas do salariado regular ou estabelecido: empregados de grandes empresas privadas e públicas, assim como o funcionalismo público. Neste segundo momento, a "intelligentzia", as elites intelectuais, vêm ruir alguns de seus "privilégios" econômicos e, concomitantemente, verificam a pouca repercussão dos seus discursos numa sociedade assolada por uma "ofensiva conservadora neoliberal [que não estimula] um maior radicalismo nas demandas sociais"¹.

O pragmatismo parece representar, então, uma postura intelectual "anti-cíclica", uma estratégia de sobrevivência, cuja generalização efetiva-se ao longo dos anos 1980-90. Embora, como é sabido, a capitulação definitiva dos intelectuais, ou a vitória do pragmatismo, tenha se consolidado apenas em 1989 — quando do desmantelo do socialismo real. Na realidade, porém, este foi apenas o "estopim" da renúncia, o pretexto necessário ao abandono — até aqui velado — das antigas pretensões cognitivas de boa parte da intelligentzia. Nas palavras de Habermas, "Desde o fim da União Soviética, parece ter se difundido no mundo inteiro o pressuposto tácito de que, com isso, toda a tradição socialista e os argumentos críticos e cépticos com relação ao capitalismo teriam perdido seu valor"². Ou seja, imediatamente após a queda do muro, intelectuais do mundo inteiro ratificam sua opção pelo senso comum quotidiano.

Faz-se necessário, no entanto, evitar as generalizações abusivas. Embora a renúncia ao pensamento social crítico seja uma característica

¹ Dos Santos, T. "Fernando Henrique Cardoso e a Teoria da Dependência" in *Política e Administração*, FESPERJ, V. 2, nº 4, 1994, p.69. Embora o autor tenha se referido especificamente ao caso brasileiro, a "ofensiva conservadora neoliberal" é um fenômeno que, com poucas nuances, pode ser generalizado ao capitalismo ocidental como um todo. Consulte-se, por exemplo, Marques-Pereira, J. *Marché du Travail, Protection Sociale et Développement à l'Heure de la Globalisation: Un Jeu de Miroirs (Europe/Amérique Latine)*, contribuição ao Seminário sobre o Método da Regulação, Fundap, São Paulo, de 4 a 6 de abril de 1995.

² J.Habermas, *Folha de São Paulo*, Caderno *Mais!* de 30 de abril de 1995.

atual da *intelligentzia* mundial, suas manifestações diferem segundo a categoria de intelectual considerada. Aceitando-se uma classificação — certamente grosseira — que divide os intelectuais entre "orgânicos"³ (Gramsci) e "flutuantes"⁴ (Mannheim), percebemos entre os orgânicos *progressistas* uma atitude cínica e céptica frente às possibilidades de implementação de reformas sociais populares. Embora suas crenças e seus ideais mantenham-se inabalados, eles distanciam-se dos grupos de pressão organizados, dos partidos e dos sindicatos, e encastelam-se nas universidades e institutos de pesquisa. Os intelectuais orgânicos *conservadores*, por sua vez, deixam claras (mais do que nunca) suas preferências e engajamentos políticos: suas idéias sendo largamente dominantes, uma maior aproximação com o poder político e a mídia torna-se inevitável.

Os intelectuais "livremente flutuantes" (em geral antigos simpatizantes de uma esquerda independente, apartidária), por outro lado, deixam o *cinismo* e o *ceticismo* desaguar numa prática social fundamentada na desilusão, na resignação e no *oportunismo*, o pragmatismo. Em outras palavras: abandonando uma postura social crítica, estes intelectuais "flutuantes" transformam-se em meros técnicos, gestores da coisa privada ou tecnoburocratas nos vários escalões governamentais. Com este procedimento, recuperam algumas das vantagens econômicas do período pré-crise e, ao mesmo tempo, colocam em prática uma nova ideologia, uma ideologia da moda: o pragmatismo. Em coerência com a renúncia da transformação pelas idéias, perdem a fé na razão e no homem. Mais precisamente: como cínicos e cépticos, eles renunciam à reflexão crítica. Já como oportunistas, eles elegem o Mercado — força impessoal, objetiva e aparentemente neutra — como substituto da razão e motor da dinâmica social⁵.

³ Visceralmente ligados a uma classe social. Militantes políticos engajados em partidos, sindicatos ou organizações ideologicamente definidos.

⁴ Livres pensadores. Ideologicamente instáveis e cientificamente indisciplinados.

⁵ Theotonio dos Santos detecta lucidamente esta renúncia ao conhecimento quando analisa o pensamento de Fernando H. Cardoso e o da "intelectualidade de esquerda" que preenche os principais cargos de seu governo: "Mas não se pode permitir que um pragmatismo sem propostas, de origem direitista e conservador, se imponha em

Com o encastelamento dos intelectuais orgânicos progressistas, o que hoje podemos chamar de esquerda *ativa* resume-se (ou quase) aos antigos intelectuais "flutuantes", agora ocupando os primeiros níveis da burocracia estatal e difundindo o pragmatismo mercantil como prática política. Doravante, os ideais conservadores defrontam-se apenas com as imposições do mercado, tradicionalmente em *harmonia com estes mesmos ideais*: é a sentença de morte do confronto de idéias, do político, da discussão e da dialética. Mas quando os confrontos conscientes desaparecem, ou melhor, são proscritos, é lavrada a sentença de morte da democracia. Neste sentido, a tecnoburocracia estatal de "ideologia" pragmática personaliza uma ditadura, a ditadura das forças inconscientes do mercado.

A partir deste momento, as leis objetivas do mercado parecem substituir as idéias e a razão. Além de seu papel econômico, as oscilações da oferta e da procura, assim como os critérios de eficiência, teriam passado a decidir, tanto o que é científico, quanto "politicamente correto". Se os interesses de determinados grupos sociais concordam com as tendências do mercado, eles são politicamente corretos e cientificamente justificáveis. Caso contrário, representam interesses atrasados e corporativistas. Ora, opor-se às leis cegas do mercado ou tentar conter a globalização da economia, dizem os neoliberais, é remar 1^o) contra uma *tendência histórica irreversível* e 2^o) contra a *modernidade*⁶.

Subordinando-se à autoridade do mercado, os globalistas "esquecem" que a história humana não tem destino nem finalidade, e que as leis sociais apenas tendem a ser irreversíveis nos períodos ditatoriais. Nas democracias, por outro lado, o que hoje parece irreversível, amanhã pode ser alterado pela vontade grupal ou pela consciência coletiva. No que diz respeito à *modernidade*, não há porque acreditarmos

detrimento da verdade científica". Dos Santos, op. cit. p. 72.

⁶ Marques-Pereira ressalta que o início da recessão mundial "inaugurou uma crise do desenvolvimento que geralmente se associa às reestruturações impostas pela globalização da economia. Estas são consideradas [pelos globalistas] como um dinâmica *irreversível* que faria tocar o sino de finados das formas de organização econômica e do papel do Estado (...)". Op. cit. p.2.

que a estrita obediência à lógica do mercado é o caminho mais curto para alcançá-la. Se mais não fosse, porque não existe um consenso mínimo sobre a sua definição. No que consiste a modernidade? A ciência social não nos oferece uma resposta. No máximo, ficamos sabendo que existem várias "modernidades", cada uma localizada num ponto específico da linha do tempo: os descontentes românticos pensam descortiná-la "em algum lugar do passado". Os descontentes pragmáticos, na realidade presente dos países do 1º mundo. Os descontentes oprimidos, por sua vez, "em algum lugar do futuro". O fato é que a modernidade, como criação humana, é tão segmentada quanto a sociedade. Logo a modernidade (como contexto social singular) só pode existir numa sociedade artificialmente homogeneizada. Num sistema social pasteurizado por leis que, sem deixarem de ser sociais, como as do mercado, resultam numa dinâmica societária independente das vontades específicas dos distintos segmentos da sociedade. Mas que tipo de sociedade pode estimular a participação inconsciente (como zumbis...) de seus integrantes? Que tipo de sociedade pode aceitar que "os homens se encontrem constantemente frente aos resultados de seus próprios atos como o aprendiz de feiticeiro que após invocar os gênios não sabe como controlá-los"? Que tipo de regime político pode dirigi-la? Não é difícil concluir que a sujeição irrestrita e irrefletida às leis do mercado gera uma sociedade apática, impotente frente aos seus próprios problemas, pois entendidos como designios ou males inevitáveis. Uma sociedade que, se injusta, tende a conservar-se como tal; se composta por pobres e ricos, tende a perpetuar a pobreza de uns e a riqueza de outros; se composta por fortes e fracos, tende a fundamentar-se no poder do medo e da força (Hobbes).

Fica claro, pois, que na medida em que aceitamos como inevitáveis as orientações sociais do mercado, nos afastamos dos fundamentos iluministas da democracia moderna. Devemos aceitar, então, que a força institui o direito, a obediência transforma-se em dever e o Estado democrático reflete o direito dos mais fortes.

Por outro lado, a recusa ao neoliberalismo fortalece o tecido so-

⁷ Elias, N. *La Société des Individus*. Paris, Fayard, 1991, p. 107.

cial. Na medida em que rejeitamos a força e todos os despotismos (o religioso ou o do mercado, por exemplo) como fundamentos do Estado de direito, elegemos em seu lugar a Razão e a Convicção. Segundo um dos mais ilustres iluministas, todo direito fundamentado na força não passa de um contra-senso, pois "desde que a força faz o direito, o efeito toma o lugar da causa, pois toda força que sobrepujar a primeira sucedê-la-á nesse direito. Desde que se pode desobedecer impunemente, torna-se legítimo fazê-lo e, visto que o mais forte tem sempre razão, basta somente agir de modo a ser o mais forte. Ora, que direito será esse que perece quando cessa a força? Caso se imponha obedecer pela força, não se tem necessidade de obedecer por dever, e, se não se for mais forçado a obedecer, já não se estará mais forçado a fazê-lo. Vê-se, pois, que a palavra *direito* nada acrescenta à força — nesse passo, não significa absolutamente nada"⁸.

Mas que o leitor nos entenda bem. Não estamos aqui fazendo a apologia do Estado de direito. Se no século XVIII a "ingenuidade" de Rousseau era legítima, hoje ela é inaceitável. O pensamento de Hobbes (direito derivado da força) é, inegavelmente, muito mais realista. Mas não é por isso que devemos aceitá-lo, ao contrário! Render-se ao estabelecido é exatamente o que fazem os pragmáticos. Assim, se a globalização e as práticas neoliberais são dominantes, devemos questioná-las, influencia-las nos seus contornos e, se possível, adaptá-las à modernidade aspirada pela maioria, pelos oprimidos.

Na *modernidade dos oprimidos* o Estado de direito deve ter instituições fortes, responsabilidades sociais e culturais bem definidas, deve permitir a expressão dos anseios populares e, principalmente, manter um diálogo constante com a sociedade organizada e consciente. Caso contrário, isso seria abrir o caminho para um questionamento do sufrágio universal (expressão subjetiva da vontade popular), para a transformação de legítimos interesses eleitorais em meros pleitos eleitoreiros e, enfim, para a radical desmobilização da sociedade civil⁹.

⁸ Rousseau, J. J. *Do Contrato Social (ou princípios do direito político)*. São Paulo, Abril, 1978 (coleção "Os Pensadores"), pp. 25-26.

⁹ Isso é o que temos presenciado nos EUA, na França ou no Brasil. Nestes países as

Já em 1944, criticando os opositores do "welfare state" (Estado do bem-estar), Polanyi percebia uma ligação íntima entre a ideologia do mercado livre e a negação da humanidade. Este mestre da antropologia econômica afirmava que o importante é acabar, de uma vez por todas, com esta aberração que é a utopia do mercado livre, para isso restaurando as salvaguardas necessárias para que as forças do mercado não continuem a destruir a natureza e a própria humanidade¹⁰.

Durante 3 décadas a reivindicação de Polanyi (e de diversos intelectuais progressistas) pareceu ter se consolidado. Os governantes e as elites pareciam ter entendido que a própria estabilidade da organização capitalista dependia de uma série de freios às leis cegas do mercado. Neste sentido, a miséria, as condições de trabalho e o desemprego passaram a ser concebidos como inerentes ao funcionamento da sociedade e, portanto, de responsabilidade do Estado.

Hoje, no entanto, as conquistas sociais destas 3 décadas estão ameaçadas. Governantes e intelectuais governistas renegam a responsabilidade pública sobre os problemas sociais. Sob esta ótica, os indivíduos seriam pobres porque ineficientes, estariam desempregados porque preguiçosos ou, talvez, inadaptados. Ao propor-se a subordinação do Estado ao Mercado, a cidadania à lei do mais forte, a democracia ao darwinismo social, é a própria humanidade — como diz Polanyi — que está sendo questionada. No que diz respeito ao desemprego, por exemplo, é a sociedade-economia perversa de Alfred Marshall que aqui recupera o espaço ideológico deixado por Keynes. Segundo Marshall, no espaço liberal o indivíduo sem emprego não deve merecer nenhuma atenção especial das instituições públicas, embora deva ser alvo de uma "observação bem intencionada, mas severa"¹¹. Além de recusar toda

políticas neoliberais têm subordinado a sociedade política e a civil a uma vontade impessoal única, ditada pelo mercado e acomodada socialmente pela tecnoburocracia composta de intelectuais "flutuantes" (o neoliberalismo de Regan e Balladur, os planos Cruzado, Collor e Real da FGV/PUC etc.).

¹⁰ Citado por Christian Topalov in Topalov, C. *Naissance du Chômeur*. Paris, Albin Michel, 1995, pp.26-27.

¹¹ Carta de Alfred Marshall à Percy Alden (28 de janeiro de 1903) in Marshall, A. *Memorials of Alfred Marshall*, Londres, ed. A. C. Pigou, 1925, pp.446/447.

responsabilidade pública sobre o desemprego, o Estado marshalliano o atribui a uma deficiência individual e a-social, que deve ser punida com severidade e vigilância¹².

GLOBALIZAÇÃO E DETERMINISMO ECONÔMICO

Segundo os globalistas, o processo de globalização implica tanto numa autonomização do mercado em relação ao Estado, quanto num enfraquecimento das especificidades/identidades nacionais: no mundo global a economia ditaria as políticas públicas que, por sua vez, moldariam as culturas e as identidades regionais. Neste sentido, o econômico conteria em si mesmo todas as determinações do social. A transformação das formas de produção e troca provocaria um movimento indomável e irresistível de adaptação da sociedade às novas necessidades do mercado capitalista. Não estaríamos longe, então, da consagração do que Palloix chamou de "pretensão totalitária do econômico"¹³.

Vejamos mais de perto esta questão.

A perspectiva neoliberal afirma que a eliminação de todos os entraves à livre circulação do capital provocaria uma 1) livre circulação do capital e da mão de obra, uma 2) distribuição espacialmente homo-

¹² Num belo escrito de 1926, Keynes caracteriza o funcionamento da sociedade marshalliana como "um estado de coisas no qual a distribuição ideal dos recursos produtivos pode ser conseguida através de indivíduos que agem de maneira independente, pelo método de ensaio e erro, de tal maneira que os indivíduos que se movimentam na direção correta destruirão, pela competição, aqueles que se movimentam na direção errada. Isto implica que não deve haver perdão ou proteção para os que empatam seu capital ou seu trabalho na direção errada. Este é um método para levar ao topo os negociantes melhor sucedidos, mediante uma luta cruel pela sobrevivência, que seleciona os mais eficientes através da falência dos menos eficientes. Não se leva em conta o custo da luta, mas apenas os lucros do resultado final, que se supõe serem permanentes. Como o objetivo é colher as folhas dos galhos mais altos, a maneira mais provável de alcançá-lo é deixar que as girafas com pescoços mais longos façam morrer à míngua as de pescoços mais curtos". (Keynes, J. M. "O Fim do "Laissez-Faire", in *Keynes*, São Paulo, Ática, 1978, p.106.)

¹³ Palloix, C. *La Société Post-Économique: Esquisse d'une Société Alternative*. Paris, L'Harmattan, 1988.

gênea dos bens e serviços ofertados e, enfim, uma 3) dissolução das formas particulares/tradicionais de produção e distribuição. E com esta mobilidade do capital e do trabalho, verificar-se-ia uma equalização das taxas de lucro e das remunerações do trabalho a nível mundial.

Esta indiferenciação econômica, no entanto, necessitaria de um certo espaço de tempo para se impor. Num primeiro momento, os capitais se dirigiriam para os Estados onde os salários (diretos + indiretos) e a tributação dos lucros fossem inferiores à média internacional e, no campo político, uma relativa estabilidade institucional estivesse assegurada. A mão de obra, por sua vez, procuraria deslocar-se para os países desenvolvidos, onde o movimento dos trabalhadores é organizado, os salários relativamente elevados e vigora um sistema de seguridade social eficiente.

Seguindo esta lógica de maximização das remunerações, observaríamos no médio e longo prazo a construção de um processo de homogeneização das características econômicas dos Estados-nações. Em outras palavras, como resultado da livre circulação do trabalho e do capital presenciariamos uma nivelção mundial das condições de produção e da distribuição das riquezas. Neste sentido, a tradicional dicotomia entre o 1º e o 3º mundo tenderia a desaparecer. Ou seja, a própria idéia de um mundo dividido entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos perderia sua razão de ser.

No que diz respeito à gestão política deste processo, a instauração de parlamentos internacionais (parlamento europeu, por exemplo) aparece, segundo as teses globalistas, como um momento essencial. Estes legislativos supra-estatais teriam como função precípua a resolução de diferendos ou de distorções observadas no exercício das liberdades de deslocamento e de instalação, tanto da mão de obra quanto do capital: combate ao terrorismo (agora internacional), preservação do equilíbrio ecológico (evitar uma concentração excessiva de atividades produtivas poluentes, alocação geograficamente equitativa do lixo atômico, etc.), estabelecimento de uma legislação tributária e fiscal de transição, equiparação progressiva dos direitos sociais (aposentadorias, seguro-doença, seguro-desemprego, auxílios-maternidade, sistema de saúde) etc.

No entanto, toda esta atividade política de preparação, de acomodação das divergências, seria um desperdício de tempo e trabalho caso não resultasse no estabelecimento da verdadeira âncora da globalização da economia: a criação de uma moeda única.

Sem a instituição de uma moeda única, o processo de globalização não pode completar-se. A diversidade dos pólos de controle econômico ou a existência de múltiplas autoridades monetárias implicaria, sempre, em políticas econômicas contraditórias ou em projetos de desenvolvimento divergentes. O aprofundamento do processo de globalização deve passar, pois, pela instauração jurídico-política de um representante único da riqueza mundial, pela instituição da moeda universal. Os parlamentos internacionais teriam, então, como tarefas primordiais, a criação e a legitimação de uma moeda supra-estatal. Sob outro prisma, a legitimação de uma moeda única representaria o alicerce fundador de uma cidadania sócio-econômica também única, universal, prelujiando, então, a dissolução dos próprios parlamentos (no plural) que lhe deram vida e, ao mesmo tempo, criando uma única autoridade econômica mundial: concebidos como instituições preparatórias da unificação da economia mundial, os parlamentos internacionais decretariam sua própria dissolução ao instituírem a moeda sem fronteiras.

Superada assim a etapa da diversidade de poderes e de moedas, uma nova ordem político-econômica mundial deveria assumir o lugar até hoje reservado às instituições do clássico Estado-nação. Esta conclusão é encontrada, mais ou menos explicitamente, em todas as análises sobre a globalização da economia. Nestas percebe-se, claramente, a determinação do econômico sobre os restantes fenômenos sociais. A difusão internacional das condições de produção e de troca vigentes nos países desenvolvidos cria não apenas as formas sociais necessárias à sua expansão e equalização, como também substituiria as instituições políticas baseadas na nacionalidade por uma ordenação política original, embora com contornos ainda indefinidos.

Enquanto o poder dos Estados-nações subsistir na figura de suas moedas, na independência de suas ações monetárias e na utilização de seus recursos econômicos particulares, a estabilidade sistêmica do processo de globalização, insistem os globalistas, não estará assegurada.

Jaques Delors, por exemplo, Deputado do Parlamento Europeu, elogia o sucesso do chanceler alemão H. Kohl — presidente do Conselho Europeu — em convencer seus parceiros europeus sobre a existência de laços íntimos entre uma "moeda única e a união política". Laços que foram reconhecidos e concretizados no "tratado de Maastricht", conclui Delors¹⁴. Enquanto uma moeda única não estiver estabelecida, a unidade da economia mundial estará em conflito com a diversidade dos interesses regionais. E sem esta superação dos estreitos poderes dos Estados nacionais, dizem, a livre circulação de mercadorias será sempre uma utopia, a modernização das economias atrasadas uma quimera e a eliminação do subdesenvolvimento mais uma vez postergada.

Mais concretamente, a existência de moedas nacionais é identificada — corretamente — pelo grupo globalista como instrumento de afirmação de identidade e soberania nacionais. Da mesma forma que, ao contrário, uma moeda verdadeiramente universal aparece como um pressuposto fundamental — e também correto — da diluição das diferenças e da construção do cidadão do mundo. Caso este pressuposto não esteja presente, os globalistas alegam que alguns grupos tenderiam a fazer prevalecer seus interesses particulares sobre os da futura comunidade internacional: poderiam conseguir taxas de juros subsidiadas para a implantação de projetos de interesse não-geral, obter facilidades de crédito para o escoamento de suas mercadorias individuais, proporcionar ganhos salariais reais para determinadas categorias de assalariados (nacionais ou regionais), estimular a passividade — ou a agressividade — de certas organizações dos trabalhadores etc. Enfim, estes grupos poderiam perpetuar a diferença em detrimento da uniformização, impedindo o movimento centrípeto intrínseco à globalização.

Enfim, a globalização implicaria numa unidade de propósitos e de orientação econômicas que apenas a criação de uma autoridade econômica supranacional e forte poderia legitimar. A superação dos interesses "egoístas" dos capitalismo nacionais precisaria — sempre segundo esta interpretação — de uma autoridade econômica que tenha

¹⁴ Delors, J. "Le Croisé de l'Europe", in *Le Nouvel Observateur* de 18-24 de maio de 1995, p. 17.

poder decisório e instrumentos que assegurem o firme cumprimento de suas decisões. Em resumo, a eliminação das rivalidades mesquinhas, que impedem o acesso de todas as economias à modernidade e ao desenvolvimento, precisaria de um poder moderador, um poder que tenha como propósito transformar a concorrência capitalista selvagem numa parceria estimulante, distribuindo eqüitativamente seus resultados pelas várias regiões do capitalismo mundial.

"A integração competitiva dos países em desenvolvimento na economia internacional há de basear-se em vantagens comparativas dinâmicas, com crescente incorporação do conhecimento ao processo produtivo. A par do indispensável esforço interno de cada país, este salto qualitativo pressupõe um ambiente internacional fundado na *cooperação*¹⁵".

Mas mesmo os globalistas não conseguem prever a complexa gama de funções que deverá exercer este poder supranacional quando de uma eventual globalização plena. Afirmam, no entanto, que ele deverá ter suas funções ampliadas na medida e na proporção em que avançar a integração mundial. Afirmam que esta autoridade deverá tomar decisões — e fazê-las cumprir — sobre assuntos cuja relação com o processo produtivo é relativamente tênue. Por exemplo, para que os trabalhadores possam deslocar-se livremente não é necessário apenas abolir o uso de passaportes, vistos ou exigências financeiras: é preciso assegurar-lhes condições de trabalho homogêneas em todas as partes do mundo, condições de exercício profissional reconhecíveis e aceitáveis, sejam eles trabalhadores ocidentais ou orientais.

O que os globalistas parecem não dar importância é que ao adentrar no terreno do "reconhecível" e do "aceitável", o poder internacional em construção distancia-se consideravelmente do que tradicionalmente considera-se a "circunvizinhança" dos problemas econômicos. Há uma clara invasão dos domínios — também tradicionais — da filosofia, da ética, da moral e da religião. Na realidade, a homogeneização das con-

¹⁵ Discurso pronunciado na ONU por Celso Amorin, Chanceler brasileiro do governo Itamar Franco. Amorin, C. Folha de São Paulo, 27 de setembro de 1994, p. 1 (4). O grifo é nosso.

dições de trabalho não pode ser uma tarefa meramente econômica (mesmo que o meramente econômico existisse): ela implica no nivelamento de raízes culturais que, submersas no inconsciente, impedem que os trabalhadores percebam uma mesma realidade de forma semelhante.

Mas como, então, levar a bom termo esta tarefa de conformação da memória dos povos? Por quais meios a neoliberalização da economia poderá produzir uma cultura universal? Não estaria subentendida nesta despreocupação neoliberal com as diferenças civilizatórias uma crença na onipotência (determinação) da economia? Como é possível que países como a China e o Brasil, por exemplo, com trajetórias históricas — e especificidades culturais — tão distintas possam chegar a possuir necessidades econômicas similares? Como é possível submeter 1 (um) bilhão de muçulmanos (20% da humanidade) determinados a construir um Estado religioso, baseado na submissão feminina e nos preceitos do Corão, às tradições e costumes ocidentais? Como, perguntamos, milhões de africanos serão convencidos a separar-se de suas culturas de subsistência e dos seus sistemas produtivos de hierarquia familiar, aceitando então as normas de "qualidade e produtividade" da indústria ocidental do primeiro mundo?¹⁶ A construção desta identidade universal não implicaria uma uniformização dos anseios e dos desejos dos povos, ou seja, as negações das especificidades nacionais forjadas pelas histórias passadas, das individualidades presentes e das personalidades futuras? Muito provavelmente, sim!

Mas é bom lembrarmos que a tentativa de modernização/uniformização das formas produtivas e culturais localizadas não é uma tarefa propriamente estranha ao capital. Durante séculos o capital europeu — com relativo sucesso — tentou substituir o artesanato pelo trabalho a domicilio, pela manufatura e pela indústria. Da mesma for-

¹⁶ Num excelente estudo sobre as formas de produção na África, Morice nos relata a sua realidade econômica mais "moderna", urbana: "Mesmo se nos detivermos ao meio urbano, sua extensão é tal que um observador inclinado aos raciocínios maniqueístas ali veria um modo mais apropriado de valorização para os capitalistas do que o salariado". Agier, M., Copans, J. & Morice, A. *Classes Ouvrières d'Afrique Noire*. Paris, Karthala - Orstom, 1987, p. 47.

ma, a expulsão dos camponeses de seu habitat natural e a eliminação das culturas agrícolas de subsistência conseguiram, com relativa facilidade, criar uma força de trabalho adaptada às necessidades do capital.

"Que ninguém se engane: o capitalismo não fica passivo em relação àquilo que lhe escapa. Trata-se de uma relação de força. F. Cooper mostra como o colonizador inglês perdia sua imaginação quando queria 'manter' inteiramente a força de trabalho indígena: ele se utilizava do 'compound', um lugar de aprisionamento e de controle que consagrava a separação do trabalhador e de sua família. Os 'hostel' descritos por E. Webster, estes lares com seus porões de forçados, configuram ainda hoje, na África do Sul, esta tentação da classe capitalista a se apropriar do trabalhador, e não apenas do seu trabalho"¹⁷.

No entanto, foi também este expansionismo do capital que criou os Estados-nações e consolidou valores como "pátria", "raça", "religião", "classe" etc.: identidades e diferenças que têm servido de fator de união, e mesmo de sutura, em casos extremos de fratura social. Apenas como exemplo, vale lembrar o caso da guerra das Malvinas que, unindo o povo em defesa da pátria, deu novo alento à ditadura argentina. De uma certa forma, podemos dizer que foi o próprio capital que criou — quando lhe foi conveniente — as identidades e diferenças que hoje pretende suprimir. A questão que hoje se apresenta é se as políticas neoliberais terão forças para dissolver — agora que não lhes convém — o que o próprio capital cultivou com carinho durante séculos. Um "carinho" tão grande que chegou a criar Estados artificiais (partilhas dos períodos pós-guerras mundiais), territórios sem nenhuma identidade, e que agora rebelam-se, dissolvem-se e guerreiam em nome de nacionalidades sufocadas, de religiões perseguidas ou de raças discriminadas.

Seria possível, hoje, após estabelecidas estas identidades e diferenças, articular-se um programa de homogeneização de práticas produtivas, de concepções de autoridade e hierarquia, de particularidades estéticas e artísticas, anseios, angústias, desejos etc.? Nossa resposta é:

¹⁷ *Ibidem*, p. 10.

provavelmente, não. A instituição do Estado-nação e a regulamentação política da economia não são processos exteriores ao funcionamento da economia. Após duas guerras mundiais, as políticas econômicas e as leis de mercado tomaram-se indissociáveis. Não é mais possível pensar as políticas de Estado como um conjunto de intervenções em algo que lhes é estranho, extrínseco. Não é mais possível pensar num Estado não-intervencionista que, diga-se de passagem, nunca existiu.

Chega mesmo a ser inconcebível, por exemplo, que um Estado como o brasileiro, mais "enchuto" que o próprio Estado símbolo do neoliberalismo, o Estado Norte-americano, possa ser considerado como um dinossauro!¹⁸

"Foi assim que o Estado brasileiro veio dar no estado a que chegamos, para dizer como o velho Aporelly. O equilíbrio monetário, a liberdade de iniciativa e a integração competitiva no mercado internacional são o único caminho para um país como o Brasil, que conta com enormes recursos, inclusive o mais escasso de todos – capacidade empresarial [sic]. Sendo a décima economia industrial do mundo e, já 76% urbana, não se pode permitir luxos de Albânia stalinista. Nosso país não pode ficar como o *último reduto dos dinossauros estatais*..."¹⁹.

O Estado do bem-estar social, como diz Galbraith, "veio para ficar"²⁰. Mas ele veio para ficar não só porque estabelece um sistema de seguridade social para os trabalhadores, mas principalmente porque regula a concorrência inter-capitalistas (Banco Central, bancos estatais

¹⁸ Participação do Estado na Economia (Anuário da ONU - 1991)

Países Desenv.	% do Estado no PIB	Países Subdesenv.	% do Estado no PIB
Dinamarca	51.96	Brasil	21.44
Suécia	49.78	Costa Rica	19.18
França	42.10	Índia	16.76
E.U.A.	28.14	Etiópia	16.21

¹⁹ Campos, R. "Podemos não ser Parte do Mundo?", in Folha de São Paulo de 13 de dezembro de 1994, p.2 (2). (os grifos são nossos).

²⁰ Entrevista concedida à Folha de São Paulo em 09 de outubro de 1994, p. 6 (4).

e nacionais de desenvolvimento, Tesouro Nacional, Superintendências de Desenvolvimento etc.), cria demandas (obras públicas, forças armadas, funcionalismo público), especializa a força de trabalho (escolas e universidades públicas), transmite os valores empresariais (concessões de rádio, televisão etc.), controla a oferta de trabalhadores (legislação trabalhista, hospitais públicos, políticas demográficas etc.), defende a propriedade privada e faz valer os contratos (Polícia, Justiça, tribunais, presídios, manicômios públicos etc.) etc., *perenizando assim o sistema salarial*. É por isso que ele veio para ficar. Uma ruptura *artificial* entre funções sociais (econômicas versus políticas) cuja comunhão viabiliza a sociedade do capital não interessa, no momento, a ninguém. Como colocou o sociólogo Carlos Alberto Dória, "deixada por si só, a sociedade regida pelo mercado pode degenerar em formas conhecidas [ou desconhecidas], como o fascismo²¹". Neste contexto, globalização plena não corresponderia, efetivamente, à decretação do fim da história da humanidade, como enunciado por Polanyi? Nossa resposta é: muito provavelmente, sim.

Nossa tese é a seguinte: o gênero de violência observado na "acumulação primitiva" não será mais suficiente para impor as leis do capital, as leis do mercado capitalista. E isto porque, hoje, as leis do capital e o funcionamento dos Estados nacionais são indissociáveis. Após consolidados e resguardados os direitos à diferença, expressos nas Constituições de todos os Estados democráticos, a homogeneização da humanidade só poderá ocorrer pelo aniquilamento sumário dos movimentos sociais. Enfim, a consolidação do processo de globalização pressupõe — muito mais do que uma "acumulação primitiva" — a instituição de um poder político com as prerrogativas que imaginamos possuir uma Ditadura Mundial.

CONCLUSÃO EM QUESTÃO

Os globalistas argumentam que a equalização mundial das estru-

²¹ Dória, C. A. "A Grande Transformação", in Folha de São Paulo de 03 de julho de 1994, p. 6 (9).

turas econômicas conduz ao estabelecimento de um novo espaço cultural — jurídico e político — no qual formas alternativas de controle, regras de conduta e penalização dos atores econômicos deverão ser criadas e sustentadas. Dada a universalidade civilizatória criada pela globalização, dizem, a nova configuração do poder político deverá afirmar o seu distanciamento das nacionalidades e dos interesses "egoístas" de grupos específicos. Enfim, de uma maneira ou de outra, as formas culturais e os poderes políticos nacionais deverão ser, primeiro, enfraquecidos, depois, abolidos. Parece ser imprescindível, então, a construção de uma configuração política (e sócio-cultural supranacional) que possa normatizar e legitimar as formas alternativas de convivência entre os atores sociais da futura economia globalizada.

No entanto, o mercado tem se expandido até hoje sem uma efetiva interferência de instâncias decisórias internacionais. Desde o início do século XX vem se estabelecendo uma crescente interconexão entre as diversas economias nacionais. Hoje, mais do que nunca, são crescentes as possibilidades (potenciais) de investimentos nos países desenvolvidos ou subdesenvolvidos, nas novas nações industrializadas da América Latina ou do Oriente, nos antigos territórios soviéticos, nas comunidades primitivas da África ou nas regiões desérticas do globo, no polo Sul ou no polo Norte: "assim o europeu acorda cada manhã ligando seu rádio japonês e escutando os acontecimentos do mundo: erupções vulcânicas, terremotos, golpes de Estado, conferências internacionais, enquanto ele toma seu chá do Ceilão, Índia ou China; ele mergulha numa banheira espumante de óleos do Taiti e utiliza uma loção após barba de fragrância exótica; ele coloca sua camisa feita com algodão do Egito ou da Índia.. Seu relógio é suíço... A amadureza de seu óculos é de tartaruga de Galápagos..."²² etc. etc. E não é apenas o cidadão do velho mundo desenvolvido que se encontra envolvido nesta teia de informações e de mercadorias: "O africano na sua favela... está igualmente no circuito planetário. No seu cotidiano ele sofre os contragolpes do mercado mundial que afetam os cursos do cacau, do açúcar, das

²² Morin, E. *Terre-Patrie*. Paris, Seuil, 1993, p. 32.

matérias primas que produz o seu país²³”.

Além disso, os europeus votam pela unificação da Europa, Clinton funda o Nafta, o Cone Sul aplaude o Mercosul, os argentinos reelegem Menem e os brasileiros consagram Fernando Henrique Cardoso: a mundialização e a política neoliberal parecem merecer o consenso da opinião pública mundial²⁴. Por que, então, se faz premente a criação de um poder à escala planetária? Por que a continuidade do processo de globalização precisa de um poder político alternativo?

A resposta parece estar no carácter agudo e duradouro da atual crise estrutural do capitalismo. Após 20/25 anos de crise, as sociedades capitalistas — desenvolvidas e subdesenvolvidas — estão mais do que nunca fragmentadas: a marginalidade social, a pobreza, a miséria absoluta, a concentração de rendas, a desilusão e a falta de perspectivas estão mais ou menos presentes em todas as economias. Ou nas palavras de Tavares: "A crítica à 'globalização' não está ainda suficientemente avançada, embora seus efeitos perversos, sobre o desemprego, concentração da renda, da riqueza e do saber, já comecem a manifestar-se com mais nitidez mesmo nos países desenvolvidos"²⁵. Ao lado destes "efeitos perversos", percebe-se ainda uma nítida queda dos níveis de sindicalização, de filiação partidária, de participação eleitoral ou, de forma geral, de participação da população trabalhadora nos movimentos sociais críticos e reivindicativos.

Não seria este, então, o momento ideal para aprovar-se um conjunto de medidas de política econômica (privatizações, "enxugamento" do Estado, terceirização dos processos produtivos etc.) que permitiriam a continuidade deste processo? Não seria este, então, o momento ideal para a construção de um poder suficientemente forte para enfrentar um

²³ *Ibidem*, p. 32

²⁴ Embora saiba-se que "a mundialização da economia... tem acrescido a desigualdade à escala do globo, entre países 'desenvolvidos' (onde 20% da população consomem 80% dos produtos) e subdesenvolvidos". *Ibidem*, p.34.

²⁵ Tavares, M. C. *Tendências de Globalização, Crise do Estado Nacional e seus Impactos sobre o Brasil*. Vitória, ANGE, Cadernos da ANGE (textos didáticos), 1993, n° 6, p. 15

descontentamento social que, mais tempo menos tempo, encontrará canais alternativos de manifestação e pressão? Não estaria o capital se provendo de uma série de instrumentos legais que lhe permitam enfrentar as reivindicações futuras num quadro de legalidade "adequada" que legitime suas ações?

Qualquer resposta incisiva só poderia ser uma nova indagação. O fato é, no entanto, que "os experimentos neoliberais foram bem sucedidos ali onde uma ou mais das seguintes condições puderam ser satisfeitas: foram iniciados por regimes autoritários; ou por democracias onde as burocracias e o poder executivo gozaram de alto grau de autonomia porque confinados das pressões — clientelistas e/ou corporativistas — e dos partidos; ou dispunham de partidos hegemônicos ou quase únicos".²⁶ Da mesma forma que é "fato notório que dois dos mais celebrados exemplos de reforma neoliberal, Chile e México, se realizaram mediante regimes fortes e que, neste último caso, mal se iniciou a transição para um regime político efetivamente mais aberto".²⁷

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

- AUGE, M. *Pour une Anthropologie des Mondes Contemporains*. Paris, Aubiers, 1994.
- BATISTA, P. N. "O Consenso de Washington: A Visão neoliberal dos Problemas Latino-Americanos", in BATISTA, P. N. (et al). *Em Defesa do Interesse Nacional*. São Paulo, Paz e Terra, 1995.
- BLANC, M. *Os Herdeiros de Darwin*. São Paulo, Página Aberta, 1994.
- BORGES, A. & DRUCK, G. "Crise Global, Terceirização e a Exclusão no Mundo do Trabalho" in *Cadernos CRH*, Salvador, nº 19, 1993.
- CASTEL, R. *Les Métamorphoses de la Question Sociale*. Paris, Fayard, 1995.

²⁶ Sola, L. "O Dragão enfrenta o Santo", in *Folha de São Paulo* de 24 de julho de 1994, p.6 (3).

²⁷ Batista, P. N. "O Consenso de Washington: A Visão neoliberal dos Problemas Latino-Americanos", in Batista, P. N. (et al). *Em Defesa do Interesse Nacional*. São Paulo, Paz e Terra, 1995, p. 107.

- DOS SANTOS, T. "Fernando Henrique Cardoso e a Teoria da Dependência" in Política e Administração. Rio de Janeiro, FESPERJ, V.2, nº4, 1994.
- DOS SANTOS, T. *Economia Mundial*. Petrópoles, Vozes, 1994.
- ELIAS, N. *La Société des Individus*. Paris, Fayard, 1991.
- EWALD, F. *L'Etat Providence*. Paris, Grasset, 1986.
- HIRATA, H. *Autour du "Modèle" Japonais*. Paris, L'Harmattan, 1992.
- MALAGUTI, M. L. "A Ideologia do Modelo Japonês de Gestão" in Ensaio FEE. Rio Grande do Sul, nº 2, V. 16, 1995 (no prelo).
- MALAGUTI, M. L. "A Teoria da Regulação: Dialogando com Karl Marx" in *Crise e Regulação* (orgs. Mendonça, J. P., Carcanholo, R. & Nakatani, P.), Vitória, UFES, 1994.
- MALAGUTI, M. L. "Teoria da Regulação: Uma Introdução" in Raizes, Campina Grande, UFPB, nº 9, janeiro de 1994.
- MALAGUTI, M. L. "Terceirização, Taylorismo e Conflito" in Raizes, Campina Grande, UFPB, nº 10, dezembro de 1994.
- MARQUES-PEREIRA, J. *Marché du Travail, Protection, Sociale et Développement à l'Heure de la Globalisation*. Contribuição ao Seminário sobre o Método da Regulação, São Paulo, Fundap, 4-6 de abril de 1995.
- MORIN, E. *Terre-Patrie*. Paris, Seuil, 1993.
- PALLOIX, C. *La Société Post-Economique: Esquisse d'une Société Alternative*. Paris, L'Harmattan, 1988.
- POLANYI, K. *La Grande Transformation*. Paris, Gallimard, 1972.
- ROSANVALLON, P. *La Nouvelle Question Sociale: Repenser l'Etat-Providence*. Paris, Seuil, 1995.
- TAVARES, M. C. Tendências de Globalização, Crise do Estado Nacional e seus Impactos sobre o Brasil. Cadernos da Ange, nº 6, Vitória, 1993.

NOVAS ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO PARA A AGRICULTURA BRASILEIRA

*Pedro Carlos Gama da Silva**
*Robério Ferreira dos Santos***

INTRODUÇÃO

Muito tem se escrito sobre o crédito rural no Brasil, tanto sobre o sistema oficial de distribuição social e espacial dos recursos dos financiamentos quanto sobre as políticas públicas adotadas. Os estudos existentes centram-se, no entanto, quase exclusivamente nas aplicações realizadas no mercado formal ou institucional. O objetivo deste trabalho é situar em que contexto aparecem as novas alternativas de financiamento para a agricultura brasileira, inclusive os sistemas informais de crédito cooperativo, a partir dos estudos existentes que tratam da evolução das instituições, programas e políticas creditícias que afetam a agricultura.

Ele é dividido em outras cinco seções, além desta e das referências bibliográficas. Na 2ª seção é revisitada a relação entre crédito agrícola e modernização da agricultura brasileira, nas seguintes são abordados o crédito agrícola-cooperativo no Brasil, a relação entre crédito rural e desenvolvimento, o crédito rural alternativo e algumas considerações a guisa de conclusões

* Pesquisador da EMBRAPA-CPATSA, Petrolina, PE. Mestre em Economia, UFPB.

** Pesquisador da EMBRAPA-CNPA, Professor do Curso de Mestrado em Economia, UFPB, Campus II. Doutor em Economia pela USP.

CRÉDITO AGRÍCOLA E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Vários são os estudos que abordam o crédito rural, principalmente a partir da sua institucionalização, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR, através da Lei nº 4.829, de 05 de novembro de 1965 (Pinto, 1981; Munhoz, 1982; Sayad, 1984; Delgado, 1985; Hoffmann & Kageyama, 1987; Santos, 1988; Cardoso, 1988; Silva, 1990). Segundo Silva (1990), a partir daí, a implementação do crédito rural definiu explicitamente, com seus objetivos: o provimento de fundos externos para financiar uma parcela considerável dos custos diretos de produção e comercialização da agricultura; o estímulo à formação de capital; a aceleração do processo de adoção tecnológica, e o fortalecimento da posição das economias dos produtores agrícolas, especialmente das categorias dos pequenos e médios. Uma análise da aplicação dos recursos em crédito rural até o início da década de 90, permite inferir que os três primeiros objetivos-metas puderam ser atendidos até 1979, uma vez que até este ano o volume aplicado de crédito foi crescente em termos reais¹, viabilizando o novo modelo agrícola calcado na tecnificação e utilização maciça de insumos industriais e concorrendo para a consolidação do complexo agroindustrial brasileiro (Sorj, 1980; Silva, 1982; Martine & Beskow, 1987).

Quanto à distribuição social e espacial dos recursos dos financiamentos, os estudos de Pinto (1981), Sayad (1984), Hoffmann & Kageyama (1987) e Cardoso (1988), entre outros, revelam a natureza concentradora e excludente do crédito rural, demonstrando a pouca participação dos pequenos produtores. Sem dúvida, houve uma grande con-

¹ Os recursos destinados ao crédito rural cresceram aceleradamente desde a sua institucionalização, mas as estatísticas do Banco do Brasil sobre o crédito rural só passaram a ser publicadas sistematicamente a partir de 1969. Neste ano, o total de financiamento atingiu a soma de 101.648.216 cruzeiros (em valores reais a preço de janeiro de 1990) e, em 1979, já foram aplicados 515.548.546 cruzeiros (em valores reais a preço de janeiro de 1990) (SILVA, 1990). Toda essa expansão, conforme SAYAD (1984), deu-se a taxas de juros subsidiadas gerando uma demanda especulativa que se constituiu em importante fonte de distorção dessa política setorial.

centração de recursos nas mãos dos grandes proprietários, além de duas outras formas de concentração: por região e por produto².

Os argumentos apresentados para explicar esse problema distributivo estão centrados, segundo Meyer et al. (1975) e Santos (1988), nos problemas da demanda (medo de assumir riscos e lidar com agências formais, falta de conhecimento de como usar o crédito e ausência de alternativas lucrativas) e da oferta do crédito institucional (concentração do crédito, pouca participação dos bancos privados e falta de estímulo e interesse do sistema bancário para empréstimos aos pequenos produtores). No entanto, de acordo com Santos (1988), os problemas da distribuição social e espacial do crédito não devem ser encarados como uma distorção do programa de crédito rural, mas como uma consequência da política de modernização adotada. Isto porque: "As características do crédito rural subsidiado atenderam às necessidades dos formuladores da política de modernização da agricultura brasileira, já que os grandes produtores agrícolas, aqueles que são mais facilmente atingidos pelo programa de crédito rural, são, também, os que têm condições de mais rapidamente atenderem os incentivos de uso de insumos modernos na agricultura. O tipo de tecnologia disponível direcionou o processo de modernização para os produtos exportáveis, como soja, café, açúcar e trigo (este, produto de importação do Brasil). Estes dois fatores, junto com melhores condições de clima, melhor qualidade de solo e melhor nível cultural dos produtores, direcionaram o processo de modernização para a região Centro-Sul do Brasil" (SANTOS, 1988:402).

Muito embora a apropriação de grande parte do montante de recursos tenha sido feita, principalmente, pelos grandes proprietários, não se deve subestimar a influência desse mesmo crédito para uma

² Esses autores mostram, com clareza, a concentração do crédito rural no Brasil, principalmente na década de 70, em favor de alguns produtos, especialmente os destinados à exportação ou à industrialização, e em favor das regiões Sudeste e Sul. De acordo com a ASSESSOAR (1989), pelos dados fornecidos pelo Banco Central, em 1966 os pequenos produtores recebiam 34% dos créditos concedidos; em 1976, passaram a receber apenas 11% do valor total do crédito, apesar de terem feito 74% do total dos contratos realizados e em 1987, apesar dos micro e pequenos produtores terem assinado 76% dos contratos do crédito rural, receberam apenas 20% do total dos recursos.

camada de pequenos proprietários. O crédito rural contribuiu para o surgimento de uma nova classe de pequenos produtores, que se distanciou das concepções clássicas de campesinato. São os pequenos produtores tecnificados que se diferenciam com o aumento da sua importância social, tanto pelo sucesso econômico quanto pela capacidade para "modernizar-se" (PAULILO, 1989).

Com o aprofundamento da crise brasileira a partir dos anos 80, a política de crédito rural é redirecionada em função da condução da política macroeconômica do país, passando por fortes restrições de recursos e retirada gradual dos subsídios (SILVA, 1990). Com as dificuldades financeiras do Estado, a política de crédito rural começou, aos poucos, a se traduzir em redução dos percentuais dos financiamentos e em volume de crédito cada vez menor, mesmo sem subsídios, ou seja, os recursos tornaram-se cada vez menores, em termos reais, associados a um crescimento dos encargos financeiros.³

É importante destacar a forte intervenção estatal no crédito agrícola, seja na fixação das condições das operações creditícias (prazos e juros, entre outros), coordenação e controle dos programas de crédito, seja como agente financiador. A lei que institucionalizou o crédito rural no Brasil (Artigo 4º) dá competência ao Conselho Monetário Nacional para disciplinar o crédito com atribuições exclusivas para traçar suas normas operacionais.⁴ Desde a criação do SNCR, o Estado aparece como principal financiador dos programas de crédito agrícola, cujas fontes de recursos são o Tesouro Nacional e, no caso de muitos programas de investimento, organismos internacionais (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre outros). Mesmo com

³ De acordo com os dados elaborados por SILVA (1990), o valor total de crédito agrícola caiu de Cr\$ 515.548.546 em 1979, para Cr\$ 176.017.662 em 1988 (valores reais a preço de janeiro de 1990).

⁴ A Lei 4.595, que criou o Conselho Monetário Nacional lhe confere, entre outras, as seguintes atribuições: "disciplinar o crédito em todas as suas modalidades e as operações creditícias em todas as suas formas, inclusive aceites, avais e prestações de quaisquer garantias por parte das instituições financeiras". E em seu artigo 10, inc. V, a lei confere ao Banco Central do Brasil competência para "exercer o controle do crédito sob todas as suas formas". Citado por MORAES (1974:167-170).

a criação e ampliação da exigibilidade bancária com base nos depósitos à vista e de outras fontes de recursos criados a partir de meados dos anos 80, como a Cademeta de Poupança Rural e o Fundo de Desenvolvimento Agropecuário, o Estado ainda permanece como principal agente financiador.⁵

Nesse contexto, também aparecem os programas especiais de desenvolvimento conduzidos pelo Estado, que surgem como políticas compensatórias para os "excluídos" do processo de modernização da agricultura. Quase sempre apresentando um discurso e uma roupagem formalmente desconcentradora, esses programas, em sua maioria, adotam uma estratégia integrada, onde o crédito é um elemento do conjunto de serviços a ser proporcionado aos pequenos produtores. Entretanto, os resultados da implementação desses programas se afastam bastante das intenções manifestadas no conteúdo das suas propostas e os seus efeitos se apresentam nitidamente concentradores e excludentes (Bursztyn, 1984; Chaloult, 1988; Martine & Beskow, 1987; Sampaio et al., 1979).

Vale ressaltar que os estudos existentes sobre o crédito rural no Brasil centram-se, quase exclusivamente, no crédito agrícola institucional, ou seja, enfatizam especialmente as operações realizadas no mercado formal ou institucional.⁶ Não obstante se reconheça que as tran-

⁵ A exigibilidade de aplicação de parcela dos depósitos à vista em crédito rural foi estabelecida pelo governo através das Resoluções nº 69 e 260 do Banco Central do Brasil, visando ampliar a participação dos agentes financeiros privados do SNCR no financiamento da agricultura, ficando estipulado que os bancos devem aplicar 15% dos depósitos à vista em crédito rural, sob pena de recolhimento compulsório em favor do Banco Central, caso aquele percentual não seja atingido. Atualmente, este percentual é de 25%, conforme determina a circular BACEN nº 1.696 de 25/04/90. Os sucessivos planos de ajuste econômico adotados pelos Governos a partir de então, têm procurado reverter a tendência de queda no volume de crédito rural buscando novas fontes de recursos no setor privado.

⁶ Os termos formal e institucional são aqui utilizados como as atividades de crédito-poupança em instituições influenciadas por regulamentos bancários: bancos privados e públicos, e cooperativas, legalmente reconhecidas, enquanto os termos informal e não institucional referem-se a outras atividades de crédito-poupança entre amigos, parentes, comerciantes, indústrias, associações de produtores, etc.

sações informais de crédito perfazem uma proporção considerável do mercado de crédito rural, as informações sobre este mercado informal ou não institucional são pouco mencionadas, até porque elas não são disponíveis. Os poucos estudos que tratam desse assunto sugerem que as fontes não-institucionais de crédito são mais importantes para os pequenos agricultores do que para os médios e grandes, especialmente aqueles sem terra (os parceiros, por exemplo), que se utilizam dos financiamentos fornecidos pelos parentes, amigos, proprietários e comerciantes para atendimento das suas necessidades, inclusive de consumo.⁷

Conforme adverte Meyer et al. (1975), são necessárias, entretanto, mais informações sobre a natureza e extensão do mercado informal de crédito rural, uma vez que há indícios de que a demanda por esse tipo de crédito varia em função da oferta e da disponibilidade do crédito formal. Nesse sentido, observam Silva et al. (1990), na conjuntura de restrição de recursos que marca o final da década de 80 e diante da falta de perspectiva de recuperação a curto e médio prazos do crédito agrícola institucional, o setor rural tem buscado novas alternativas para financiar sua produção, onde se destacam: formas privadas participativas de financiamento da indústria de insumo, da intermediação comercial e do processamento industrial; o financiamento de custeio da safra através do comprometimento de parte da produção futura realizada por algumas cooperativas, e o financiamento de máquinas e equipamentos através de consórcios, entre outras.

Como pode ser observado, estas alternativas combinam com a proposta de liberalização da economia apregoada pelo governo desde o início da década de 90, em cuja concepção está implícita a modernização da agricultura sem a dependência da proteção do Estado. A modernização passa a ser entendida como a maior capacidade dos produ-

⁷ O estudo realizado por BISERRA (1977) no Sertão do Ceará indica que o crédito informal (de parentes, amigos e dos proprietários fundiários) é comum a todos os grupos de produtores estudados, sendo bastante representativo no volume total de créditos recebidos pelos proprietários e parceiros que participam, respectivamente, com 78% e 89% do total.

tores, em cada propriedade (ou empresa), de autosustentar-se, incrementar a produção e as rendas em condições de riscos de mercado e, também, pela maior necessidade de competitividade. Esta concepção não garante a possibilidade da incorporação dos pequenos produtores nesse processo sem um efeito compensador sobre suas rendas.

Estas alternativas certamente não se aplicam à pequena produção, exceto, talvez, àquele segmento de pequenos produtores cujas unidades de produção apresentam-se altamente tecnificadas e mercantis, mantêm intensas relações com o mercado de insumos e agroindústrias e se distanciam das formas de produção da imensa maioria dos pequenos produtores camponeses. Para estes, especialmente aqueles localizados nas áreas mais marginalizadas do Nordeste brasileiro, cujas atividades produtivas são desenvolvidas em condições adversas de clima e de mercado, tais alternativas se apresentam inexpressivas e inacessíveis, devido ao seu caráter de integração parcial a mercados incompletos, nos termos propostos por Abramovay (1990), ou seja, por sua ainda frágil relação com o conjunto das atividades industriais, comerciais e financeiras relacionadas à agricultura.

Esses pequenos produtores camponeses, em sua organização econômica, quase sempre encontram, na figura do pequeno comerciante, nos proprietários fundiários, nos amigos e familiares, a fonte de financiamento para o atendimento de suas necessidades de consumo produtivo imediato e familiar. Conforme Biserra (1977), dada a discriminação que sofrem em relação ao crédito institucional, esses produtores são forçados a recorrer às formas de empréstimos não-institucionais para equilibrar suas limitações de "capital".

CRÉDITO AGRÍCOLA COOPERATIVO NO BRASIL

As cooperativas agrícolas poderiam, potencialmente, imprimir mais eficácia aos resultados dos programas de crédito, não somente pela ampliação do número de pequenos produtores beneficiados com financiamentos, mas, também, pela facilidade de adaptação desses programas às condições específicas de cada local, por melhores condições de analisar as demandas dos agricultores e escolher os investimen-

tos mais adequados a uma dada realidade. Entretanto, conforme destaca Pinto, (1981), apesar das poucas informações existentes sobre os financiamentos concedidos às cooperativas e a respeito da distribuição do crédito rural aos cooperados, deve-se ressaltar que a atuação delas restringiu-se ao simples papel de repassadoras dos empréstimos aos cooperados, segundo normas estabelecidas pelo SNCR, reproduzindo, portanto, os mesmos problemas do conjunto do sistema, inclusive de distribuição.

O regime jurídico das sociedades cooperativas, definido pela Política Nacional de Cooperativismo, limita a autonomia administrativa e financeira dessas sociedades, especialmente as cooperativas de crédito agrícola mistas e de habitação, cujas normas são baixadas pelo Conselho Monetário Nacional (MORAES, 1974).

Portanto, no Brasil, não foi desenvolvido um sistema de crédito rural cooperativo especializado em funções econômicas de poupança e de crédito, e com estatuto jurídico parecido com uma instituição financeira. O crédito cooperativo restringiu-se, principalmente, àquele repassado às cooperativas legalmente instituídas (segundo a Política Nacional de Cooperativismo), através do SNCR, de acordo com a legislação em vigor. Apesar de algumas iniciativas isoladas tomadas pelos próprios produtores, através de suas associações, no sentido de implementação de um sistema de crédito rural cooperativo, existe, ainda, uma série de restrições legais que impedem as cooperativas de funcionarem como as demais instituições financeiras.⁸ Não obstante esses obstáculos, há um florescente cooperativismo de crédito no país, especialmente no Rio Grande do Sul e São Paulo (RODRIGUES, 1987).

CRÉDITO RURAL E DESENVOLVIMENTO

O crédito agrícola no Brasil deve ser examinado em função da política de modernização da agricultura adotada no país, onde ele apa-

⁸ Os principais obstáculos ao desenvolvimento do cooperativismo de crédito, na opinião de RODRIGUES (1987), são as normas do Banco Central do Brasil, que dificultam a participação das cooperativas de crédito na câmara de compensação de cheques e impedem uma justa remuneração dos depósitos a prazos.

rece como principal instrumento de política utilizado, cujas consequências sobre a redistribuição espacial e social dos benefícios e seus efeitos concentradores e excludentes já foram ressaltadas.

Com relação à agricultura nordestina, ressalta Souza et al (1985), o crédito agrícola deve, também, ser examinado em função do papel a ele reservado pelo governo. Por isso, é necessário confrontar o seu desenvolvimento frente ao atual modelo, no qual a agricultura nordestina, especialmente das regiões semi-áridas de sequeiro, não apresenta vantagens comparativas em relação a outras regiões do país. Num outro modelo que considere o desenvolvimento da economia brasileira de forma mais coerente e equilibrada, observa Souza (1985), o desenvolvimento da agricultura nordestina dar-se-ia mediante uma melhor utilização dos recursos naturais e socio-econômicos existentes, apoiado em tecnologias adaptadas à região, além do apoio financeiro adequado aos pequenos agricultores.

Mas não é o simples redirecionamento da política de crédito agrícola que irá corrigir as "distorções" do sistema oficial de crédito, de forma a beneficiar as regiões e as categorias de produtores mais necessitados. Conforme observa Santos (1988), o problema é bem mais amplo e encontra-se em nível de formulação da política de modernização da agricultura brasileira, cujos objetivos precisam ser reformulados de forma a não refletir apenas as práticas de produção, mas um nível de melhor estar social.⁹

Uma política de crédito agrícola, como componente do desenvolvimento rural para essas áreas marginalizadas do Nordeste, deve incluir o financiamento das condições técnicas e sociais de produção, ou seja, deve conter créditos a longo prazo para o desenvolvimento agropecuário visando o financiamento de uma infraestrutura factível, capaz de melhorar as condições de produção dos pequenos agricultores (máquinas, animais, culturas permanentes, forrageiras, entre outras) e

⁹ Para o autor, "Este conceito de melhor estar social está intimamente ligado à atividade econômica que tem, por fim, a satisfação das necessidades humanas, na forma de alimentação, vestuários, habitação, saúde, educação, recreação" (SANTOS, 1988:403).

financiamento das operações agrícolas. Tudo isso deve ser acompanhado de crédito para o desenvolvimento social, visando a melhoria da qualidade de vida das famílias desses agricultores.

Num contexto geral de dificuldades econômicas do Estado, a situação atual no domínio do crédito rural pode ser caracterizada pela crise da grande estrutura oficial de financiamento da agricultura. A conjugação da crise e desequilíbrio econômico, resultantes do esgotamento do próprio modelo de desenvolvimento, fez ruir o sistema de financiamento oficial, em decorrência da falência financeira da União, que se tornou incapaz de voltar a prover os recursos para o crédito rural.

No final da década de 80, observa-se uma série de mudanças econômicas, sociais e políticas no país. Como assinala Flores (1991), muitas delas vieram definir os parâmetros da evolução econômica futura a partir do reconhecimento da exaustão do modelo estatizante e centralizador de desenvolvimento. Com a constituinte de 1988, inaugura-se um período de redefinição do papel do Estado, sinalizando com medidas que buscam limitar a ação governamental, fortalecer a iniciativa privada e atribuir maiores responsabilidades aos estados e municípios, quanto à promoção de seu próprio desenvolvimento (FLORES, 1991).

Nesse sentido, em relação ao crédito rural, já existem vários mecanismos alternativos de financiamento para agricultura partindo da iniciativa privada, mas, como foi visto, esses mecanismos também se colocam fora do alcance dos pequenos produtores camponeses.

Embora se possa encontrar vínculos estreitos entre a crise do sistema de crédito rural oficial e as vias alternativas de financiamento da agricultura, não se pode tirar conclusões prematuras de que esses novos mecanismos substituem ou dispensam a participação oficial. O Estado, certamente, continuará sendo o principal agente de promoção do desenvolvimento rural, inclusive para dar respostas às crescentes demandas sociais da população. E nesse sentido, ainda deverá ter, nos programas de financiamento oficiais, um dos instrumentos de política de desenvolvimento.

Aqui merecem destaque os Fundos Constitucionais de Financiamento das regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste. Criados com o ob-

jetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social dessas regiões, os fundos prevêem a execução de programas de financiamentos nos setores produtivos, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento, cabendo a sua administração ao Conselho Deliberativo das Superintendências de Desenvolvimento Regionais e a uma instituição financeira federal de caráter regional. A esta última, entre outras atribuições, cabe gerir os recursos, definir normas, procedimentos e condições operacionais, definir as faixas de encargos, fixar juros e definir os créditos (BNB, 1991).

Especificamente para o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, com recursos administrados pelo Banco do Nordeste do Brasil - BNB, pode-se reconhecer uma evolução na montagem dos programas oficiais de crédito, dado que apresenta um conteúdo técnico mais coerente com a problemática da região. E não obstante possa representar uma fonte de financiamento importante para o fortalecimento da estrutura produtiva da região semi-árida, a estratégia adotada para conferir "o tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e mini-produtores",¹⁰ como determinam as diretrizes do Fundo, deixa dúvidas quanto à sua consecução.

Tal questionamento deve-se, sobretudo, ao que é considerado como pequeno produtor rural. O BNB segue o critério adotado pelo Banco Central do Brasil, que considera o pequeno como o agricultor ou a empresa que obtém uma renda bruta anual esperada de até 2.400 Maior Valor de Referência (MVR), podendo alcançar 6.000 MVR caso explore atividades mais intensivas, como suinocultura. Tal critério tem o inconveniente de poder enquadrar grandes proprietários com poucas áreas exploradas ou proprietários de diversas áreas, pelo enquadramento individual por propriedades, na condição de pequeno produtor, podendo favorecer com subsídios ou subvenções quem precisa ou não. Trata-se, portanto, de um critério que não é capaz de definir com precisão a categoria de pequenos produtores e se ressentir de outros parâme-

¹⁰ A Lei no 7.827, de 27.09.89, que disciplina a aplicação dos recursos constitucionais, em seu art. 3º, estabelece "*tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e mini-produtores rurais... bem como aos projetos de irrigação*" (BNB, 1991:8)

tros de classificação adaptados às condições particulares dos meios natural e humano.

Haveria a necessidade de serem postos em prática mecanismos apropriados, que assegurassem a participação dos pequenos produtores na elaboração das políticas de crédito agrícola e capazes de influir nas decisões das instituições bancárias. As organizações de produtores, através do estabelecimento de comitês de âmbito local, poderiam ser um passo nessa via (CARDOSO, 1985).

É preciso verificar as possibilidades de desenvolvimento de sistemas financeiros rurais (sistema de crédito cooperativo, por exemplo), que sejam capazes efetivamente de tomar-se um meio de democratizar o acesso ao crédito agrícola e torná-lo um instrumento de intervenção dos pequenos agricultores, em favor das suas próprias iniciativas.

A participação das organizações camponesas locais na organização, planejamento, operacionalização e controle dos programas de desenvolvimento voltados para a agricultura, poderia evitar desvios de recursos e de informações e a burocratização dos serviços, além de propiciar a adaptação desses programas às condições específicas de cada local.

CRÉDITO RURAL ALTERNATIVO

Os pequenos produtores, como assmalado, sempre sofreram discriminação em relação à estrutura oficial de financiamento, seja por falta de acesso a ela, seja por inadaptação das formas e modalidades de financiamentos às condições particulares dos recursos naturais e humanos, não correspondendo, portanto, as suas reais necessidades. Em decorrência disto, já se esboçaram várias experiências isoladas de financiamento rural a partir das iniciativas tomadas, algumas delas, pelos próprios produtores, através de suas associações ou contando com o apoio de entidades e instituições voluntárias de desenvolvimento em níveis local, regional, nacional e internacional. São os conhecidos créditos rurais alternativos, aqui entendidos e considerados como as diversas formas de sistemas de financiamento rurais informais, conduzidos por instituições ou organizações dos produtores aos níveis locais. São eles

os fundos rotativos, o crédito cooperativo de associações de poupança e crédito não oficiais, os fundos de desenvolvimento e os bancos de cereais, entre outros.

São sistemas financeiros desenvolvidos à margem das políticas e do mercado financeiro oficiais que assumem a forma de crédito cooperativo na sua concepção mais simples e surgem como alternativas de financiamento que procuram democratizar o acesso dos pequenos produtores camponeses ao crédito rural, fazendo deste um instrumento dos agricultores, em favor de suas próprias iniciativas.

Esses sistemas de financiamento do setor rural diferem fundamentalmente do sistema de crédito agrícola oficial. Enquanto este, conforme Gentil & Fournier (1991), tem se caracterizado pela sua vinculação à promoção de determinadas culturas e pelo seu atrelamento a "pacotes tecnológicos", aqueles, contrariamente, respondem às necessidades reais exprimidas pelos agricultores e caracterizam-se pela flexibilidade das formas e modalidades de financiamento.

Porquanto, para que se tome acessível a um maior número de beneficiários e não venha agravar ainda mais o processo de diferenciação econômica e social, o desenvolvimento dos sistemas de financiamentos rurais informais geralmente necessita de muitos ajustes e adaptações, para que possa cumprir seus objetivos. Entre outras adequações importantes que caracterizam esses sistemas de financiamentos, podem-se citar: acesso do produtor às informações sobre o funcionamento do sistema, aos recursos dos fundos e ao apoio técnico e econômico de um agente local da comunidade, que inspire confiança ao produtor e que conheça o ambiente local, conforme sugerem Ellsasser & Diop (1990); formas de pressão social para o reembolso - a pressão não pode se basear em penalidades, judiciárias ou fiscais, porque são completamente ineficientes, nem em exigências de garantias, porque elas quase sempre não existem; financiamento que dá toda a liberdade à expressão das oportunidades econômicas identificadas pelos produtores, não ficando restrito, portanto, às atividades meramente voltadas para a agropecuária. Sabendo que o produtor é quem melhor conhece a realidade local, ninguém melhor que ele para definir as atividades a serem implementadas. Por outro lado, não é a definição "a priori" das atividades a serem

financiadas que irá garantir o reembolso pelos produtores. Isso, entretanto, não prescinde do apoio técnico e econômico, apropriação do sistema de financiamento e participação dos produtores, apoiando-se em formas institucionais de organização apropriadas e descentralizadas, conforme sugere Cardoso (1985). Essa é uma condição indispensável para garantir a perenidade do instrumento de financiamento e proporcionar confiança dos produtores no sistema, que, por sua vez, só é possível, à medida que eles tenham a garantia que poderão ser beneficiários do sistema sempre que necessário.

Sabe-se que o financiamento de atividades diversificadas assume uma importância primordial para os pequenos agricultores, especialmente aqueles localizados nas áreas semi-áridas, onde o equilíbrio econômico, social e natural é instável. Esses financiamentos podem permitir aos grupos sociais, cujo principal recurso disponível é a mão-de-obra, a possibilidade de valorizá-la, com a implementação dessas atividades diversificadas (transformação de produtos, pequeno comércio, artesanato, etc.).

Mas conforme Caron & Silva (1992), uma questão se apresenta como primordial quando se trata do financiamento de atividades rurais diversificadas: quais são as possibilidades e oportunidades de produção que podem exprimir um espaço econômico favorável específico a cada região, que preservem os recursos naturais e garantam a reprodução do grupo social?

No entanto, quando os produtores dispõem de um mínimo de meios (financeiros e de produção), eles apresentam uma grande capacidade criativa e, conforme demonstra Nowak (1988), o financiamento permite, então, às populações mais carentes, criarem suas próprias atividades produtivas e romperem com a situação de dependência e penúria em que vivem. Moreno (1991) mostra que existe uma margem de progresso potencial, quando se dispõe a escutar a população rural, conhecer os sistemas agrários e a evolução e potencialidades dos sistemas de produção rural aos níveis local e regional. Este conhecimento é essencial ao desenvolvimento dos sistemas de financiamentos rurais. De acordo com Moreno (1991), a uma dada situação agrária (organização agrária, prática de produção rural, trocas, acumulação, relações sociais, etc.),

corresponde um determinado sistema de financiamento (fluxos financeiros, de insumos e de produto).

Os sistemas de financiamentos rurais informais sempre aparecem corroborando com as dinâmicas de desenvolvimento local e contribuindo para a viabilização de um modelo de agricultura que valoriza os recursos humanos e naturais. Entretanto, a natureza, as modalidades e as formas que assume esse financiamento são as mais diversas (fundos rotativos, crédito cooperativo de associações de poupança e créditos não oficiais e bancos de cereais, entre outras) (Gentil & Fournier, 1991).

CONCLUSÕES

Os pequenos produtores da região semi-árida do Nordeste ficaram à margem dos benefícios dos programas oficiais de crédito e desenvolvimento rural conduzidos pelo Estado, visando a modernização da agricultura. A forte intervenção estatal na fixação das condições de operações e controle desses programas prejudicou a emergência de um sistema cooperativo de crédito rural e contribuiu, ainda mais, para o alijamento desse segmento de produtores. As novas formas alternativas para financiar a produção agropecuária, que surgem após as políticas de restrições de recursos para crédito rural oficial, a partir dos anos 80, também não se aplicam à pequena produção camponesa, principalmente aquela localizada nas áreas mais marginalizadas do Nordeste, submetidas às adversidades de clima e de mercado.

Diante das diversidades do quadro natural e da situação sócio-econômica da região, surge a necessidade de implementação de mecanismos de financiamentos simples, adaptados e adequados às particularidades da região e às especificidades dos pequenos produtores, contemplando a participação destes na sua orientação, gestão e operacionalização. Nesse sentido, os sistemas informais de crédito cooperativo aparecem como uma alternativa de financiamento agrícola, que não depende apenas das políticas oficiais ou do mercado financeiro, mas que pode assumir um caráter complementar nas políticas de desenvolvimento rural.

Finalmente, resta um questionamento: em que medida as experiências existentes de sistemas cooperativos informais de financiamento rural, devidamente analisados, podem contribuir para uma reflexão sobre o crédito rural institucional? Diante desse desafio, a valorização dos resultados dessas experiências requer estudos mais específicos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. *De Camponeses a Agricultores: Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1990. 354p. Tese de Doutorado.
- ASSESSORIA DE ESTUDOS, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA RURAL (ASSESOAR) (Rio de Janeiro, RJ). *Fundo Rotativo: Uma Proposta de Crédito Alternativo a ser Construída e Experimentada*. Francisco Beltrão, PR, 1989. 16p.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (Fortaleza, CE). FNE. *Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste*. Fortaleza, 1991. 37p.
- BISERRA, J.V. *Utilização do Crédito Rural pelos Agricultores de Baixa Renda do Sertão Central do Ceará*. Fortaleza: UFCE, 1977. 34p.
- BURSZTYN, M. *O Poder dos Donos: Planejamento e Clientelismo no Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1984. 178p.
- CARDOSO, J.L. "Crédito Rural um Elemento de Diferenciação dos Pequenos Produtores". *Perspectivas*. São Paulo, V.8, p.85-93, 1985.
- CARDOSO, J.L. "Política de Crédito Rural no Brasil: Uma Análise dos Dados Estatísticos de 1983 a 1985" in XIII Encontro Nacional do Projeto de Intercâmbio de Pesquisas Sociais em Agricultura (PIPSA), Rio de Janeiro, 1988. V.2, p.773-801.
- CARON, P. & SILVA, P.C.G. da. *Pequena Produção e Desenvolvimento Sustentável: A Necessidade de um Sistema de Crédito Adaptado*. Fortaleza, CE, ICID, 1992. 8p.
- CHALOULT, Y. *Governo de Transição com Velhas Práticas: O que Sobra para o Trabalhador do Campo*. [s.n.t.] Trabalho apresentado no XIII Encontro Nacional do Projeto de Intercâmbio de Pesquisas Sociais em Agricultura (PIPSA). Rio de Janeiro, jun. 1988. (mimeo).

- DELGADO, G. da C. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo, UNICAMP/ICONE, 1985. 240p.
- ELLSASSER, K & DIOP, M. *La Banque Expérimentale de Banh: Une Démarche de Recherche-Développement sur le Crédit en Milieu Sahélien*. Montpellier, CIRAD/DSA, 1990 37p.
- FLORES, M.X. *O Desenvolvimento Rural e o Setor Público Agrícola: A Questão Tecnológica e uma Agenda para o Entendimento*. Brasília: EMBRAPA-SEA, 1991. 23p. (EMBRAPA-SEA Documentos, 7).
- GENTIL, D., FOURNIER, Y. *Financement Local*. Paris, I.R.A.M., 1991. 33p.
- HOFFMANN, R. & KAGEYAMA, A.A. "Crédito Rural no Brasil: Concentração Regional e por Cultura". Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, SOBER, V.25, n.1, p.31-50, 1987.
- MARTINE, G. & BESKOW, P.R. "O Modelo, os Instrumentos e as Transformações na Estrutura de Produção Agrícola" in MARTINE, G. & GARCIA, R.C. (org.) *Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola*. São Paulo, Caetés, 1987. pp.19-39.
- MEYER, R.L., ADAMS, D.W., RASK, N. & ARAUJO, P.F.C. de. "Mercados de Crédito Rural e os pequenos Agricultores do Brasil" in: ARAUJO, P.F.C. de & SCHUH, G.E. *Desenvolvimento da Agricultura: Análise de Política Econômica*. São Paulo, Pioneira, 1975. pp.151-204.
- MORAES, J.A. "O Crédito como Fator de Desenvolvimento das Cooperativas Brasileiras" in Fundação Friedrich Naumann (São Paulo, SP). *A Problemática Cooperativa no Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, Fundação Frederic Neumann, 1974. pp.167-183.
- MORENO, A. *Développement des Systèmes Financiers Ruraux*. Montpellier, CIRAD/DSA, 1991 6p.
- MUNHOZ, D.G. *Economia agrícola: Agricultura - uma Defesa dos Subsídios*. Petrópolis, Vozes, 1982, 107p.
- NOWAK, M. "Une Banque pour les Pauvres: La Graahnen Banque Carrier". Institut d'Etudes Sociales de Lyon, n° 1, pp.23-29, 1988.
- PAULILO, M.I.S. "Crédito Agrícola e Pequena Produção" in Planejamento e Políticas Públicas. Brasília, IPEA, n° 2, pp.93-112, 1989.

- PINTO, L.C.G. *Notas sobre a Política de Crédito Rural*. Campinas: UNICAMP, 1981. 143p. (Mimeo)
- RODRIGUES, R. *Cooperativismo de Crédito Rural* in: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 25, 1987, São Luís, MA. Anais. Brasília, SOBER, 1987, pp.113-116.
- SAMPAIO, Y., GOMES, G.M. & IRMAO, J.F. *Política Agrícola no Nordeste: Intenções e Resultados*. Brasília, BINAGRI, 1979. 360p.
- SANTOS, R.F. dos. "O Crédito Rural na Modernização da Agricultura Brasileira". Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, SOBER. V.26, n° 4, 1988, pp.393-404.
- SAYAD, J. *Crédito rural no Brasil: Avaliação das Críticas e das Propostas de Reforma*. São Paulo, Pioneira, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1984. 125p.
- SILVA, J.G. da. *A Modernização Dolorosa: Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhador Rural no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 192p.
- SILVA, V. da. "Crédito rural: Nova Década, Novos Rumos" in Informações Econômicas, São Paulo, Instituto de Economia Agrícola, Secretaria de Agricultura, V.20, n° 7, 1990, pp.21-27.
- SILVA, V. da, GATTI, E.U. & TOLEDO, Y.I.M. de. "Financiamento Agrícola: Situação Atual, Crédito Oficial e Alternativas" in Informações Econômicas, São Paulo, Instituto de Economia Agrícola, Secretaria de Agricultura, V.20, n°7, pp.37-41, 1990.
- SORJ, B. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. 152p.
- SOUZA, R.A. de, VIVALLO PINARE, A.G., WILLIAMS FUENTES, C.O. & FINSHI, R.P. *Consideração sobre o Crédito Agrícola: o Caso de Ouricuri-PE*. Petrolina, PE, EMBRAPA-CPATSA, 1985. 29p. (EMBRAPA-CPATSA. Documentos, 34).

DA CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO AO PROCESSO DE REUNIFICAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO NA ALEMANHA ORIENTAL

*Renato Kilpp**

Tudo o que é sólido desmancha no ar.

K. Marx

A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO NA ALEMANHA ORIENTAL

A expansão territorial do socialismo foi resultado exclusivo da correlação de forças internacionais no imediato pós-guerra. A URSS, enquanto força aliada contra o nazismo, teve direitos especiais sobre os territórios ocupados e habilitou-se a participar da nova organização, administração e controle da nova geografia política mundial, no intuito de um processo de desmilitarização e desnazificação da Alemanha e da Europa ocupada.

A Alemanha oriental pode ser o mais rico exemplo da negligência teórica da revolução socialista associada às então modernas e estalinistas teses da evolução do socialismo no sentido do expansionismo soviético.

Como nos demais exemplos históricos, o socialismo na Alemanha oriental não surge das contradições entre forças produtivas e relações de produção, tão pouco tem características político-revolucionárias de base social. Os seus determinantes foram exclusivamente externos e o apoio interno é inicialmente figurativo, resultando da incapacidade moral, política e ideológica de propor alternativas e/ou resistir aos novos poderes que estabelecem-se exogenamente.

* Professor do Mestrado em Economia, UFPB, Campus II. Doutorando em Economia, Universidade Livre de Berlim, Alemanha.

Sempre foi evidente - e não exclusivamente para os representantes das forças ocidentais - que o interesse soviético ultrapassava os estreitos limites de uma simples desmilitarização e "desnazificação" da região sob seu controle. Tão pouco os interesses nas indenizações de guerra esgotariam as perspectivas soviéticas para o setor oriental alemão. A intenção soviética, conhecida por um pequeno grupo de dirigentes comunistas alemães, era a instalação do modelo soviético em território alemão. Somente assim, afirmavam os dirigentes soviéticos, seria possível destruir o fascismo e o militarismo alemão.¹

Desde a proclamação de Truman-Doktrin e do Plano Marshall em 1947 estava determinada, para os russos, uma situação irreversível de confronto. O imperialismo americano mostrara suas reais intenções. Por outro lado, a eliminação dos parceiros civis do governo de Praga em fevereiro de 1948 exteriorizava os interesses soviéticos no controle político do leste europeu.

Após a 2ª Conferência de Londres, é anunciada uma reforma monetária exclusiva para o setor ocidental e em junho de 1948 é criada uma nova moeda. Segundo as análises soviéticas e de seus aliados alemães, os EUA tencionavam interferir-controlar a economia oriental a partir da circulação monetária. Em represália os soviéticos fecharam as fronteiras e cancelaram o fornecimento de água, luz e gás para Berlim-ocidental. Paralelamente também promoveram uma reforma monetária. A realidade de duas moedas distintas caracterizou a existência de dois estados independentes, embora ainda formalmente unidos.

Os poderes ocidentais determinaram em julho de 1948 o início dos trabalhos para a formação de uma Constituição para a Alemanha Ocidental. Na área de ocupação soviética as lideranças fecharam um plano bienal (1949-50)) e simultaneamente informaram a unificação dos partidos em um partido de tipo novo, baseado no modelo do partido co-

¹ "Ein 'Fernzil' der UdSSR bestand 1945 auch darin, in Deutschland ihr eigenes System zu installieren. Nur dadurch glaubte sie 'Faschismus und Militarismus' endgueltig ausrotten zu koennen, diee ja nach der sowjetischen Ideologie Folgen des Kapitalismus und der buergerlichen Staatsreform, also auch des Parlamentarismus und seines Parteisystems, waren". Hermann Weber, 1989. p. 50.

munista soviético.

Em 07 de outubro de 1949 foi criada oficialmente a República Democrática da Alemanha. O projeto socialista para a região de ocupação militar soviética conquista o status de política de Estado.

A CAPACIDADE DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA BASE DO ESTATISMO

A destruição do parque industrial alemão foi relativamente grande durante o período de guerra. 21% das indústrias da região ocidental e 15% na região oriental.² Não fossem os ressarcimentos cobrados por Stálin até sua morte em 1953, (os cálculos apontam para valores de até 100 bilhões de marcos em trilhos de estradas de ferro, indústrias eletrônicas, químicas, têxteis, sapatos, energia, etc., transferidos para território soviético), a Alemanha Oriental teria tido boas condições de recuperação econômica, mesmo considerando que em seu parque industrial original não predominava a indústria de base mas a indústria de bens de consumo.

Na agricultura, as mudanças são mais rápidas e radicais. A reforma agrária representou o início do processo da desapropriação/socialização da zona sob controle soviético. Realizada ainda em 1945, todas as propriedades com mais de 100 Ha são estatizadas e todos os grandes proprietários de terras, considerados criminosos de guerra, desapropriados sem indenizações. Transformados nos históricos vilões das crises e guerras, foi relativamente simples promover a reforma agrária na Alemanha oriental.³

² Segundo Christ e Neubauer, "der Krieg hatte im Osten deutlich geringere Spuren der Verwüstung hinterlassen. Nur etwa 15% des industriellen Potentials war zerstört. In den Westzonen lag die Schadenskosten dagegen 21%" (Christ/Neubauer, 1991, p. 18).

³ Segundo Grotewohl, Presidente do SPD em 1945, "Die politische Seite der Bodenreform ist die Beseitigung des Verderblichen Einflusses der Junker auf die Geschichte Deutschlands. Durch Jahrhunderte war der Großgrundbesitzer der Träger der Reaktion. Aus ihren Reihen stammen zahlreiche hohe Offiziere, Beamte, Minister und Höfliche. Sie waren die Feinde jeder Freiheitlichen Entwicklung in

Em janeiro de 1946 o KPD⁴ definiu as linhas de reconstrução da economia alemã fundamentando-se na expropriação das empresas pertencentes a criminosos de guerra. Segundo estas novas diretrizes, todas as indústrias e empresas de comércio, de transportes e seguros de propriedade de nazistas, de seus aliados ou simpatizantes seriam transferidas para organismos estatais.

Ainda em 1946, o recém criado SED⁵ e a SMAD⁶ promoveram um plebiscito para legitimar a estatização das indústrias no estado de Sachsen. Novamente a medida é sustentada na punição dos criminosos de guerra e fascistas ativos. Somente em Sachsen 1.900 empresários foram desapropriados sem indenizações. Outras 1.800 empresas foram estatizadas sem que a direção do SED ou a administração soviética na Alemanha oriental sentisse necessidade de legitimar a medida perante a sociedade. Os resultados do plebiscito de Sachsen (77,6% de apoio às medidas de desapropriação) foram considerados suficientes para legitimar a medida em ampla escala e estende-la para o restante do setor oriental. Com isso elevou-se o número global das *propriedades coletivas* além de 3.800. Juntamente com as sociedades acionárias soviéticas, a propriedade estatal na Alemanha oriental responsabilizava-se já em 1947 por 60% da produção industrial. Em 1952 o estado já garantia 90% da produção industrial global.⁷ Concluída a tarefa da estatização, restava a tarefa de coordenar a produção e o desenvolvimento.

As experiências históricas do socialismo buscaram comprovar que a lógica capitalista seria a fonte das guerras, do desemprego, da miséria, do desabastecimento, das crises, da má distribuição de renda e de todas as mazelas humanas. O fundamento deste discurso representava a negação dialética do capitalismo e se pretendia enquanto sua superação

Deutschland". In Weber, 1989, p. 111.

⁴ KPD-Kommunistische Partei Deutschlands. Partido Comunista da Alemanha.

⁵ SED-Sozialistische Einheitspartei Deutschlands. Partido da Unidade Socialista da Alemanha.

⁶ SMAD-Sowjetische Militäradministration in Deutschland. (Administração Militar Soviética na Alemanha).

⁷ Vide, Christ und Neubauer, 1991.

histórica. Um novo modelo, no qual o Homem e suas necessidades representassem a nova qualidade da vida e da existência humana.

A URSS e os demais países socialistas ulteriores à revolução de outubro depararam-se com os limites históricos da organização-constituição prática do socialismo. Tantos os dilemas políticos (país socialista isolado na lógica mundial capitalista), quanto os econômicos (produção e produtividade) e os sociais (o indivíduo submetido à lógica do coletivo, perdendo suas características próprias, suas particularidades) representaram na história a necessidade da formação/constituição da categoria socialismo real, cuja finalidade seria justificar as contradições concretas da realidade socialista. Os limites históricos do socialismo real se expressaram na negação do socialismo científico, especialmente quando confrontado com a ainda inegável capacidade progressiva (mesmo enquanto processo destrutivo) do capitalismo.

O problema do socialismo não foi somente uma derivação de leituras equivocadas, maniqueístas ou ideológicas. A chamada ditadura do proletariado representou de fato, na história, a própria contradição não-dialética do socialismo. Uma contradição que, para materializar-se em progresso histórico, necessitaria ser dialeticamente superada.

O denominado “interesse coletivo” anulou os indivíduos como sujeitos indivíduos e impôs um conjunto de limites históricos à reprodução e evolução progressiva da sociedade. Esta afirmação não implica na negação absoluta do socialismo no que refere-se ao conteúdo social básico. O socialismo real representou conquistas sociais importantes. Escolas, saúde, trabalho, habitação... Não considerou, no entanto, a humanidade na sua evolução natural de desenvolvimento progressivo de necessidades sociais, incluindo-se as relativas ao indivíduo enquanto tal e não simplesmente como membro do coletivo. Esqueceram-se dos conflitos individuais, do amor, da felicidade, do prazer, do sexo, da família, dos amigos, da cultura, da arte, da natureza (humana e natural), das crises profissionais ou existenciais, das raças (enquanto cultura-identidade), dos cultos místicos ou da religião oficial.

Entre o *socialismo de resultados*, que atende a reprodução material do corpo, e o socialismo científico, que objetiva a realização do

Homem, estabeleceu-se uma lacuna geográfica, política e historicamente insuperável. A falta das liberdades democráticas associada à escassez de vários produtos básicos e dos produtos de tecnologia de ponta transformaram-se nos catalisadores da crise definitiva. A negação da teoria socialista deu-se contudo numa dimensão empírica sem correspondência teórica.

OS LIMITES DO PROGRESSO: A BUROCRACIA COMO OBSTÁCULO

O problema do burocratismo na RDA foi discutido secretamente pelos membros do Comitê Central do SED já em 1955. Havia um consenso cúmplice entre os membros do Partido sobre os excessos de centralismo e de burocratismo. No entanto, a base do poder absoluto, da dominação, estavam fundamentadas neste tipo de organização estatal e não haviam alternativas possíveis à manutenção-reprodução da dominação legal sem o controle absoluto de todas as instâncias do poder. O custo da incompetência, da falta de produtividade, da insegurança na tomada de decisões simples, do desgaste dos principais dirigentes com detalhes do cotidiano administrativo, etc., resultaram na contradição da efetivação do progresso e conquistas sociais significativas com sua própria legitimação. A alternativa da descentralização e desburocratização resultaria no enfraquecimento do poder do Partido - e possivelmente do próprio socialismo -, enquanto que a alternativa inversa, embora sustente o poder político, tem na força e no terror seu principal fundamento.

Mesmo consideradas as incompetências do centralismo absoluto e do burocratismo exagerado, explicitadas em muitos exemplos expostos pelos próprios membros do Comitê Central do SED, não foram consideradas alternativas significativas que alterassem o tipo de Estado necessário à manutenção do regime socialista imposto pela União Soviética.

Entre os aliados socialistas, a Alemanha oriental foi um país exemplar. Destruída na guerra, conseguiu transformar-se na potência do oriente sem os auxílios que os alemães do ocidente haviam recebido

dos antigos adversários de combate. Os padrões de produção e produtividade foram relativamente altos e garantiram uma qualidade de vida regular aos cidadãos da RDA.

O progresso é contudo relativo. O *lebensstandard* obtido na RDA foi exemplar ao mundo socialista, mas sempre que os referenciais voltavam-se para a qualidade da vida nos países da Europa ocidental, surgia como modelo estagnado e repressivo. Comparações entre as duas Alemanhas sempre foram realizadas com finalidades políticas-ideológicas de demonstração do potencial produtivo das economias capitalistas frente as socialistas. Os alemães orientais não deixavam de venerar as maravilhas consumistas dos compatriotas, suas liberdades democráticas e de trânsito.

A necessidade inicial da centralização tornou-se rapidamente fundamento de uma burocratização que contaminou todos os paralelos da sociedade alemã oriental. A economia foi estruturada em combinados vertical e horizontalmente integrados, caracterizando um monopólio absoluto dos setores produtivos, que não tinham, por sua vez, autonomia na definição de sua própria estrutura produtiva. A centralização de todo o sistema fazia do partido (SED) o fundamento determinante e presente em todos os setores da economia, desde os conselhos de ministros até os comitês de fábrica, compostos, evidentemente, por membros do partido. A estrutura econômica da RDA era composta basicamente por 152 monopólios combinados, integrados tanto vertical quanto horizontalmente. A agricultura organizava-se por meio de cooperativas de produção (*Landwirtschaftlichen Produktionsgenossenschaften* - LPG) e o comércio através da central de organização do comércio (*Handelsorganisation* - HO) e das cooperativas de consumo (*Konsumgenossenschaft*).

A integração com o mercado internacional era também relativamente baixa, predominando o comércio na esfera dos países integrantes do COMECON. Este seria também um dos fundamentos a impedir que a concorrência atuasse de forma a impulsionar a produtividade socialista, na medida em que o comércio exterior entre os países socialistas baseava-se em acordos de solidariedade ideológica e não de ganhos diferenciais. A RDA fornecia máquinas, equipamentos, navios e vagões

de trens. Da URSS a RDA recebia matérias-primas como petróleo e gás natural, da Bulgária vinham uvas e tomates, da Hungria vinho, da Checoslováquia bondes elétricos, da Polônia carvão e material para a construção civil.

A contabilidade entre as nações socialistas era feita através de rublos transferíveis, que serviam somente como medida de valor dos escambos socialistas.

Organizada numa estrutura sem concorrência, os estímulos do desenvolvimento das forças produtivas eram nulos. Quando confrontadas com os países capitalistas do ocidente, as economias socialistas resistiam artificialmente impondo taxas de câmbio irrealis e elevadas taxas de importação, transformando as fronteiras territoriais em equivalente de taxas diferenciadas de produtividade. Era possível negociar com o ocidente sem destruir as bases produtivas nacionais exclusivamente em função da existência destas fronteiras "niveladoras" da (im)produtividade.

Os limites da produção socialista foram sempre justificados pela distribuição. Produção socialista significa produção de interesse social, de atendimento das necessidades sociais básicas, das necessidades elementares da reprodução do corpo. Alimento básico, saúde básica, educação básica, habitação básica, trabalho básico... Necessidades que ultrapassassem estes denominados *critérios básicos* não eram prioritárias e careciam de recursos estatais para serem atendidas. Os produtos considerados supérfluos ou não contavam com investimentos do Estado ou não recebiam subsídios na comercialização, o que os tornava extremamente caros. Uma televisão preto e branco custava mais de 2 mil RDA-Marcos e um rádio ultrapassava facilmente a casa dos mil RDA-Marcos. Sem a possibilidade de adquirir aparelhos modernos (e coloridos) ou aparelhos de som com Laser do ocidente, os alemães orientais obrigavam-se ao consumo do existente ao preço do absurdo.

A lógica da produção social também não permitia que outros determinantes do consumo interferissem ou na produção ou no próprio consumo. As fábricas têxteis, por exemplo, deviam produzir mercadorias de maneira relativamente uniforme, afim de evitar um consumo

impulsivo, um consumo não imposto pela necessidade real do objeto. A uniformidade dos casacos de inverno, sem variações nos modelos e cores, não estimulava o consumo supérfluo e permitia que uma produção limitada atendesse o mercado necessário. As fábricas de automóveis produziam dois modelos em meia dúzia de cores. No caso dos automóveis não haveria sequer o estímulo da moda, pois se aguardava em média 12 anos para obter o carro encomendado: Trabant ou Wartburg, produzidos na própria RDA ou ainda Ladas da URSS ou Skodas da Checoslováquia - estes últimos reservados a “*consumidores especiais*”. As fábricas óticas ou de sapatos seguiam as mesmas regras do consumo prioritário e necessário do ponto de vista básico e não do consumo impulsivo, próprio das sociedades ocidentais.

A concepção limitada do conteúdo do termo necessidade produziu a negação do conteúdo do termo social, pois impunha padrões de consumo definidos burocraticamente em nome do coletivo. Um coletivo composto de indivíduos que tomam-se progressivamente insatisfeitos e perdem o interesse pelo cotidiano padronizado. Novas necessidades, além das físicas, passam a representar o indivíduo e a insatisfação é crescente na proporção da impossibilidade de satisfação de novas necessidades. É algo como a teoria social da relatividade ou teoria relativa do bem-estar social: o padrão de vida de um alemão oriental foi um paraíso para um trabalhador de país subdesenvolvido, um inferno para um cidadão de país desenvolvido e um purgatório para os próprios alemães orientais.

O socialismo do leste europeu obteve tanto a glória da conquista da possibilidade da reprodução do corpo (mesmo que para tanto se enfrentassem filas quilométricas para consumir produtos básicos), quanto a irresponsabilidade de concluir sua história nesta tarefa básica. A construção da sociedade comunista, da sociedade do não-trabalho ou da sociedade do pós-trabalho, ou ainda mais simplesmente: a superação da sociedade das necessidades básicas foi impedida tanto por uma concepção limitada de necessidade quanto por uma prática corporativa dos interesses privados do poder. Esgotou-se a sociedade socialista na própria monotonia de sua auto-reprodução, progressivamente sem sentido, sem interesse, sem objetivo, sem lógica. Nada a ser superado, nenhum

sonho a ser conquistado, nenhum desafio de valor histórico... somente a cansativa e monótona rotina da reprodução cotidiana do corpo, para a grande maioria, e do poder, para alguns privilegiados.

Viabilizar uma sociedade sem futuro foi a tarefa impossível da burocracia socialista. A primeira exigência foi o estabelecimento das fronteiras geográficas enquanto fronteiras absolutas: a construção-manutenção do socialismo dependeu do seu isolamento do mundo capitalista ocidental. Não eram somente suas leis econômicas que destruiriam a lógica da produção socialista, mas também seus padrões de comportamento social, que admitem os interesses individuais mesmo em detrimento dos interesses coletivos. É sua cultura consumista, excludente e alienadora que fundamenta a sociedade ocidental. Uma cultura de fácil penetração e de elevado grau de irracionalidade social, mas dotada da racionalidade da maximização dos interesses individuais em lugar dos coletivos.

A NOVA CONFIGURAÇÃO DO SOCIALISMO INTERNACIONAL E O FIM DA ALEMANHA ORIENTAL

A identificação do coletivo com o socialismo foi inexistente em grande parte dos países que o adotaram. Polônia, Hungria, Checoslováquia, Iugoslávia, Bulgária, Romênia, Afeganistão, Albânia, Alemanha oriental, foram socialistas de efeito, não de causa. Expressaram a reorganização geo-política mundial do pós-guerra no fundamento do conflito EUA/URSS.

Mesmo na antiga URSS, as várias repúblicas foram submetidas ao socialismo, sem que suas particularidades histórico-culturais fossem consideradas. Depois da 2ª Guerra Mundial, do COMECON e do Pacto de Varsóvia, os vários países socialistas adotaram o centralismo demo(buro)crático estalinista como metodologia política e policial. As orientações de Moscou não eram objeto de discussão, mas de implementação. Nem a tentativa de Kruschow de reorganização dos parâmetros metodológicos-práticos do socialismo supera a estrutura estalinista pré-definida, que perdurará até Gorbatschow.

A capacidade de gerir administrativa-burocraticamente sociedades

progressivamente complexas é uma tarefa historicamente limitada. Não somente as necessidades sociais-materiais são progressivas, mas também as necessidades políticas, morais, éticas e culturais exigem novas construções histórico-sociais. São as exigências da reprodução do corpo e as do espírito que determinam limites históricos às formações sociais que são incapazes de representar as novas realidades sociais. Por períodos até longos é possível reproduzir-se a contradição destas necessidades inerentes ao espírito humano e as estruturas do poder reacionário e tradicional. A força militar torna-se o principal argumento da negação das transformações sociais, mesmo quando estas mesmas não estão sequer sendo conscientemente reivindicadas pelas organizações sociais em questão.

Na URSS, mais precisamente na Rússia, tais contradições existiam reprimidas à 70 anos e, mesmo quando foram questionadas, o agente histórico fundamental não foi coletivo mas individual. Isso não significa que a sociedade não desempenha nenhum papel na construção-evolução histórica, mas foi imprescindível que as vozes do poder e de poder representassem as latentes aspirações sociais.

Somente quando a concepção estalinista tradicional não sustentava mais a hegemonia do poder no interior da própria URSS, as contradições reprimidas em quase meio século explodem em praticamente todos os países socialistas do leste europeu, redefinindo suas estruturas internas de poder.

Numa inversão da evolução histórica presumível, confrontaram-se movimentos organizados pela liberdade e democratização do socialismo e com os agrupamentos casuais de indivíduos interessados em abandonar a RDA.

Na Alemanha oriental, as passeatas de Dresden, Leipzig ou de Berlim Oriental não exigiam inicialmente o fim da República Federal da Alemanha ou mesmo do socialismo⁸. A reivindicação, por si só revolucionária, limitava-se à democracia e liberdade. O refrão nacional

⁸Há anos não se considerava prioritária a discussão relativa à reunificação das Alemanhas. Tanto ocidentais quanto orientais consideravam a existência dos dois Estados fato histórico irreversível.

"o povo somos nós" (*Wir sind das Volk*) não encontrou resistência possível diante das paralisadas forças políticas tradicionais do SED, já sem a histórica direção internacional do *Büro* soviético. Na medida em que a repressão foi ineficiente, surgiram outros interesses manifestados também nos *slogans* das passeatas: Nas ruas de Berlim ouvia-se o coro daqueles que manifestavam seu desejo de ir embora (*Wir wollen raus*). Outros ainda alimentavam suas esperanças na reestruturação democrática do socialismo, afirmando a intenção de permanecer: "nós ficamos aqui" (*Wir bleiben hier*). O desejo do consumismo (em lugar do comunismo) foi manifesto pelas expressões relativas ao Marco alemão ocidental: "vem o marco alemão, nós ficamos. Não vem, nós vamos até ele". (*Kommt die D-Mark, bleiben wir. Kommt sie nicht, geh'n wir zu ihr*). Esta era a *concepção ideológica* mais expressiva do denominado "*movimento das massas*" do leste alemão. Não uma luta social contra o socialismo ou contra a repressão, mas uma luta pelo consumismo de padrão ocidental. A ilusão da nova moeda fazia-os crer que a unificação monetária traria os benefícios do ocidente, sem qualquer custo social, sem os efeitos negativos da lógica de uma sociedade capitalista: sem riscos ao pleno emprego, com paridade salarial, baixos custos de habitação, transportes, escolas, etc. Foi a ilusão da possibilidade de manutenção de todos os benefícios sociais conquistados numa experiência histórica socialista, sob a *nova perspectiva* capitalista de reprodução social.

Por este motivo as formas da expressão social crítica não obtiveram uma conotação transformadora, de caráter revolucionário. Caracterizaram-se por uma postura individualista, na evasão de massas de cidadãos orientais em direção à República Federal da Alemanha⁹. As fronteiras abertas da Hungria e Checoslovaquia transformaram-se nos corredores preferenciais dos alemães orientais em fuga. Ou a RDA fechava suas fronteiras em definitivo inclusive com o mundo ainda socialista ou os países socialistas de fronteira com a Áustria e a RFA atendiam às solicitações de controle rigoroso destas fronteiras, evitando

⁹ Segundo a Constituição da RFA, todos os cidadãos da RDA tinham cidadania automática na RFA.

a fuga dos alemães orientais.

Muitos analistas políticos identificaram este movimento migratório como sendo um movimento político de resistência à repressão e à opressão do sistema comunista. Representou no entanto um dos maiores movimentos espontâneos de indivíduos isolados, apegados aos seus interesses privados e egoístas, de abandonar o socialismo alemão oriental em busca de vantagens pessoais. Em vários casos, homens abandonaram suas mulheres e crianças, mulheres seus maridos e filhos, adolescentes seus pais e amigos. Todos numa tentativa enlouquecida de fuga, empilhados nas embaixadas da Alemanha ocidental e da Áustria na Hungria e Checoslováquia. Deixavam tudo para trás: casas, bens pessoais, empregos, escolas, familiares, amigos. Negavam e renegavam sua própria história.

Na tentativa de evitar a desintegração da RDA, o SED recomenda a abertura das fronteiras diretas com a RFA. A expectativa com as autorizações de viagem era que os habitantes da RDA retornassem à pátria tão logo tivessem sanadas suas curiosidades ocidentais.

Nem a RDA nem a RFA sustentariam processos emigratórios e imigratórios, respectivamente, de alta dimensão. O processo da reunificação, já fora da pauta das discussões políticas em ambos os lados, surpreendeu não somente o mundo, mas os próprios alemães orientais e ocidentais. No calor emocional das expectativas transformadoras, poucas foram as vozes racionais na discussão do processo. Unificar tornou-se decisão de cúpula antes de ter sido exigência real das "bases". Uma casualidade histórica sem precedentes na História.

A alternativa eleitoral já indicava a dimensão das dificuldades na manutenção do próprio sistema socialista. Mas não eram suficientes à ansiedade dos políticos e de alguns setores da própria sociedade. Medidas populistas são adotadas afim de estabelecer a tranquilidade política interna, mas sem êxito real. Apesar da queda do muro de Berlim (nov/89), 343 mil cidadãos da Alemanha oriental emigraram para o ocidente. Outros 3 milhões tencionavam abandonar a RDA por desconfianças no governo Modrow. Nem a RDA poderia perder sua força de trabalho nem a RFA teria como absorver 3 milhões de novos cida-

dãos em busca de casas, empregos, escolas, etc.¹⁰ A unificação tornava-se questão vital para ambas as partes e o processo de democratização interna o seu instrumento principal.

Pela primeira vez na história da RDA, e após 57 anos, são realizadas no dia 18 de março de 1990 eleições livres em território alemão oriental.

O CDU, DSU e DA (Demokratischer Aufbruch) formaram a *Aliança pela Alemanha* e prometiam acelerar a integração, utilizando o apoio de Helmut Kohl e de frases de efeito, como "bem-estar social em lugar de socialismo" ("*Wohlstand statt Sozialismus*"). A Aliança pela Alemanha vence as eleições com base na plataforma da reunificação. De Mazière é eleito e Bonn passa a governar a RDA. A Alemanha oriental torna-se troféu da guerra fria mesmo antes da reunificação, permitindo uma revitalização política do Chanceler Kohl e seu CDU. Segundo Christa Luft, 1990 foi o ano dos políticos e não dos economistas.¹¹

A reunificação passou a ser plataforma de campanha para todos os demais partidos, com diferenças em calendários e táticas, mas sempre na perspectiva da inclusão da RDA do lado ocidental do mundo.

Até o SPD fundamentava sua campanha eleitoral na promessa de trazer o D-Mark tão rápido quanto possível. Mas as coalisões sociais democratas não tiveram chances. A tendência de negar todo o passado estava pré-determinada e os cidadãos orientais acreditavam ter de apoiar o partido de Kohl se quisessem uma reunificação rápida e segura. Foi rápida, mas não tão segura quanto pretendiam seus interessados.

O PROCESSO DA UNIFICAÇÃO E DESESTATIZAÇÃO DA ALEMANHA ORIENTAL. O CASO TREUHAND

Desde sua criação a Treuhandanstalt foi um enigma para seus

¹⁰ Vide Christ, Peter. Neubauer, Ralf. *Kolonie im eigenen Land*, p. 66. Rowohlt Berlin. 1991.

¹¹ "1990 war ein Jahr der Politiker, nicht der Oekonomen". Christa Luft. In: Wolfgang Seibel. *Treuhandanstalt: Das Unmögliche wagen*, p. 111.

próprios criadores: alguns a entendiam como um meio para construir um novo socialismo, sem uma direção centralizada e com elementos de economia de mercado, mas sob a garantia da manutenção dos princípios socialistas e da socialização dos meios de produção. Outros a queriam utilizar na construção de uma economia de mercado com princípios sociais e ecológicos. Alguns pretendiam, através dela, construir uma terceira via entre o capitalismo e o socialismo.¹²

Além de politicamente delicada, a situação econômica da RDA indicava a aproximação de uma catástrofe no padrão de vida dos alemães orientais. Somente em 1990, com a finalidade de evitar o agravamento do endividamento externo, o padrão de vida (*Lebensstandard*) dos alemães orientais seria reduzido de 25 a 30%. A situação caótica exigia auxílio externo ocidental afim de garantir uma possibilidade de estabilização interna da economia.

A necessidade urgente da reforma econômica, associada ao movimento político interno e às pressões externas, exigia a transformação da economia planificada em economia de mercado, que, segundo o projeto de Modrow, deveria efetivar-se somente no início de 1993. A base desta transformação seria, evidentemente, a venda de empresas estatais a capitais estrangeiros, embora limitada até um percentual de 49%, como sugeria Modrow.

Entre as alternativas à privatização do patrimônio público se apresentava a criação de uma bolsa de valores, através da qual seriam vendidas num prazo de 5 anos as ações das empresas estatais. Nas discussões iniciais chegou-se inclusive a propor-se a distribuição da propriedade estatal ao conjunto dos cidadãos da RDA. A transformação das empresas estatais em companhias por ações seria comandada por uma nova e *independente* instituição - Treuhandanstalt - com autonomia para vender as companhias que considerasse conveniente, liquidá-las ou saneá-las de acordo com sua exclusiva avaliação. Obviamente na condição de representante da propriedade do povo e não na condi-

¹² Wolfram Fischer und Harm Schroeter. Die Entstehung der Treuhandanstalt. In: Treuhandanstalt: Das Unmögliche Wagen. Akademie Verlag. Berlin. 1993. p. 18.

ção de ser, ela mesma, proprietária dos bens da RDA. A concepção do governo Modrow permanecia na perspectiva das reformas pela construção de um socialismo melhor. Estas concepções tiveram espaço progressivamente reduzido, conforme aproximavam-se as eleições diretas na RDA.

A derrota política de Modrow expressava, no seu oposto, a vitória do imediatismo de alguns setores políticos. Aliados ao governo de Bonn, as bases políticas de De Mazière anteciparam eleições, venceram-nas e, sugerindo a impossibilidade de administrar um caos econômico, resultado de 40 anos de socialismo, defendiam tanto a privatização quanto a unificação imediata com a Alemanha Ocidental, reproduzindo com fidelidade servil as intenções do governo de Bonn que havia decidido, em meados de fevereiro de 1990, pela reunificação no mais curto espaço de tempo possível.

A criação da Treuhand em 15.03.1990 foi o primeiro passo ao retorno capitalista.

Com a unificação monetária prevista para julho, a Treuhand havia sido incumbida da tarefa de mapear e transformar em sociedades por ações as 8 mil empresas estatais da RDA. Mesmo assim, até a data da unificação monetária haviam sido transformadas 3.600 empresas estatais em empresas por ações.

Algumas análises provenientes da própria Treuhand eram confusas, no que se referia à capacidade produtiva das empresas orientais. Segundo Fischer, nas primeiras avaliações somente 30% das empresas orientais poderiam manter-se ativas após a unificação monetária. 50% poderiam atingir este nível concorrencial após um processo de saneamento. 20% não teriam qualquer chance de tornarem-se produtivas. 2 meses depois, 40% das empresas eram consideradas com nível de produtividade suficiente para suportarem a concorrência ocidental, 30% necessitavam ser saneadas para atingir este nível e 40% eram consideradas irrecuperáveis.¹³

¹³ Vide Wolfram Fischer, *op. cit.* p. 31.

Apesar das imprecisões, o processo era impulsionado pela política. Foi relativamente consensual transferir as responsabilidades pela caótica situação da RDA ao Estado burocratizado e ao modelo socialista da produção de riqueza.

De acordo com o balanço oficial de 1989, o patrimônio alemão oriental equivaleria a aproximadamente 900 bilhões de Marcos, nas avaliações dos representantes da RDA. Para os técnicos ocidentais não ultrapassariam 250 bilhões de DM. Em termos absolutos não haviam dúvidas em relação à concentração da propriedade estatal. Em empresas industriais foram computadas mais de 8.000; lojas comerciais, 25.000; 7.500 restaurantes e hotéis; 2.000 farmácias; 900 livrarias; 1,7 milhão de Ha de terras produtivas; milhões de metros quadrados de imóveis rurais e urbanos; 4 milhões de trabalhadores e 16 milhões de habitantes. Todos considerados, em princípio, proprietários coletivos (na qualidade de cidadãos da RDA), que perdem uma propriedade real por nunca ter sido formal e individual.

O processo de articulação-estruturação da Treuhand inicia-se com Detlev Kasten Rohwedder como presidente e com Jenas Odewald na presidência do Conselho de Administração, logo após a breve passagem de Rainer Maria Gohlke - até então presidente do "*Deutschen Bundesbahn*"¹⁴ - pela presidência da Instituição. Segundo Seibel, a breve era Gohlke expressava as incertezas em relação às funções institucionais. Era considerada nesta época - julho e agosto de 1990 - uma organização virtual, pois inexistiam estruturas jurídicas para orientar a reorganização das empresas em sociedades por ações. A própria Treuhand era uma incógnita em si mesma.¹⁵ Com Rohwedder na presidência, o dinamismo torna-se característico na instituição. Evidente que um dinamismo direcionado aos interesses ocidentais. A privatização haveria de ser a razão de existência da Treuhand.

Enquanto instrumento ocidental, a Treuhandanstalt deveria ser a instituição condutora do processo de saneamento, privatização ou li-

¹⁴ Rede Ferroviária Alemã.

¹⁵ Wolfgang Seibel. *Organisatorische Entwicklung*. p.116.

quidação das empresas do Estado alemão oriental. Sua equipe era constituída basicamente por representantes do capital privado da Alemanha ocidental. Não os funcionários do Estado de Bonn ou de Berlim oriental, mas importantes *Managers* do capital privado ocidental por sua *inquestionável* capacidade de organização empresarial na perspectiva da lógica mercantil e eficiência do capital foram os responsáveis pelo processo como um todo. Se por um lado as diretrizes do processo exigiam pessoal com experiência no mundo das leis do mercado, as empresas privadas (ocidentais) também consideraram conveniente ceder seus quadros para o processo da privatização das empresas orientais¹⁶.

Como caso único na história do mundo - a Treuhandanstalt tornou-se, da noite para o dia a maior holding do mundo -¹⁷, era de imaginar-se um conjunto de dificuldades e incertezas nas políticas concretas do processo de privatização, saneamento e liquidação. A atual presidente da Treuhand, Birgit Breuel, afirmou que em 1990 não havia nenhuma expectativa, nenhuma concepção teórica elaborada que permitisse aos próprios membros da Treuhand uma clareza de suas funções¹⁸. A alternativa econômica estabelecida foi extremamente simplista. Vender tudo o que fosse possível, a qualquer preço. Fechar tudo o que não fosse vendável, a qualquer custo. Neste simplismo foi considerado o capitalismo na exclusiva perspectiva dos mercados livres e da propriedade privada. Privatizar a propriedade estatal e liberar as forças reprimidas da acumulação capitalista eram elementos considerados suficientes para construir no território da RDA o mesmo padrão de vida existente no lado ocidental. Através dos discursos alimentavam-se as expectativas de tantos ale-

¹⁶ "Nach der Wiedervereinigung wurde deshalb der Treuhandanstalt in starkem Masse westdeutsches Management zugeführt, sowohl auf der Ebene des Vorstands als auch auf der der Branchendirektorate und der 15 regionalen Niederlassungen". Jürgen Müller. *Auswirkungen der Privatisierung*. p. 385.

¹⁷ "Es gibt keine historische Parallele für eine auch nur annähernd vergleichbare Anhäufung wirtschaftlicher Macht unter einem Dach. Die Treuhandanstalt war gleichsam über Nacht zur größten Wirtschaftsholding der Welt geworden". (Peter Christ, Ralf Neubauer. *Kolonie im eigenen Land*. p. 122.).

¹⁸ Breuel, Birgit. Entrevista ao Berliner Zeitung de 18.12.1993.

mães que esperavam o novo tempo, o tempo em que o estado capitalista do bem-estar social viesse substituir o socialismo das necessidades sociais.

Nesta lógica, com as expectativas sociais de um lado e os interesses dos capitais privados do ocidente de outro, deu-se início ao maior leilão da história do mundo. Bilhões de marcos alemães teriam sido necessários para transferir a propriedade estatal para as mãos privadas. Bilhões de marcos que nunca existiram. Nem o Estado alemão ocidental, com sua terceira maior economia do mundo, poderia candidatar-se à compra dos bens dos alemães orientais ou mesmo financiar tal processo pela simples inexistência de recursos financeiros. Algum milagre deveria ser providenciado, pois o Estado passaria a assumir um conjunto de encargos sociais com mais 16 milhões de cidadãos.

A questão central é que os interesses das unidades de capital ocidental não estavam necessariamente voltadas ao capital produtivo existente no lado oriental, mas ao latente mercado consumidor interno e externo, absorvendo o mercado do leste europeu abastecido até então por empresas da RDA. O capital produtivo em si somente atrairia o capital ocidental na possibilidade concreta do lucro. Do contrário, sua aquisição é antes a eliminação da concorrência potencial representada pela possível modernização patrocinada por capitais internacionais. Além disso, muitos investidores pretendiam a simples posse do patrimônio imobiliário das empresas do setor oriental, não interessando sua potencialidade industrial.

A primeira grande privatização patrocinada pela Treuhand já indicava as bases relativamente deficientes de sua própria organização interna. Sem uma estrutura definida, tornou-se rapidamente instrumento dos capitais privados da Alemanha Ocidental. A privatização do Interhotel AG, com 34 hotéis na RDA, foi resultado de um contrato direto entre a Treuhand e a Steinberger GmbH - empresa ocidental -, em condições desfavoráveis à Treuhand¹⁹. Seguiu-se a esta, práticas

¹⁹ Vide Wolfgang Seibel. Die organisatorische Entwicklung der Treuhandanstalt. In: Treuhandanstalt: Das Unmögliche wagen. Akademie Verlag, Berlin, 1993, p. 114.

semelhantes para vários casos de privatização.

Combinados os interesses dos agentes da Treuhand e os interesses dos capitais privados ocidentais, empresas com valores patrimoniais de 200 milhões de DM foram vendidas a empresários por valores simbólicos de 1,00 DM. Ou no exemplo concreto da fábrica de filmes Wolfen, que possuía um preço de venda negativo de 120 milhões de marcos alemães, que auxiliariam os novos proprietários nos investimentos necessários à manutenção das atividades produtivas da empresa. Segundo a Treuhand, tais negociações se justificariam devido ao fato de tais empresas serem tão improdutivas e inviáveis no mercado capitalista, que sua sobrevivência (preservando empregos de milhares de alemães orientais) implicaria em investimentos superiores aos valores patrimoniais fictícios.

Esta concepção encontra muitos argumentos favoráveis. Segundo Mueller, as privatizações não são de imediato independentes das antigas relações de trabalho e composição do capital. Para muitas empresas, os preços necessitam ser baixos, considerados as antigas dívidas, responsabilidades com meio ambiente e obrigações sociais. Diz ainda o autor que para muitas empresas, o risco de viabilidade econômica seriam tão elevados que somente a preços simbólicos seriam encontrados interessados. Um outro fator complementar foi a já existente estrutura industrial do ocidente alemão e europeu, que reduzia as possibilidades de investimentos produtivos em empresas da Alemanha oriental sem riscos elevados. Somente com preços atraentemente baixos encontrar-se-iam investidores dispostos na aquisição de complexos industriais defasados tecnologicamente.²⁰

Nos parece evidente que, sob o prisma da lógica capitalista, não haviam alternativas aos processos reais que se verificaram. Os interesses dos setores privados do capital mantinham de uma forma bastante íntima o controle político do processo de transformações no oriente, especialmente pela urgência com que os próprios alemães orientais exigiam o processo da reunificação. São corretos os argumentos relativos às taxas de valorização do capital na RDA, às dívidas acumuladas,

²⁰ Jürgen Müller. *Auswirkung der Privatisierung*. Vide pp. 390-391.

às necessidades de volumosos investimentos na construção de uma capacidade produtiva competitiva, ao atraso tecnológico, ao excesso de mão-de-obra nas fábricas, etc. Neste sentido explicar-se-iam muitas das vendas por valores simbólicos (1,00 DM) e também muitas das liquidações patrocinadas pela Treuhand.

Por outro lado, é irônica a suposição que tais procedimentos tenham-se baseado na exclusividade dos ditames do mercado. Os casos de corrupção, servilismo, clientelismo, lobbismo, etc., comprovam que as privatizações ocorridas não expressavam um procedimento puramente capitalista. Somente os casos associados ao período de Rohweder já seriam suficientes para questionar a metodologia das privatizações. Além de presidente da Hoesch AG, foi também membro do Conselho Fiscal (Aufsichtsrat) da IBM, Volvo, da Allianz-Versicherung e da Ruhrgas-AG. Nas primeiras privatizações, por uma certa *coincidência*, a Allianz assume o sistema completo da seguridade social (estatal) da RDA e a Ruhrgas-AG apropria-se de um dos mais lucrativos setores da economia da parte oriental: a Ferngasnetz.²¹ Outros casos, como o da Geräte- und Reglerwerke Teltow, vendida ao empresário Claus Wisser pelo valor simbólico de 1,00 DM, é também um dos muitos exemplos a desautorizar a versão oficial oferecida pela Treuhand, pelo governo de Bonn e pelo conjunto de empresários, políticos e teóricos que defenderam o processo no seu todo. Die Markische Baustoff-Service GmbH, die Firma Metallbau Technikstandsetzungs- und Handels GmbH, die Elektrowerke Egel, Narva-Betriebe e tantos outros foram exemplos de negociações pouco éticas. Foi confirmando-se, no estudo dos casos, que a maior parte do patrimônio da RDA foi transferido à compradores pouco interessados em atividades produtivas, mas à atividades especulativas. A especulação mais atraente foi sobre a propriedade imobiliária, que além de investimento sem risco, garantia a possibilidade de lucros de milhões de DM sem qualquer investimento real.

É também parcialmente verdadeira a afirmação que justifica a exclusividade ocidental na compra do capital da RDA pela falta de

²¹ Jörg Roesler. op.cit. p.28.

capital acumulado pelos cidadãos orientais. Mesmo considerado uma virtual existência de tal capital, a Treuhand teria encontrado então outras alternativas que priorizassem os interesses do capital alemão ocidental. Uma destas *alternativas* foi a inclusão legal do pré-requisito “experiência comprovada em assuntos de mercado” para os interessados na aquisição de empréstimos bancários para a compra de empresas estatais. Este requisito impedia que os diretores e o quadro de funcionários de uma empresa da RDA obtivessem empréstimos bancários para uma transação de compra. Para os bancos, a concessão de empréstimos estaria condicionada exclusivamente ao patrimônio hipotecado. Cada empresa a ser privatizada possuía patrimônio imobiliário suficiente para garantir a obtenção de créditos financeiros. A força da lei, no entanto, impedia que os “inexperientes” se candidatassem diante da toda poderosa Treuhandanstalt, tendo ou não recursos financeiros suficientes para tal.

Outros casos verificaram-se diante do interesse de algumas empresas estrangeiras na aquisição de complexos inteiros ou parte deles para investimento em território alemão. Algumas foram alijadas na *obscuridade* do processo, pois a presença de empresas internacionais, adquirindo indústrias no interior da própria Alemanha é mais grave que a concorrência tradicional, pois perdem-se alguns mecanismos de controle e de garantia de reprodução e lucro das companhias nacionais, como taxas e impostos de importação, taxas de câmbio, etc., ao mesmo tempo que acirram-se as disputas pelo mercado interno.

Não tratava-se, portanto, somente de questões relativas a preços de venda ou nível de competitividade, mas especialmente de poder lobista, corporativo. É interessante lembrar que os 15 diretores das sucursais da Treuhand, assim como os cargos de direção na central de Berlim, eram ocupados por *managers* vindos diretamente de companhias da Alemanha Ocidental.

A questão que permanece, em função dos resultados concretos, é sempre a possibilidade da alternativa de um terceiro caminho. Uma questão que tem pouco significado para a própria Alemanha em si mesma, pois não há retorno possível, mas é importante na avaliação das alternativas privatizantes noutros países, como o Brasil.

Outros casos, contudo, mais obscuros que a opção político-econômica em si mesma, merecem avaliações mais precisas. É possível que o dilema central não repousasse sequer na dicotomia do privatizar-não-privatizar. Possivelmente a privatização fosse uma alternativa adequada e correta do ponto de vista econômico. Mas um patrimônio de tal envergadura como é o patrimônio de um país que representava a 10ª força econômica do mundo, desperta evidentemente a cobiça e os interesses privados. Se os capitalistas ocidentais detinham o controle absoluto do processo de privatização, se os contratos de compra-venda eram secretos por razões de estratégia industrial, como diziam os membros da Treuhand e confirmavam os compradores, e, por esse mesmo motivo, não podiam ser discutidos pelos vários setores sociais interessados, havia pouca chance de ocorrer um processo legítimo de transformação da economia da RDA.

A particularidade de todo o processo da privatização do patrimônio da RDA explica-se basicamente na particularidade da reunificação com a Alemanha ocidental. Processos de privatização ocorrem em todos os países do mundo, mesmo nos mais desenvolvidos. No caso das economias socialistas, que guardam semelhanças com a RDA, houve também escandalosos casos envolvendo capitais internacionais e burocracia corrupta. Mesmo assim, não promoveu-se em nenhum destes países uma devastação dos denominados patrimônios do povo como na RDA.

OS RESULTADOS DA LÓGICA CAPITALISTA NO EXMUNDO SOCIALISTA DA RDA

A complexidade da reunificação alemã não tem paralelos na história do mundo. A decisão de unificar foi basicamente política. A forma foi definida por uma concepção geral de teoria econômica, aparentemente pela teoria neoliberal. Devido à ação irresponsável e burocratizada do Estado e à falta de um mercado livre, estabeleceu-se um tipo de economia (e sociedade) estranguladora do desenvolvimento econômico (e social). Como alternativa, a teoria neoliberal sugere a liberação completa destas barreiras representadas pelo Estado.

Compreendida no seu campo teórico-científico, a teoria neoliberal pode ser criticada pela falta de coerência histórica, teórica e prática. Mas não é o caso para se compreender-explicar as orientações políticas da Treuhandanstalt no caso das empresas do leste alemão. Aliás, na maioria dos casos (considerando-se políticas estatais modernas em vários países do mundo), não é sequer necessário adentrar no debate teórico com a concepção neoliberal.

O determinante na concepção da Treuhand não foram as vantagens do mercado no desenvolvimento sócio-econômico, mas os interesses dos capitais privados do lado alemão ocidental. Não houve um debate político ou teórico para elaborar uma metodologia adequada à reunificação, mas uma pré-definição dos representantes do governo, que representavam os interesses dos capitais privados ocidentais. A cúpula da Treuhand foi a cúpula do capital privado. Sequer representantes do governo de Bonn foram chamados à participar da nova instituição. Com absoluta exclusividade, foram os empresários a definir a política econômica para os 5 novos estados da Alemanha. Nem os partidos políticos, nem o governo ou as organizações sindicais tiveram alguma chance de influir na condução do processo.

Esta autonomia absoluta concedida à Treuhand, ou conquistada pelos capitais privados, na condução do processo de integração econômica (por conseguinte social e também política) resultaria, como é óbvio, numa definição limitada de prioridades. Tão limitada que os custos sociais para o próprio Estado não foram considerados e optou-se pela venda de tudo o que fosse possível, o mais breve possível e pelo preço possível, liquidando o restante considerado irrecuperável. Evidentemente que não por caso imprevisto nem por falha teórico-analítica, resulta numa catástrofe.

Sem o Estado para avaliar os impactos globais de políticas econômicas e propor paliativos temporários que garantam a sua viabilidade, é impossível considerar que haja um mercado interessado e disposto a compensar as irresponsabilidades das experiências teóricas.

O ufanismo da vitória da guerra fria, depois de 4 décadas de conflitos Leste-Oeste, cede lugar à realidade concreta do processo da

reunificação, respeitando os fundamentos básicos das economias de mercado.

Evidentemente que as possibilidades de integração direta da economia da Alemanha oriental na comunidade europeia eliminaria qualquer chance de sobrevivência de seu parque industrial, devido os baixos níveis de produtividade. Neste aspecto foi sempre óbvia a constatação de seu nível produtivo e competitivo inferior às indústrias do ocidente. Em alguns setores, a indústria do leste não obtinha sequer 30% da capacidade produtiva das suas correspondentes ocidentais.

Improdutividade, no caso da RDA, deve ser mensurada através de seus próprios exemplos: o consórcio VEB-Mansfeld Kombinat Wilhem Pieck extraía a tonelada de cobre a um custo de 47.000,00 RDA-M (ou DM após a unificação monetária), enquanto no mercado internacional seu preço variava entre 3.500,00 e 4.000,00 DM. De todo o complexo empresarial com 48 mil funcionários restaram 8 mil. As fábricas de automóveis Trabant, em Zwickau, e Wartburg, em Eisenach, foram obrigadas a fechar suas portas por terem custos de produção de 8.000,00 DM e 14.400,00 DM respectivamente, extremamente elevados se consideradas as qualidades dos referidos automóveis e as ofertas dos concorrentes alemães e japoneses. Somente a Wartburg, para manter suas linhas de montagem em funcionamento e colocar no mercado um automóvel com preço competitivo, necessitaria de subsídios de 100 milhões de DM para cada 15 mil carros (ou aproximadamente 7 mil DM por carro). No setor de eletrônica e computação a situação era também catastrófica, só comparada com China ou Índia. Evidente que, em termos de alta tecnologia, poucos são os países no mundo com razoável potencial competitivo. O atraso da RDA nesta área correspondia a períodos variáveis de 10 a 20 anos.

As especializações generalizadas no leste europeu serviam como incentivo negativo à evolução das forças produtivas. Sem concorrência e com mercados nacionais e internacionais garantidos, pouco aplicava-se em modernização tecnológica. Indústrias óticas de Rathenow abasteciam o mercado do leste europeu em parceria com outras óticas de Jena. Liquidadas por não possuírem nem competitividade nem possibilidade de tomarem-se competitivas diante das modernas concorrentes

da Alemanha ocidental, produziram alguns desertos industriais na retaguarda da reunificação. Em muitas destas cidades *especializadas* na produção de um único produto, a força de trabalho foi obrigada a migrar, restando uma população de trabalhadores mais velhos, induzidos à aposentadoria prematura.

Por outro lado, a reunificação das Alemanhas, pelo valor relativo do marco alemão e pelos parâmetros da produtividade ocidental, transformaram os produtos provenientes do leste europeu em mercadorias sem atrativos (nem financeiros, nem qualitativos) anulando a possibilidade de manutenção dos antigos contratos comerciais entre o COMECON e a ex-RDA.

Extinta a "paridade rublo", não haviam mais os elementos solidariedade e ideologia para regular as trocas internacionais entre os antigos parceiros. As moedas internacionais fortes - especialmente o dólar - passaram a ser determinantes nos processos de troca e os fundamentos da produtividade e competitividade fundamentais na escolha de fornecedores e clientes. Os déficits comerciais dos países do leste com a antiga e solidária parceira ultrapassaram 21 bilhões de marcos alemães (15 bilhões com a Rússia e 6 bilhões com os demais) e foram suspensas praticamente todas as importações da RDA. Entre 1989 e 1993, as exportações da ex-RDA ao leste europeu reduziram-se de 29 bilhões para 7 bilhões de marcos²².

A inviabilidade comercial tornou-se mais um elemento do desemprego progressivo, como demonstram os incontáveis exemplos disponíveis. A indústria têxtil de Cottbus empregava 8.000 trabalhadores antes da unificação e restaram 600. Na fábrica de semicondutores de Frankfurt/Oder trabalhavam outros 8.000, restando 300 funcionários no setor de microeletrônica. No complexo de microeletrônica de Teltow trabalhavam 10.000 empregados. Restam atualmente 150 pessoas temporariamente ocupadas.

²² "Seit 1989 hat der Export von Ostdeutschland nach Osteuropa einen Rückgang von 29 Milliarden DM auf 7 Milliarden DM zu verzeichnen". Pohl, Hans-Georg. In *TreuhandInformation*, 20.01.94. p. 26.

Noventa por cento das mulheres tinham emprego nos tempos da RDA. Atualmente menos de 50% conseguiram mantê-los ou obter algum substituto. Trabalhadores com mais de 55 anos estão induzidos às aposentadorias prematuras por não terem mais possibilidades de encontrarem trabalho. O mais grave é que tais aposentadorias são calculadas em 65% dos últimos rendimentos, contabilizados em RDA-Mark, que, transformados em D-Mark, tem valor relativo ainda menor²³.

Alguns teóricos alemães analisaram o processo da reunificação e seus resultados como condição necessária à superação dos limites e obstáculos do desenvolvimento econômico e social. Müller afirma que o resultado da reunificação foi um enorme retrocesso na produção e ocupação em todas as atividades empresariais da RDA. Até meados de 1993, 80% dos postos de trabalho foram desativados.²⁴ Apesar disso, conclui o mesmo autor com uma *apologia do sucesso dolorido*, sempre considerando as condições macroeconômicas do processo e não as condições sociais da adaptação ao mercado capitalista.

Outros são mais rígidos, talvez mais sensatos quanto ao sucesso, mesmo que dolorido. Dieter Kampe, afirma que a base industrial da Alemanha oriental não sobreviveu ao regime da Treuhand. O número de ocupações nos setores industriais clássicos nos novos estados reduziu-se aproximadamente em 75%, de 3,2 milhões para aproximadamente 700 mil de ocupações.²⁵ Já no início de 1991, Rohwedder emitia uma circular interna afirmando que a decisão de eliminar empregos é dolorosa para os atingidos, mas mantê-los seria onerosa para a sociedade em seu conjunto e retardaria a reconstrução econômica da região oriental da Alemanha.²⁶ Um processo tão violento que produziu, já em junho de 1990, o primeiro milhão de desempregados. Daí em diante,

²³ Vide Regine Hildebrandt. "Wir werden ein Volk von Rentner sein". In: Die Treuhand und die zweite Enteignung der Ostdeutschen. Ed. Spangenberg. p. 76.

²⁴ Jürgen Müller. Op. cit. p. 406.

²⁵ Dieter Kampe. Wer uns kennenlernt, gewinnt uns lieb. Nachruf über die Treuhand. Rotbuch Verlag. pp. 188-189.

²⁶ Detlev Rohwedder. Dokument der Treuhandanstalt. 27.03.1991. In Martin Flug. Treuhand-Poker. op.cit. p.193.

acresceram-se progressivamente outros e outros tantos.

A proposta oficial sugeria a necessidade de destruição das viciadas e incompatíveis relações de trabalho e produção de fundamentos socialistas num primeiro momento, para permitir sua reconstrução posterior, na lógica da economia de mercado. No entanto, é relativamente consensual que as possibilidades de sucesso de políticas regionais de desenvolvimento são relativamente nulas. Os exemplos podem ser verificados em todo o mundo. Dos países ricos aos pobres. Na própria Alemanha, com o insucesso das suas políticas de modernização e desenvolvimento do norte, na Itália com as variadas tentativas de industrialização do sul ou no Brasil com as políticas de desenvolvimento regional do norte e nordeste. A tendência do capital é concentrar-se nas regiões mais dinâmicas. É nelas que as possibilidades de rentabilidade são efetivamente maiores e mais seguras. No caso da Alemanha, o conteúdo das propostas de política regional de desenvolvimento é basicamente político-ideológico. Tem o intuito de manter as esperanças e ilusões dos milhões de cidadãos incorporados recentemente à lógica capitalista da reprodução social.

Socialistas da geo-política do pós-guerra e surpreendidos pela reunificação passiva, os alemães orientais dispensaram novos experimentos históricos de massa. Negaram sua história socialista na perspectiva do bem-estar social capitalista. Encontraram-se num limbo sem passado e com futuro duvidoso. Sem retorno, alimenta-se ainda a expectativa que os desequilíbrios existentes não os caracterizem enquanto pólo de miséria frente à riqueza ocidental. Tudo o que parecia sólido desmanchou-se no ar.

(I)

**SOBRE O PREÇO JUSTO
CULTURA CAMPONESA E DINHEIRO**

*Karl Heinz Stecher**

PARA COMEÇAR: DINHEIRO NO BRASIL

Em seu artigo "Educação para o Dinheiro", João Ubaldo Ribeiro escreve sobre sua experiência na Alemanha. Ele diz que o Brasil é um país sem dinheiro; no máximo, o que teria é "papel colorido e moedas, provavelmente feitas de restos de panelas antigas". Os filhos de João Ubaldo estão acostumados a usar as moedas unicamente para "segurar portas, usá-las em matracas, tampar ralo de pia, ou para jogá-las uns contra os outros". Para ele, as moedas com valor se tornaram durante sua estadia na Alemanha um desafio, comparável ao que viveram os aposentados no Brasil por ocasião da última reforma monetária de Julho de 1994, quando foi criado o Real. Eles, simplesmente, jogaram as moedas que receberam como parte de sua aposentadoria na calçada, em frente à agência. Só que os tempos mudaram e a moeda de 1 Real equivale hoje a aproximadamente 40% da diária de um trabalhador rural.

* Professor da Universidade Livre de Berlim, Alemanha.

O Brasil passou, nos últimos 8 anos, por nada menos do que 5 reformas monetárias, e freqüentemente as antigas notas, por motivos técnicos e de custos, receberam apenas um carimbo indicando o novo nome e tiveram cortados 3 dígitos. Se - como os economistas conceituados de todo o mundo alegam - a estabilidade da moeda e a confiança dos cidadãos na sua moeda são indicadores para a autoridade dos governantes, esta autoridade no Brasil se evaporou.

A última década foi marcada por uma vida social agitada, à beira de uma hiper-inflação. As perdas materiais têm sido catastróficas para muitos setores sociais. Ao mesmo tempo, se consolidou uma mentalidade especulativa. Mentalidade, aliás, com profundas raízes no "capitalismo brasileiro", baseado na propriedade da terra, no latifúndio. "É completamente diferente do capitalismo baseado no capital, na abstração do capital e suas relações juridicamente igualitárias. O latifúndio é real. A riqueza, a nossa concepção de riqueza é uma concepção especulativa. Não é uma riqueza baseada diretamente no trabalho; é uma riqueza baseada nas mediações da exploração e da especulação. Compra-se por pouco e vende-se por muito" (Souza Martins). A instabilidade econômica e social debilitou primeiramente a estrutura democrática e os esforços dirigidos para a instalação de regras formais que pudessem garantir direitos civis para todos os cidadãos. Se interpretamos, conforme Georg Simmel, o dinheiro como o principal formalismo numa sociedade moderna que serve como medida objetiva para os valores de todos os outros objetos, a corrosão monetária constante torna-se expressão do desabamento do conjunto de regras formais que deveriam contribuir com a organização da vida social.

Roberto DaMatta analisa este processo na sua dialética. No Brasil, instalou-se um sistema "em que o universalismo burguês, igualitário e individualista, convive de modo equilibrado (daí o dilema) com um sistema de relações pessoais relacional" que é o seu paralelo e negativo. Este paralelismo de poderes faz com que, em determinados momentos, ninguém queira ser um cidadão para enfrentar o DETRAN ou um gerente de banco. Facilmente abre-se mão dos direitos impessoais e universais recorrendo-se a um primo, amigo, compadre ou irmão, títulos que valem na situação concreta mais do que a simples condição de

cidadão. Com o "pistolão", o "favor" e o "jeitinho" se resolvem em clima familiar aquilo que deveria ser um mero exercício burocrático com regras claras e universais. Desse modo, o papel social de cidadão, a "moeda cívica" em termos econômicos, se desvaloriza e se inflaciona, perde o seu poder aquisitivo jurídico, político e social em favor das relações pessoais. Em termos puramente monetários: "O sistema engendra uma desconfiança no dinheiro (...) e com isso recria seus eixos hierárquicos compensatórios. Num outro nível, portanto, a inflação confirma que o dinheiro efetivamente não vale nada e não deve merecer muita atenção. Ela serve, neste plano simbólico fundamental, para relativizar a moeda, confirmar a virtude da pobreza, fazer com que os laços pessoais sejam sempre celebrados..."

Para, na Alemanha, "educar os seus filhos para o dinheiro", João Ubaldo Ribeiro, com criatividade, inventa nomes de professoras e amigos queridos para cada moeda. Assim, elas adquirem respeito e este truque vinga até o dia em que faltara uma moeda de 50 Pfennig para facilitar o troco no caixa do supermercado. O filho Bento resiste: "Não entregue a tia Wein, ela é nossa!"

POR QUE PEQUENOS AGRICULTORES

Mudamos de cenário. O título deste trabalho faz referência ao sujeito da pesquisa: o camponês ou pequeno agricultor. Por que se dedicar a esse sujeito "marcado para morrer" pelo desenvolvimento capitalista, ficando a sua participação na força de trabalho em qualquer país industrializado em torno de 3 à 5 %. Por vários motivos! Primeiro, o desenvolvimento no Brasil ainda não chegou a este extremo e ainda o pequeno agricultor fornece, regionalmente diferenciado, uma parte importante dos alimentos básicos de consumo popular. Segundo, o pequeno agricultor pertence, no que se refere à sua integração no Brasil moderno - expressado, por exemplo, no acesso à educação, ao segmento dos excluídos, os quais se estendem até às grandes cidades e perfazem no populoso Nordeste brasileiro cerca de 50 % da população. Terceiro: Não são, finalmente, os 3, 5, ou 30% de participação setorial ou da força de trabalho que tomam um estudo sobre um determinado grupo social e suas relações para explicar a dinâmica da sociedade menos

ou mais relevante. No Brasil Rural, com sua história ainda atual de latifúndio e coronelismo, se encontram os principais elementos para se entender as cidades e os centros de poder. A troca de favores e a longa história de lealdade pessoal são decisivos, tanto para as formas quanto para os conceitos que se tem atualmente sobre o clientelismo e a corrupção brasileiros. No campo, se esboçam as combinações do velho com o novo, se percebe mais nitidamente as formas de persistência do tradicional dentro do moderno.

CULTURA CAMPONESA E CULTURA DE MERCADO (MODERNIDADE)

No confronto entre cultura camponesa e cultura de mercado, se contrapõem conceitos econômicos radicalmente diferentes. Recorrendo às palavras de Chayanov, podemos afirmar que, entre uma empresa moderna baseada no trabalho assalariado e uma agricultura familiar, "existem diferenças fundamentais". Chayanov ressalta: "Uma análise detalhada da organização interna da economia camponesa revela como específico um conceito totalmente diferente do que é vantajoso, uma maneira diferente de como calcular e uma psicologia econômica própria".

Sendo a família camponesa, ao mesmo tempo, unidade de produção e de consumo, lugar de reprodução biológica, social e cultural, ela se opõe, mais que outros segmentos sociais, à tendência de isolar o econômico elevando-o sobre todas as outras esferas da vida, própria à economia de mercado como um todo. Este processo se iniciou no fim do século 18, tendo, conforme Polanyi, a sua expressão teórica em Townsend. O lucro e a prosperidade material sem limites se fundamentam como princípios norteadores da sociedade de mercado que se caracteriza também pela redução de todos os fatores da vida a mercadorias, inclusive a terra e o homem enquanto força de trabalho (Polanyi). Isso quer dizer que determinados fatores são arrancados da subjetividade e das relações pessoais e reduzidos a nível de objetos, para serem assim assimilados por um mundo racional e quantitativo (Simmel).

Em termos gerais pode-se caracterizar a passagem para a modernidade como "a transformação de um mundo particular e mágico num

mundo metríco e de fatos com regras universais" (Gellner). Como novo estilo de pensar (e de vivenciar) se instala o racional, o matemático (como Ciência Exata) expulsando uma visão qualitativa do mundo, que tinha as suas raízes na escolástica aristotélica por um lado e, por outro lado, nos elementos mágico-analógicos da filosofia natural da renascença. Com isso, a racionalização do pensamento se contrapõe à vivência do concreto-qualitativo, e acontece uma "despersonalização" e "descomunalização" do saber e sua superação no abstrato (Mannheim). Ao mesmo tempo, se observa o processo do "desencantamento" do mundo, a substituição do sentimento panteístico, a partir da qual se consegue a quantificação da natureza (Weber).

O particular está sendo deslocado pelo universal e pelas leis científicas; o pensar, a partir do específico, substituído pelo sistemático e pelo pensar estrutural. Os pequenos mundos de convivência íntima, com as suas linguagens, medidas, pesos e dinheiros específicos, são cercados pela uniformidade do universalismo.

O novo mundo que surge desta revolução modernizadora e secularizadora constitui-se em centro funcional, mas sem acabar uniformemente, nem de vez, com o "antigo mundo". Na "tripla periferia" - a da esfera pessoal íntima, a dos grupos sociais distantes do centro (como p.ex. os camponeses) e a do país periférico capitalista (adicionando-se este último aspecto à "dupla periferia" de Mannheim) - persistem os germes de uma cultura de vida e de um estilo de pensar, que em outras épocas sustentavam o mundo como seus pilares.

O caminho principal da modernidade tem desvios, que num determinado momento podem renovar ou fortalecer a ordem tradicional (como p.ex. os movimentos messiânicos). Tradição é, neste sentido, não somente passado que sobrevive no presente, mas passado que vive no presente e que contem saberes e possibilidades ainda aproveitáveis para desenhar o futuro. Os mundos locais conservam, neste sentido, o material "genético-cultural" disponível para futuras sínteses num novo espaço histórico.

A FORÇA DO DINHEIRO: UMA TIPOLOGIA

A lógica camponesa, como contraponto da lógica capitalista, parece-nos bem explicitável a partir do principal formalismo que intermedia as relações sociais da modernidade, o dinheiro. Para trabalhar neste contexto partimos das seguintes reflexões:

1. O dinheiro é o principal formalismo de uma sociedade moderna. Surge, como símbolo, de uma sociedade estática e marcada por particularismos. O dinheiro se desenvolve em relação simbiótica com o mercado, sendo que o avanço deste último só é possível com a mediação do primeiro. N. Elias caracteriza o dinheiro como um "instrumento que tece" as relações sociais e que retrata com bastante exatidão a diferenciação funcional da sociedade.

2. Mas o dinheiro não é só um meio e mediador. Ele vai além deste papel, e se transforma também em um fim. Numa sociedade complexa, onde as coisas transcendem o imediato do indivíduo, o processo de substituição de fins por meios avança de forma inexorável. Neste processo, o dinheiro torna-se um fim em si, conseqüentemente deslocando e rebaixando antigos fins à mera condição de meios (Simmel). Valores que eram absolutos tornam-se, quando mediados pelo dinheiro, relativos.

3. O dinheiro exerce seu papel com absoluta objetividade. Medidos em dinheiro e determinados quantitativamente os seus valores, todos os objetos tornam-se interrelacionáveis. A sua medida é universal. No seu rigor objetivador e uniformizador, o dinheiro destrói qualquer relação subjetiva, particular e pessoal. Neste sentido, o dinheiro exerce o papel de romper as tradições e secularizar as imagens de mundo. Toma-se, para a sociedade moderna, instância cultural de primeira categoria.

4. À medida em que o dinheiro destrói todas as formas de valorização pessoal e isola o econômico das personalidades, a economia do dinheiro avança sobre as antigas economias familiares. Uma nova coesão social surge do lucro e do interesse material. Isso significa dizer que, onde antigamente as associações respondiam pelos interesses eco-

nômicos, religiosos, políticos e familiares, hoje, numa economia de dinheiro se orientam unicamente pelo aspecto econômico (Simmel).

5. No ritmo imposto pelo dinheiro se expressam as dimensões básicas de tempo e espaço da sociedade. O dinheiro é o símbolo do dinamismo total. "O significado do dinheiro está no fato dele ser constantemente repassado; tão logo ele pare, perde o seu significado e caráter específicos. O efeito que o dinheiro pode eventualmente ter em estado de não-movimento, estaria na antecipação imaginária do movimento. Ele é apenas veículo e movimento, e, junto a ele, tudo que não é movimento é banido. Dinheiro é, neste sentido, *actus purus*. Ele existe porque se desfaz dele mesmo a cada momento, é contraponto e negação de qualquer qualidade intrínseca própria dos outros objetos" (Simmel).

6. Quando tudo está em movimento, superando o dinheiro qualquer distância espacial, social e temporal, o mercado está em pleno funcionamento, reduzindo a diversidade social e relacional à simplicidade das leis do mercado. O dinheiro propriamente dito, movimentando os objetos e dinamizando o seu contorno, ganha substância, torna-se referência e ponto de equilíbrio para as correntes econômicas que confluem ao seu redor. "Quanto mais a vida social se torna uma vida determinada pela economia do dinheiro, mais claro ressalta-se o caráter relativo do ser, porque o dinheiro não é mais que um figurino específico da relatividade incorporada dos objetos econômicos cujo valor ele expressa" (Simmel).

7. A economia do dinheiro traz para a vida cotidiana o ideal do cálculo matemático. O dia a dia se compõe dos atos de determinar, pesar, calcular e, de forma geral, reduzir valores qualitativos à quantitativos. O homem moderno é um matemático, um estatístico, um contador.

8. Dinheiro em si não tem valor. Não tem nada de material, é um simples símbolo, uma expressão abstrata de valores, "um tipo de idioma, em que os homens se comunicam sobre valores e relações de valores" (Frankel).

PROPOSTA

Valendo-nos desta breve tipologia do dinheiro, tentaremos conceber a cultura camponesa no confronto com uma instituição formal, universal e moderna que é o dinheiro. Queremos seguir os vestígios que o dinheiro deixa na lógica camponesa, para esclarecer o seu poder de transformação e, ao mesmo tempo, retratar a resistência da cultura rural, expressa nas formas específicas de adaptação que esta faz do dinheiro. Ou, em outras palavras, expressando-nos com a pergunta: Como o camponês domestica a "besta-fera" (Souza Martins), na cultura popular sinônimo de dinheiro, capital, poder e estado?

O caráter formal, objetivo e uniforme predestina o dinheiro como veículo a partir do qual é possível explicitar a transformação social para a modernidade, porque o dinheiro é símbolo da própria modernidade. Numa sociedade híbrida, culturalmente fragmentada e religiosamente sincrética, a análise do dinheiro e do seu uso parece ser especialmente interessante para explicitar valores e relações de valores, captar o tom dos idiomas e as formas de comunicação diferenciadas.

Nos aproximaremos ao problema a partir de um exemplo concreto da Bahia, uma região onde grande parte da produção agrícola - como no resto do Nordeste - ainda se desenvolve a partir de critérios de subsistência e de segurança alimentar familiar. Subsistência não significa, neste contexto, autarquia ou isolamento, mas uma forma específica de integração ao mercado. Para captar esta qualidade particular da integração, o nosso interesse se dirige aos pontos de contato e de convergência da vida rural e urbana, das praças de compra e venda, de pagamento e recebimento de dinheiro, de concessão de crédito, etc.. Pretendemos retratar a atmosfera destes espaços sociais, a sua importância econômica, social e simbólica. A partir deste contexto, esperamos ressaltar os contornos dos pequenos agricultores como atores sociais e econômicos com sua lógica particular. Ficaremos especialmente atentos às formas de combinação e interpenetração do moderno com o tradicional, no sentido de adaptações forçadas à cultura camponesa pelo mercado e o desenvolvimento capitalista em geral, e vice-versa. A adoção de múltiplos papéis, fazendo com que o agricultor assumira p. e. na feira

o papel de comerciante sem abrir mão da sua identidade camponesa - fato amplamente explorado por Afrânio Garcia Jr. num estudo sobre o Brejo paraibano - estará presente como uma das principais inquietudes que movem este trabalho.

Os primeiros impulsos a este trabalho de pesquisa foram dados por uma experiência prática de assessoria a grupos de pequenos agricultores para que estes tomem a comercialização agrícola em suas mãos. Encontravam-se, entre estes grupos, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações e Cooperativas de pequenos agricultores com uma considerável trajetória de luta, um bom patrimônio físico institucional e uma longa prática de comercialização. Apesar disso, existia uma grande "confusão de línguas" ligada aos principais assuntos do comércio agrícola como a formação de preços, o sistema de intermediação etc., o que mostrava, que as "leis" do mercado não determinavam em absoluto a maneira de pensar e decidir dos responsáveis camponeses. A partir disso, tomaremos como um dos indicadores deste trabalho a trajetória de lideranças camponesas, querendo retratar o caminho que levou alguns líderes camponeses da roça para dentro de "suas" organizações, assumindo tarefas organizativas, administrativas e burocráticas. Queremos entender as mudanças que surgem no plano da lógica e da visão de mundo, quando o pequeno agricultor se confronta com estruturas organizativas mais formais e complexas. Pretendendo isto, lembramos de uma afirmação de N. Elias: "É bem diferente, se alguém, num mundo caracterizado por densas interrelações e interdependências, se integra a esta estrutura tendo um papel meramente passivo, se ele unicamente é atingido pelos acontecimentos originados a longa distância, sem poder influir no decorrer destes acontecimentos e muitas vezes sem nenhuma opção nem de trabalhá-los a nível da consciência, ou se, de forma contrária, este alguém está numa posição e função social que lhe permite e exige a ampla antecipação dos acontecimentos no espaço e no tempo, e que, para conseguir isto, precisa do autocontrole e da definição clara de seu lugar num mundo de densas interdependências". Discute-se, neste contexto, a apropriação e controle pelos camponeses de formas organizacionais mais complexas.

BIBLIOGRAFIA

- DA CUNHA, Euclides. *Os Sertões. Campanha de Canudos*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1987.
- DAMATTA, Roberto. "Para uma Sociologia de Inflação: Notas sobre Inflação, Sociedade e Cidadania. in Ribas Viera et alli, *Na Corda Bamba. Doze Estudos sobre a Cultura da Inflação*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1993, pp. 15-32.
- DE HEREDIA, Beatriz M. A. *A Morada da Vida*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- DUX, Günther. *Die Zeit in der Geschichte. Ihre Entwicklungslogik vom Mythos zur Weltzeit*. Frankfurt a. M. Suhrkamp, 1992.
- ELIAS, Norbert. *Über den Prozeß der Zivilisation II*. Frankfurt a. M. Suhrkamp, 1994.
- FRANKEL, S. Herbert. *Geld: Die Philosophie und die Psychologie des Geldes*. Wiesbaden, Betriebswirtschaftlicher Verlag Dr. Th. Gabler, 1979.
- GARCIA JR., Afrânio Raul. *O Sul: Caminho do Roçado*. Brasília, Marco Zero & UNB, 1990.
- GELLNER, Ernst. *Nationalismus und Moderne*. Berlin, Rotbuch, 1991.
- HALLPIKE, Christopher Robert. *Die Grundlagen primitiven Denkens*. München, dtv/Klett-Cotta, 1990.
- LE GOFF, Jaques. *Wucherzins und Höllenqualen. Ökonomie und Religion im Mittelalter*. Stuttgart, 1988.
- MANNHEIM, Karl. *Konservatismus*. Frankfurt a. M., Suhrkamp, 1984.
- POLANYI, Karl. *Ökonomie und Gesellschaft*, Frankfurt a. M. Suhrkamp, 1979.
- POLANYI, Karl. *The Great Transformation*, Frankfurt a. M., 1990.
- RIBAS VIERA, José et alli (org.). *Na Corda Bamba. Doze Estudos sobre a Cultura da Inflação*, Rio de Janeiro, 1993.
- RIBEIRO, João Ubaldo. *Ein Brasilianer in Berlin*. Frankfurt a. M., Suhrkamp, 1994.
- SIMMEL, Georg. *Philosophie des Geldes*, Frankfurt a. M., Suhrkamp, 1989.

SOMBART, Werner. *Der Bourgeois. Zur Geistesgeschichte des modernen Wirtschaftsmenschen*. Berlin, 1988.

SOUZA MARTINS, José de. *A Chegada do Estranho*, São Paulo, Hucitec, 1993.

SOUZA MARTINS, José de. *O Poder do Atraso. Ensaio de Sociologia da História Lenta*, São Paulo, Hucitec, 1994.

WEBER, Max. "Die Entfaltung der kapitalistischen Gesinnung" in Wirtschaftsgeschichte, Berlin, 1981.

WEBER, Max. *Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus*, in ders., *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie I*, Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1920.

WEBER, Max. Wirtschaftsgeschichte. Berlin. WOORTMANN, Klaas (1990). *Com Parente não se Negocia: O Campesinato como Ordem Moral*, Mimeo, Brasília.

Woortmann, Klaas". *Com Parente não se negocia*", in Anuário Antropológico/87, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1988.

(II)

INFRA-ESTRUTURA, VULNERABILIDADE SOCIAL E CALAMIDADES NO BRASIL-NORDESTE

*Jurandir Antonio Xavier**

APRESENTAÇÃO

“Infra-estrutura, vulnerabilidade social e calamidades no Brasil-Nordeste” é uma proposta de pesquisa sobre aquelas circunstâncias sociais que fazem com que hoje uma seca ou mesmo uma chuva, eventos naturais, “normais”, gerem calamidades sociais no país, e, sobretudo, no Nordeste. Pressupondo-se que a intermediação entre as ameaças naturais e as calamidades sociais seria realizada pela vulnerabilidade social às calamidades, cujo suporte físico seriam os serviços infra-estruturais, trabalha-se a hipótese de que a deterioração de tais serviços tem feito elevar, tanto a vulnerabilidade social, potencializando as ameaças, sua capacidade de destruição, quanto, por via de consequência, os riscos ou as próprias calamidades na Região.

Tal pesquisa será realizada na “Unidade de Estudos e Pesquisas Sobre Calamidades”(UNCAL), vinculada ao Centro de Humanidades (CH), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que, no Brasil, representa a “Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina”.

INTRODUÇÃO

Não são mais apenas as secas que, recorrentemente, persistem de-

* Professor Titular da Universidade Federal da Paraíba.

sencadeando calamidades no Nordeste. Às secas, ameaças naturais contra as quais jamais veio a ser contraposto algo consistente que, regularizando os ciclos de oferta, demanda e manejo da água, neutralizasse seu desdobramento em catástrofes, vieram se juntar múltiplas outras circunstâncias naturais, mas, sobretudo, socialmente desenvolvidas, tanto nas áreas rurais, quanto nas urbanas, que hoje ameaçam transformar as calamidades periódicas, em permanentes. Em tal dimensão tem se dado o crescimento da vulnerabilidade social às catástrofes na região Nordeste do Brasil.

Sem dúvida que, em suas origens, tal dramática evolução possui múltiplos fatores. Aqui, chama-se a atenção para um deles, talvez o mais significativo a fazer elevar a vulnerabilidade social às calamidades no Nordeste: o estado de degradação social, medido pelo estado de carência, inadequabilidade e sucateamento ou então de degradação dos serviços públicos infra-estruturais regionais, sobretudo daqueles que servem suas zonas mais densamente habitadas.

De fato, e, exemplarmente, o manejo da água continua sendo absolutamente insatisfatório na Região, para não dizer mais. Ainda recentemente, as mesmas chuvas cujas águas, suas faltas, levaram tragédias nos Cariris paraibanos, suas abundâncias, levaram alegrias nos sertões pernambucanos, mas também novas tragédias nas cidades, desencadeando aí inundações, deslizamentos e encharcamentos, bem como desabamentos, mortes e epidemias. Ainda agora, equipes de resgate removem escombros de deslizamentos em Salvador - Bahia, onde, ao lado dos 45 mortos, outras 5.000 famílias ou 30.000 pessoas foram diretamente afetadas pelos desabamentos ocorridos nas regiões de São Caetano, São Gonçalo do Retiro e Cajazeiras.

Assim, enquanto as águas do rio São Francisco, exatamente onde seu abastecimento ou sua oferta regularizada é mais carente, continuam a mover turbinas na produção energética, para então serem despejadas no mar, as secas continuam desarticulando a reprodução econômico-social, gerando fome, miséria e indignação, bem como calamidades sociais no semi-árido nordestino, sem que, não obstante, infra-estruturas hídricas, anti-sinistros, sejam aqui significativamente erigidas. As chuvas, não somente vão gerando enchentes, deslizamentos e

desabamentos, mortes, mas também ruas encharcadas nas cidades passam a abrigar focos de endemias, que, em crescente, vão dizimando as populações mais vulneráveis, numa forma de extermínio social. Surtos de pragas nos campos, bem como de cólera, dengue ou febre amarela nas cidades, vão se banalizando no Brasil-Nordeste sem que, a exemplo, os serviços infra-estruturais de saúde pública sejam modernizados, expandidos ou mesmo recuperados.

Enfim, o Brasil-Nordeste vive o colapso de seus serviços infra-estruturais, mesmo daqueles socialmente essenciais, vivendo sob o crescimento da vulnerabilidade social às calamidades em ritmos sem precedentes em sua história moderna. E o que é ainda mais dramático: sem perspectivas de que tais serviços venham a ser recuperados, modernizados ou expandidos sob as atuais tendências governistas de entrega de seus destinos às livres forças de mercados. Na verdade, tanto as políticas econômicas recessivas, que têm estrangulado os gastos públicos na Região, quanto as tendências predominantes de integração mundial, desintegração nacional e transregionalização das economias nacionais, que têm levado à concentração ainda maior dos investimentos privados e públicos no Sudeste, vêm gerando desinvestimento, descapitalização e sucateamento das riquezas sociais aqui imobilizadas. Aumento das desigualdades regionais, da degradação social e da vulnerabilidade social às calamidades numa região onde habita cerca de 1/3 da população brasileira são as conseqüências mais imediatas de tais tendências. Com isso, basta a falta de água ou uma seca prolongada ou mesmo uma chuva mais intensa, ameaças naturais “corriqueiras”, para lançar a Região num longo túnel de calamidades. Tal é o grau de vulnerabilidade social do Nordeste às catástrofes, aqui estudado em suas relações com o estado de deterioração dos serviços infra-estruturais, suporte físico da vulnerabilidade social.

OBJETO DE PESQUISA

Objeto de estudos são os serviços públicos infra-estruturais, seu estado, bem como desenvolvimento recente, em suas relações com os desastres, catástrofes e calamidades sociais que se vêm multiplicando no país, sobretudo no Nordeste. Visa-se reunir evidências fatuais que

ilustram a hipótese de que a crescente deterioração dos serviços públicos infra-estruturais, atualmente em curso na Região, tem feito elevar a vulnerabilidade social às catástrofes, potencializando as ameaças naturais ou socialmente construídas aos desastres. Tais estudos convergem para o estabelecimento de parâmetros estruturais que subsidiariam a formulação de novos planos de emergências, bem como de prevenção e mitigação de desastres, catástrofes ou calamidades, cientificamente fundamentados, no Brasil-Nordeste.

JUSTIFICATIVAS

Os serviços infra-estruturais têm sido mais comumente estudados em suas relações com o desenvolvimento econômico, raramente, no entanto, com os desequilíbrios regionais, com a vulnerabilidade social às calamidades ou com o próprio desenvolvimento sustentável. A exemplo, em 1994, o último "Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial", do Banco Mundial, versou sobre tal tema, "Infra-Estrutura para o Desenvolvimento". A proposta de pesquisa aqui apresentada tem por perspectiva preencher tais lacunas no Brasil-Nordeste.

De fato, já se tornou inimaginável conceber novas propostas regional-desenvolvimentistas, sem que nelas venham a ser contemplados elementos essenciais de sustentabilidade do desenvolvimento. Elementos que, por sua vez, também são inimagináveis sem a presença de infra-estruturas adequadas, especificamente voltadas, integradas, à sustentabilidade de tal desenvolvimento, sobretudo numa Região onde a degradação ambiental-social só tem feito crescer, aumentando a incidência das velhas ameaças, a exemplo das secas, mas também fazendo surgir outras novas ameaças, como as pragas no campo ou endemias nas cidades.

Sem dúvida que as infra-estruturas, bem como capital ou riqueza social que nelas se encontram imobilizados, são também indicadores significativos dos desequilíbrios regionais no país, os quais, a propósito, vêm em crescendo no atual curso da mundialização econômica. E não somente porque a política de austeridade econômica do Estado vem penalizando ainda mais o Nordeste (já que aqui a dependência econô-

mica do Orçamento da União é maior), mas também porque a própria integração nacional na mundialização tem sido a integração do Sudeste, seus conglomerados industrial-financeiros. Com isso, enquanto a região Sudeste vem tendo seus serviços infra-estruturais ampliados, bem como modernizados, a Nordeste vem tendo os seus sucateados. Sobretudo os de transportes, comunicações e abastecimentos.

Mais raros ainda porém, tem sido os estudos que correlacionam os serviços infra-estruturais, seu estado e desenvolvimento recentes, com as calamidades ou com a vulnerabilidade social-regional. Chama a atenção o fato de que ainda hoje a ausência, carência ou inadequabilidade, das infra-estruturas às próprias vulnerabilidades regionais atinge um tal nível de desencontro que, mesmo ameaças mais recorrentes, a exemplo das secas, ainda são capazes de desarticular a reprodução econômico-regional, submetendo-a às calamidades periódicas.

Na verdade, desastres, catástrofes ou calamidades, desencadeados por fenômenos naturais ou mesmo sociais, como objeto de estudos nas ciências humanas, têm sido pouco requisitados no Brasil. Não por falta deles. Nem por desinteresse acadêmico. De fato, sua ocorrência vem se intensificando no país e já há muitas décadas eles vêm ocupando pesquisadores sociais no exterior, sobretudo naqueles países onde os sinistros naturais têm sido formalmente mais virulentos ou freqüentes. Seja porque os terremotos, ciclones ou maremotos, ameaças naturais "mais nobres", aqui nunca se fizeram significativamente presentes ou porque vendavais, enchentes e secas, talvez "menos nobres", apesar de insistentemente recorrentes, desarticuladores da reprodução econômica e destruidores de vidas humanas, acabaram-se fazendo "naturais", "normais" ou "banais" na vida do país ou ainda porque o próprio subdesenvolvimento, mostra ser uma verdadeira calamidade, senão uma de suas mais portentosas fontes, envolveu, ocupando plenamente a preocupação dos cientistas sociais, a verdade é que, só muito recente e apenas lentamente, os desastres vão passando a fazer parte da agenda de trabalho de alguns poucos pesquisadores nas áreas das ciências humanas no Brasil.

E no mundo de hoje, poucos países precisaram ter suas catástrofes mais estudadas que o próprio Brasil. Sem dúvida que isso é válido, tanto para as secas no Nordeste, enchentes no Pantanal, Amazonas ou

Sudeste e desertificação, salinização ou erosão dos solos - ameaças naturais que continuam gerando tragédias urbanas e rurais -, quanto para fome, miséria e violência, bem como concentração de renda, degradação ambiental-social e barbarização das relações sociais - riscos ou ameaças socialmente desenvolvidos que aqui tem gerado desastres ainda mais devastadores que os naturais. E sem que tais estudos floresçam, é inimaginável que novos planos de emergência, prevenção e mitigação de calamidades, bem como de desenvolvimento regional, contenham parâmetros de sustentabilidade próprios, específicos à Região. Ou que a natureza predatória do desenvolvimento atual possa vir a ser superada..

BIBLIOGRAFIA SELECIONADA

- "Ciência Hoje", "Revista de Divulgação Científica da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência", Vários Números, Rio de Janeiro.
- "Desastres & Sociedade", "Revista Semestral de la Red de Estudios Sociales en Prevencion de Desastres en América Latina", ns. 1 e 2, Bogotá, Lima.
- "Desindex: Bibliografía Sobre Desastres", 2600 Referencias em 3 volumes; Editado pelo "Programa de Preparativos para Situaciones de Emergencia y Coordinación del Socorro para Casos de Desastres"; "Centro de Documentación de Desastres", Sao José, Costa Rica, 1993.
- "Disaster History: Significant Data on Major Disasters Worldwide, 1900 - Present", "Office of U.S. Foreign Disaster Assistance", "Agency for International Development", Washington DC.
- "Disaster Prevention and Mitigation: A Compendium of Current Knowledge"; 10 Volumes; "Office of the United Nations Disaster Relief Co- Ordinator"; United Nations, New York, 1979.
- "Estudos Avançados", Revista do Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, vários números, São Paulo.
- "Estudos Avançados", "Coleção Documentos" do Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, vários números, São Paulo.
- "Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial", Banco Mundial/ Fundação Getúlio Vargas, vários números, Rio de Janeiro.

- Maskrey, Andrew (compilador), "Los Desastres No Son Naturales", "Red de Estadios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina", Bogotá, 1993.
- Maskrey, Andrew; "El Manejo Popular de los Desastres Naturales: Estudios de Vulnerabilidad y Mitigation"; Tecnologia Intermedia (ITDG), Lima, 1989.
- Memórias da "Conferência Interamericana Sobre Reduccion de los Desastres Naturales". 2 Volumes; Cartagena de Indias, Colômbia, 1994.
- Soler, Norma (compiladora); "Questões Teórico-Metodológicas Para o Estudo e Pesquisa na Área de Calamidades", UNCAL/UFPB, Campina Grande, 1994.

(III)

POLÍTICAS HÍDRICAS: PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA NO SEMI-ÁRIDO

*Ghislaine Duqué**

INTRODUÇÃO

ANTECEDENTES E MOTIVAÇÃO

A Universidade Federal da Paraíba/Campus de Campina Grande e a Universidade Estadual da Paraíba estão situadas às portas do Semi-Árido, região que ocupa a maior parte do Estado. Por isso, seus corpos docentes e discentes estão todo dia confrontados com a problemática da seca que deu origem a várias pesquisas: diagnósticos sócio-econômicos, estudos dos sistemas de produção e das estratégias dos diversos atores sociais, migrações, políticas públicas, desenvolvimento sócio-ambiental, etc.

Os Mestrados em Sociologia e Economia da UFPB, com área de concentração em sociologia e economia rural, já têm uma produção conjunta de mais de 150 dissertações defendidas, com numerosos estudos de casos no Semi-Árido. Esses dois Cursos participam ativamente do Programa de Estudos e Ação sobre o Semi-Árido da UFPB, também sediado em Campina Grande. Por outro lado, uma equipe de professores dos Departamentos de Economia, Sociologia/Antropologia e Educação acabam de criar o Laboratório de Desenvolvimento Sócio-Ambiental.

* Coordenadora do Mestrado em Sociologia da UFPB - Campus II. Doutora em Sociologia pela EHESS, Paris

Por sua parte, a Universidade Estadual da Paraíba está empenhada na criação de um Mestrado em Políticas Públicas no quadro da Faculdade de Serviço Social. Professores das duas universidades, que já têm uma longa tradição de colaboração, também estão muito atentos ao papel social de suas respectivas instituições e por isso estão desenvolvendo diversas atividades de apoio aos movimentos sociais: assessoria a grupos de base (sindicatos, ONG's etc.), pesquisas encomendadas por esses grupos, atividades de extensão etc.

Nesse quadro nasceu a idéia de criar um projeto de pesquisa interdisciplinar e interinstitucional, cuja temática central seria a problemática do Semi-Árido, e cujos resultados poderiam servir de subsídio para repensar as políticas para a região e orientar as ações dos movimentos sociais.

A PROBLEMÁTICA

O SEMI-ÁRIDO E AS SECAS

A região semi-árida do Nordeste¹, caracterizada popularmente por suas secas, deve sua especificidade à inconstância das precipitações chuvosas muito mais do que a sua escassez: as chuvas, além de apresentar médias anuais realmente baixas, são distribuídas de forma extremamente irregular durante a curta estação chuvosa e de um ano para o outro. Além do mais, a seqüência de longos períodos secos e de curtas precipitações violentas tende a desnudar os solos rasos e pedregosos, provocando sua degradação.

Esse quadro físico desfavorável é agravado por uma estrutura fundiária extremamente desigual: ao lado dos latifúndios de milhares de ha. que predominam no espaço com uma pecuária hiper-extensiva,

¹ O tamanho do semi-árido pode ser apreciado pelo número de municípios assistidos pelo Programa "Frentes Produtivas de Trabalho" acionado durante a seca de 1993-94: 1.155 municípios abrangendo uma área de 1.163.936 km². Na Paraíba, 159 dos 171 municípios do Estado foram atingidos, cobrindo uma área de 54.723 km².

milhares de pequenos produtores praticam uma agricultura de subsistência, exprimidos em parcelas de poucos ha.², geralmente submetidos direta ou indiretamente aos grandes proprietários.

Esta é a causa principal da fragilidade do pequeno produtor frente às secas. A importância do problema aparece melhor quando se sabe que essa categoria social corresponde à grande maioria da população. Enquanto o grande proprietário acumula reservas nos "anos bons" para resistir durante as secas (no pior dos casos, ele transfere seu rebanho para áreas mais amenas), o pequeno produtor mal consegue sobreviver, mesmo num ano de chuvas razoáveis, pois o tamanho reduzido de sua parcela não permite uma produção suficiente para suas necessidades, e menos ainda para acumular reservas; desta forma, ele complementa sua renda com atividades alternativas geralmente caracterizáveis como "biscates". Um verdadeiro "ano ruim", de seca manifesta e prolongada, deixa esse pequeno produtor numa situação de extrema penúria, provocando migrações e favelização.

A "SOLUÇÃO HÍDRICA"

Entre as diversas políticas promovidas pelos governos sucessivos para enfrentar as secas, duas chamam a atenção por seu caráter repetitivo ao longo das décadas, por sua extensão pelo Semi-Árido de Norte a Sul e pela importância dos recursos financeiros implicados.

A primeira é a "solução hídrica", de cunho preventivo, ou seja a construção de reservatórios de todo tipo: grandes açudes, pequenos barreiros, poços, etc., com a finalidade de reter e acumular as águas no período de chuvas para abastecer a população, alimentar os rebanhos e, quando possível, irrigar as culturas.

Mas essa solução tem seus limites. A irrigação tem se demonstrado delicada a controlar, pois provoca freqüentemente a salinização dos

² No Município de Serra Branca tomado como exemplo, 45,7 % da área cadastrada é ocupada pelas grandes propriedades, representando apenas 2,4 % dos imóveis. Porém 88 % dos imóveis, ou seja os pequenos, dispõem de menos de 25 % da área cadastrada. Ver Duqué 1985.

solos e, não raramente, o esgotamento precoce dos recursos hídricos³. Além do mais, é uma alternativa limitada em relação às áreas irrigáveis e, sobre tudo, fora de alcance para a maioria da população. Quanto aos barreiros e poços superficiais, além de exigirem um trabalho permanente de manutenção, quase sempre são problemáticos quanto à qualidade da água armazenada. A construção de poços artesianos e açudes por sua vez exige recursos importantes e por isso mesmo não está ao alcance dos pequenos produtores. Além do mais, os açudes não constituem a melhor solução técnica, pela forte evaporação que sofrem.

Finalmente, a "solução hídrica" pouco tem considerado as repercussões ambientais da criação de grandes mananciais de água e da divulgação do modelo irrigado: já citamos a freqüente salinização dos solos; precisam também ser considerados o esgotamento do lençol freático, eventuais modificações climáticas decorrendo do desmatamento, contaminação por agrotóxicos, como também a questão da concorrência pela água das grandes represas entre uso industrial (energia hidroelétrica) e uso agrícola.

Frente à perpetuação dessa política (apesar de sua reduzida eficiência e dos problemas causados), algumas perguntas se impõem relativamente aos motivos que levam os planejadores e políticos a reproduzirem esse mesmo modelo. Mas, em primeiro lugar, precisa verificar quem planeja e decide, ou quais são os processos de criação e decisões relativos às políticas para o Semi-Árido. Em segundo lugar, gostaríamos de entender quais são os modelos que orientam as opções de quem planeja e decide, ou seja, quais as representações que eles têm a respeito de suas próprias decisões: qual a clientela que eles consideram quando planejam e decidem (grandes fazendeiros? flagelados?); têm eles uma representação "neutra", puramente técnica, das obras que propõem ou tomam em consideração a apropriação social dessas obras e as representações e lógicas dos pequenos produtores? Consideram os problemas ecológicos que essas reservas de água e seu uso podem gerar?

³ Vários perímetros irrigados da Paraíba, inicialmente bem sucedidos, estão periodicamente reduzidos a áreas de sequeiro em decorrência de seu próprio sucesso: este incentivou a iniciativa privada a copiar o modelo, esgotando os recursos hídricos a jusante.

Em caso positivo, que medidas pretendem tomar? Este conjunto de perguntas será o objeto de nosso primeiro subprojeto.

A "EMERGÊNCIA"

Apesar do grande número de reservatórios espalhados pelo Semi-Árido, cada seca vê se repetir o mesmo problema de milhares de flagelados desamparados. Claro que não estão mais morrendo de sede (como era mencionado nos relatos do século passado)⁴, mas ficam sem atividades produtivas e sem reservas.

Dai a necessidade de uma política assistencial para as massas de flagelados, política configurada tradicionalmente nas Frentes de Emergência, que hoje passaram a se chamar "Frentes Produtivas de Trabalho". Apesar de seu caráter temporário e de curto prazo - duram enquanto dura a seca - sua repetitividade acaba lhes dando caráter de uma ação permanente no Nordeste. O objetivo não é apenas de demonstrar solidariedade para com os desamparados, mas também e essencialmente de prevenir os problemas urbanos causados pela chegada de milhares de "flagelados" nas periferias das grandes cidades, fixando os mesmos no interior.

As Frentes seguiram modelos diversos quanto às formas de organização, mas obedeceram sempre ao mesmo princípio: dar uma remuneração mínima em troca de dias de trabalho⁵. As Frentes chegaram a mobilizar em 1993-94 mais de dois milhões de trabalhadores, gastando-se recursos financeiros expressivos que provavelmente poderiam ser aplicados mais racionalmente se fosse de forma preventiva⁶.

Essa política assistencial sempre teve um caráter assistencialista⁷,

⁴ Sabe-se que as prefeituras gastam pequenas fortunas com distribuição de água por carro pipa, o que comprova a insuficiência da "solução hídrica".

⁵ Para mais detalhes, ver na Bibliografia sobre Seca: CIRNE, Maria Nilza Ramalho.

⁶ De janeiro 1993 a maio 1994 foram aplicados pela União R\$ 700 milhões no Programa Frentes Produtivas de Trabalho no Nordeste, sem contar os recursos aplicados pelos Estados. Cf. SEPLAN/PB: Relatório final, julho/94.

⁷ Distinguimos a assistência (decorrendo do dever de solidariedade) do assistencia-

funcionando na base do favoritismo, do apadrinhamento, do clientelismo, do mando e do poder, reproduzindo e reforçando as relações de dependência já existentes e desrespeitando amplamente os mínimos direitos de cidadania da maioria da população da região.

No entanto, nos anos mais recentes e principalmente no último período seco (biênio 1993/1994), vêm se registrando alterações no interior dessa política, resultado da luta dos trabalhadores que conseguiram impor suas demandas, sem no entanto conseguir derrubar as estruturas de dominação existentes; o caráter contraditório das políticas sociais ficou assim evidenciado com maior clareza.

Entre as mudanças instauradas, vale salientar a participação dos representantes dos trabalhadores na nova estrutura administrativa, o princípio da descentralização e o papel das comunidades na seleção das obras e dos alistados. No entanto, constatamos (numa pesquisa exploratória realizada a partir de agosto 1994 na zona rural do Município de Campina Grande) a repetição de problemas antigos: manutenção das relações de clientelismo, demonstrações de autoritarismo, apropriação privada de realizações com finalidade social, etc., além da precariedade técnica das obras realizadas neste município, denunciando falta de respeito pelos direitos de cidadania da população atendida⁸.

O caráter reduzido da amostra não permite generalizações. No entanto, levanta questões, a primeira sendo: como repensar a questão da solidariedade com os flagelados (ou seja a organização e gestão das Frentes ou de qualquer outra forma de socorro) de forma a resgatar o direito dos assistidos à cidadania? Isto supõe a identificação das distorções ocorridas no funcionamento do Programa na última seca e a elucidação de suas causas. Isto constituirá nosso segundo subprojeto.

De forma mais ampla, esperamos que esses dois leques de perguntas (constituindo os dois sub-projetos) permitam sugerir medidas para que a questão do Semi-Árido deixe de ser pensada em termos assisten-

lismo (que se aproveita da assistência para dominar e controlar os assistidos).

⁸ Obras realizadas em grandes propriedades têm um planejamento e um acompanhamento técnico que lhes garante eficiência bem maior.

ciais - que acabam abrindo espaço para o assistencialismo - e possa dar origem a soluções eficazes e originais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Gelfa Maria Costa. *O Estado e a Seca: Intervenção estatal no Nordeste do Brasil - 79/83*. João Pessoa, FIPLAN, 1985 (Monografias, 1). (Dissertação de Mestrado/UFPB).
- AGUIAR, Pinto de. *Nordeste - O Drama das Secas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, col. Retratos do Brasil, 1983.
- ALMEIDA, José Américo de. *As Secas do Nordeste*. Mossoró, Fundação Casa de José Américo/Fundação Guimarães Duque, 1981, 2ª ed.
- ANDRADE, Lopes. *Introdução à Sociologia das Secas*. J.Pessoa, A Noite, 1948.
- BRET, Bernard (Coord.). *Les Hommes face aux Sécheresses - Nordeste brésilien*. Paris, Sahel africain, EST/HEAL, 1989.
- CEDI, *Revista Tempo e Presença*, ed. especial Meio Ambiente, Rio de Janeiro, nº 261, ano 14, 1991.
- CIRNE, Ma. Nilza Ramalho. *La politique d'Urgence contre la Sécheresse au Nord-Est du Brésil (1979-1984)*. Diplôme d'Etudes Approfondies, Nanterre, Université de Paris X. Mimeo., 132 p.
- COHEN, Marianne & DUQUE, Ghislaine. *Sécheresse et Modèles de Développement Rural dans le Nordeste du Brésil: Le Cas du Projet Sertanejo*. In BRET (op. cit.), pp.377-384.
- DUQUE, Ghislaine & COHEN, Marianne. "Sistemas de Produção e Meio Ambiente" in *Raízes*, Campina Grande, UFPB/CH/Mestrados em Economia e Sociologia, vol.9, jan. 1994, pp. 38-48.
- DUQUE, Ghislaine. "A Dinâmica da Sociedade Rural e a Pequena Produção no Cariri Paraibano - O caso de Serra Branca" in *Ciência e Cultura* nº 38(1), São Paulo, SBPC, jan. 86, pp. 4-18.
- DUQUE, Ghislaine. "Mudança Sócio-Econômica do Cariri Paraibano: Estrutura Fundiária e Pequena Produção" (Um estudo de caso no Cariri Paraibano). In *Raízes* nº 4-5, 84/85. Campina Grande, UFPB, Mestrados em Economia e Sociologia, pp.167-196.

- DUQUE, Ghislaine. "Reprodução Social dos Camponeses no Semi-Árido - Comunidade de Serrinha (Cariri Paraibano): Lógicas e Estratégias". Anais da II Reunião dos Antropólogos do Norte/Nordeste, Recife, UFPE/CNPq/FINEP/ABA, 1991, pp. 551-565.
- DUQUE, Ghislaine. *O Processo de Mudança na Região Semi-Arida da Paraíba*. Sub-Projeto "Modernização e Pequena Produção (Patos e Municípios Vizinhos)", Relatório de Pesquisa, Convênio UFPB/CNPq, fev. 83.
- DUQUE, Ghislaine. *Os Pequenos Produtores 'Integrados' na Procura de sua Viabilidade*. in Coletânea 1984-1993 (Trabalhos técnico-Científicos produzidos pelas equipes de professores/pesquisadores dos projetos de pesquisa financiados pelo PDCT/NE), UFPB/CNPQ, pp. 583-598.
- DUQUE, Ghislaine. *Pequena Produção e Meio-Ambiente: A Vulnerabilidade à Seca e sua Superação*, Projeto de Pesquisa, PDCT/NE, Projeto PB 43.
- FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *Estrutura de Poder e Secas na Paraíba (1877-1922)*. Recife, Dissertação de Mestrado em História, UFPE, mimeo. 1982.
- GOODLAND, Robert et al. *Environmentally Sustainable Economic Development: Building on Brundtland*. Paris, UNESCO, 1991, 98 p.
- GRAZIANO NETO, Francisco. *Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Moderna Agricultura*. São Paulo, Brasiliense, 1982, 156 p.
- HOGAN, Daniel Joseph e VIEIRA, Paulo Freire (Orgs.). *Dilemas Socio-Ambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1992, 234 p.
- JATOBÁ, Lucivânio (Org.). *Estudos Nordestinos de Meio Ambiente*. Recife, Ed. Massangana, 1986, 330 p.
- JUSTIÇA Social e Preservação do Ambiente: Desafios da Luta pela Vida. Cadernos de Estudo CPT nº 5, São Paulo, ed. Loyola, 1992, 47 p.
- MAIMON, Dália (Coord.). *Ecologia e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, APED, 1992, 278 p.
- MARTINE, George (Org.). *População, Meio Ambiente e Desenvolvimento - Verdades e Contradições*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1993, 207 p.
- MEDEIROS Fº, João e SOUZA, Itamar de. *A seca do Nordeste: Um Falso*

Problema (A Política de Combate às Secas antes de depois da SUDENE). Petrópolis, Vozes, 1988.

PESSOA, Dirceu. "Secas no Nordeste: Vertentes de Interpretações e de Políticas Públicas" in Anais do 11º Encontro do PIPSA (2-4 dez. 1985), Botucatu, UNESP, 1986.

SANTOS, José Américo dos. *As Secas do Norte do Brasil*. Rio de Janeiro, Tipografia de Machado e Cia, 1983.

SOUSA, Aderaldo de (Coord.). "Estudo de Caso: Desenvolvimento Sustentável no Semi-Árido Brasileiro", in Anais do ICID, Fortaleza, jan. 1992, Petrolina, EMBRAPA / CEPATSA, FUNDAJ/SNLCS/NMA/UFC, 1982.

SOUZA, Itamar de & MEDEIROS Fº, João. *Os Degredados Filhos da Seca: Uma análise sócio-política das secas no Nordeste*. Petrópolis, Vozes, 1983, 2ª ed.

VASCONCELOS Sobral, João. "O Grave Problema Ecológico da Desertificação", in JATOBÁ, Lucivânio (org.): *Estudos Nordestinos de Meio Ambiente*, Recife, Massangana: 1986, pp.209-228.

WALDMAN, Maurício. *Ecologia e Lutas Sociais no Brasil*, São Paulo, Contexto, 1992 (Col. Caminhos da Geografia), 126 p.

INSTRUÇÕES AOS COLABORADORES

Normas Relativas as Contribuições Encaminhadas para Publicação

1. A revista Raízes só publica trabalhos inéditos em língua portuguesa e originais;
2. Tendo como finalidade geral estimular o debate, aceita contribuições de autores das mais diversas tendências;
3. As contribuições devem ser encaminhadas, se possível, em disquete. Para tal, deve-se utilizar, preferencialmente, os processadores de texto mais conhecidos e em suas mais recentes versões (Word, WordPerfect e WordStar) para Windows e Dos;
4. Na impossibilidade de enviar as colaborações em disquete, estas deverão ser datilografadas em duas vias, com espaço 2 (dois) e aproximadamente 30 linhas de 65 toques por páginas;
5. Os artigos e ensaios não devem exceder 20 páginas, incluídas aí as notas — no final das páginas correspondentes — e as referências bibliográficas. As normas da ABNT devem ser observadas;
6. As resenhas de livros não devem exceder duas páginas;
7. A redação comunicará aos autores a decisão sobre a publicação ou não dos trabalhos. Em nenhum dos casos haverá o compromisso de devolução dos originais;
8. Pede-se aos colaboradores que enviem seu curriculum vitae resumido. Neste deve constar sua função atual e eventual vínculo institucional, endereço, telefone e, quando existentes, o número de fax e endereço eletrônico (Bitnet ou Internet);
9. Pede-se também que os colaboradores enviem um resumo dos trabalhos propostos em português e inglês ou francês. Cada resumo não deve ultrapassar 10 linhas com 65 toques;
10. Aos autores serão distribuídos 3 (três) exemplares do número da revista que publicar seus trabalhos.

RAÍZES Nº 11

Artigos

Theotonio dos Santos (A Economia Política Marxista)

Sociedade e Reforma Agrária (Manuel Correia de Andrade)

Adam Smith: Prisioneiro da Aparência (Reinaldo A. Carcanholo)

Notas sobre a Globalização da Economia (Manoel Luiz Malaguti)

Financiamento para a Agricultura Brasileira (Pedro da Silva e Robério dos Santos)

Socialismo, Reunificação e Privatização na Alemanha Oriental (Renato Kilpp)

Temas de Pesquisa

Sobre o Preço Justo, Cultura Camponesa e Dinheiro (Karl Heinz Stecher)

Infra-Estrutura, Vulnerabilidade Social e Calamidades (Jurandir A. Xavier)

Políticas Hídricas: Prevenção e Assistência no Semi-Árido (Ghislaine Duqué)